

João José de Oliveira Negrão

**O jornalismo e a construção da
hegemonia**

PUC / SP
São Paulo, 2005

Índice

Introdução	9
1 A hegemonia neoliberal e o surgimento do Fórum Social Mundial	13
1.1 O que é o neoliberalismo	13
1.2 A Sociedade de Mont Pelérin	19
1.3 Outras correntes	22
1.4 O consenso de Washington	26
1.5 O neoliberalismo no Brasil	28
1.6 Não ao neoliberalismo	29
2 O conceito de hegemonia	35
2.1 Ideologia	38
2.2 Contra-hegemonia	42
2.3 O intelectual coletivo	44
3 As teorias da notícia e os efeitos sociais da comunicação jornalística	51
3.1 As teorias da notícia	52
3.1.1 A teoria do espelho	53
3.1.2 A teoria do <i>gatekeeper</i>	57
3.1.3 A teoria organizacional	59
3.1.4 As teorias de ação política	62
3.1.5 A teoria estruturalista	64
3.1.6 A teoria etnoconstrucionista	67
3.2 Os efeitos sociais da comunicação jornalística	71
3.2.1 A hipótese de agenda setting	73

3.2.2	Espiral do silêncio	80
4	A cobertura da <i>Folha de S. Paulo</i> e de <i>O Estado de S. Paulo</i> do Fórum Social Mundial e do Fórum Econômico Mundial	83
4.1	Cobertura do Fórum Social Mundial	87
4.2	Cobertura do Fórum Econômico Mundial	94
4.3	O tema agendado: o governo Lula	98
	Considerações finais	103
	Referências bibliográficas	107
	Anexos	115

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, sob orientação da Prof^{ta} Dr^a Vera Lúcia Michalany Chaia.

Resumo

Os meios de comunicação de massa, em especial aqueles ligados ao jornalismo, são atores essenciais da política contemporânea. Eles são – entre várias outras – uma das principais instituições que, ao estabelecerem os parâmetros cognitivos por meio dos quais as pessoas lêem e interpretam o mundo, contribuem para a construção da hegemonia, por meio da qual uma classe dominante consegue instituir uma base de consentimento para certa ordem social.

Conceito que ganha completude em Gramsci, a hegemonia, se articulada às diferentes teorias do jornalismo – que buscam explicar porque as notícias são como são –, tem o condão de construir uma explicação plausível para a relação jornalismo – política, bem como para aprofundar a compreensão que leitores e jornalistas possam ter desta atividade.

Entremeado por este fio teórico, este trabalho analisa a cobertura que dois grandes jornais paulistas, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, fizeram, em 2003, dos encontros do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, e do Fórum Econômico Mundial, que aconteceu na cidade suíça de Davos. Foi um momento em que duas concepções de mundo distintas se apresentavam: uma, ligada às principais instâncias da economia capitalista, com seus teóricos e operadores, marcada pela hegemonia neoliberal; outra, crítica da atual ordem, agrega militantes ligados à esquerda, nos seus diferentes matizes, aos movimentos sociais e ecológicos, e propõe “um outro mundo possível”. E conclui que o jornal e o jornalismo contemporâneos, para serem adequadamente interpretados, devem ser vistos como um aparelho privado de hegemonia, *locus* aonde se processa uma disputa entre diferentes concepções de mundo.

Abstract

Mass media, specially the ones associated to journalism, play an essential role in contemporary politics. They are – among others – one of the most important institutions that contribute for the construction of hegemony since they establish the cognitive parameters through which people read and interpret the world. Through hegemony the dominant class manages to institute the consenting base for a particular social order.

Hegemony reaches completion in A. Gramsci's work. It is articulated to different theories that aim to explain why news are in such way as we know them. Hegemony has the ability to construct a plausible explanation for the relation journalism – politics, as well as to deepen the journalists and readers' comprehension of this activity.

Intermingled with this theoretical thought, this work analyses the coverage of The World Social Forum (2003, Porto Alegre) and The World Economic Forum in Davos, Switzerland, made by two of the greatest São Paulo journals – *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. It represents a moment in which two distinctive conceptions of the world presented themselves: one, associated to the main spheres of the capitalist economy, their thinkers and operators and marked by the neoliberal hegemony; and the other, which criticizes the current order, aggregates militants associated to the left in its different shades and social and ecologic movements and also provides a proposal for “another possible world”.

This work concludes that in order to be understood adequately contemporary journals and journalism must be seen as a private apparatus of hegemony, the locus where a strive between two different conceptions of the world takes place.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à **Fernanda Gonçalves Fontes**, companheira e parceira intelectual. E às nossas filhas, **Heloísa Fontes de Oliveira Negrão** e **Laura Fontes de Oliveira Negrão**, a parte mais significativa das nossas existências, que nos ensinaram o amor incondicional.

Meus irmãos **Maria Elisa, Marília, Francisco, Magda e Miriam**, bem como os pais da Fernanda, **Edmundo e Helena**, fazem parte desta jornada.

Agradeço aos colegas da Universidade de Sorocaba e aos alunos do curso de Jornalismo, pela convivência e estímulo. E aos integrantes do Neamp – Núcleo de Estudos de Arte, Mídia e Política, da PUC-SP, em cujas atividades e reuniões este trabalho foi ganhando forma.

À minha orientadora pela segunda vez, **Vera Chaia**, agradeço pela atenção, convivência, postura intelectual e carinho. Quanto mais avançamos na vida acadêmica, mais percebemos o quanto a **Vera** e o **Miguel Chaia** são figuras ímpares neste cenário.

Também agradeço à **Capes**, cujo apoio financeiro foi essencial para a execução deste trabalho.

Introdução

A mídia é um dos principais constructos contemporâneos da hegemonia, conceito que, em Gramsci, vai significar a capacidade de uma classe dominante ou aspirante ao domínio de construir o consenso e/ou obter a passividade da maioria da população, constituindo-se, então, em classe dirigente, com capacidade de direção intelectual e moral.

A hegemonia, conforme Gramsci, compõe-se de, e articula, dois “momentos”: o do consenso, colocado na instância da sociedade civil, cria a base do consentimento, ativo ou passivo, para certa ordem social; o do “domínio”, na instância da sociedade política, ou Estado, é o que Weber chama de monopólio legítimo da força. Esta separação é analítica, pois na realidade estes momentos se sobrepõem dialeticamente.

Ao lado de outros aparelhos privados de hegemonia – que operam no âmbito da sociedade civil e têm por finalidade a construção do consenso –, o jornalismo contribui para estabelecer mapas cognitivos através dos quais os indivíduos lêem o mundo e posicionam-se diante dos fatos da vida.

No entanto, para entender corretamente o fenômeno, é necessário superar a visão do jornalismo como mero instrumento de manipulação – que, contraditoriamente, está presente tanto na direita, da teoria hipodérmica, para quem “cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa”, quanto na esquerda, da Escola de Frankfurt, que considera os meios de comunicação, conforme Adorno, “parte do sistema da indústria cultural [que] reorienta as massas, não permite quase a evasão e impõe sem cessar os esquemas de seu comportamento”.

Embora negue esta visão apocalíptica, este trabalho não incorpora a visão integrada – para ficarmos nos termos da antiga distinção de Umberto Eco – da concepção liberal, ou seja, não há o entendimento, aqui,

que o jornalismo simplesmente reproduz, como um espelho, a realidade e, de maneira neutra e objetiva, ouve os dois lados da questão e os lança para que o leitor forme sua opinião.

Ao contrário, a idéia do jornal como aparelho privado de hegemonia percebe o jornalismo como espaço de luta entre diferentes concepções de mundo em disputa não só pela significação, mas até mesmo pela definição do que é e do que não é notícia.

O presente trabalho, tendo em vista esta perspectiva, estudou a cobertura que os dois jornais paulistas de influência nacional, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, fizeram, em 2003, dos encontros do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, e do Fórum Econômico Mundial, que aconteceu na cidade de Davos, na Suíça.

É um momento curto, mas intenso: duas atividades importantes, de cunho global, onde se apresentam duas visões de mundo muito distintas. O FEM agrega as principais agências da economia capitalista mundial, seus teóricos e seus operadores, enquanto o FSM, crítico da ordem hegemônica neoliberal, agrega militantes de ONGs, movimentos sociais, ecológicos, partidos de esquerda, entre outros, que propõem outras possibilidades de vida societária.

As reuniões de 2003 foram escolhidas para a análise por serem as primeiras que realizavam imediatamente após a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Crítico do neoliberalismo, incentivador e contando com vários de seus partidários nas instâncias do FSM, o governo petista decidiu enviar alguns de seus representantes, inclusive Lula, aos dois fóruns. Foi a primeira vez que um presidente de um país esteve presente tanto em Porto Alegre quanto em Davos.

O estudo buscou articular as chamadas teorias do jornalismo com o conceito de hegemonia para entender o papel preponderante que a comunicação de massas, especialmente o jornalismo, exerce na política contemporânea. O primeiro capítulo coloca em perspectiva histórica e teórica o pensamento neoliberal, apresenta suas raízes e sua aparição no cenário das orientações políticas dos governos ocidentais. Para este capítulo, serviram de base especialmente as obras do pensador austríaco Friedrich Hayek, do economista norte-americano Milton Friedman e do divulgador francês das idéias neoliberais Guy Sorman. Para a crítica a tal pensamento, foram de grande valia as obras do sociólogo argentino

Atílio Boron e do cientista político polonês Adam Przeworki, além do inglês Perry Anderson.

O capítulo recupera também a recente história da resistência ao neoliberalismo, que vai desembocar na criação, em 2001, do Fórum Social Mundial. Para esta parte, vali-me especialmente do livro do professor universitário e membro da Secretaria e do Conselho Internacional do FSM, José Corrêa Leite, *Fórum Social Mundial. A história de uma invenção política*.

O segundo capítulo apresenta o conceito de hegemonia em Antonio Gramsci, pensador marxista italiano. Mas traz também complementos fundamentais ao correto entendimento do termo, como os conceitos de ideologia, de contra-hegemonia e de intelectual coletivo, que procura mostrar como os jornais também podem desempenhar a “função” de partidos políticos.

No terceiro capítulo, tendo por base a obra do pesquisador português do jornalismo Nelson Traquina, procura-se elencar as diferentes possibilidades explicativas construídas ao longo da história que tentam responder à questão: o que define a notícia? O que permite a certos fatos tornarem-se acontecimentos noticiáveis e noticiados, enquanto outros, sem esta existência pública, restringem-se à experiência vivida daqueles poucos que o presenciaram? Quais os critérios desta seleção? Numa segunda seção, o capítulo traz a discussão sobre os efeitos da comunicação jornalística, em especial as hipóteses da *agenda setting* e da espiral do silêncio.

No quarto capítulo são feitas a tabulação e a análise do material publicado sobre a terceira reunião do Fórum Social Mundial, realizada em 2003 em Porto Alegre, e do trigésimo primeiro encontro do Fórum Econômico Mundial, em Davos, no mesmo período, pelos grandes jornais paulistas, que têm circulação e influência para além das cidades e estados em que são publicados: a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Aqui, se procura desvelar como o jornalismo contribui para a construção da hegemonia na sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, demonstrar suas possibilidades como espaço de manifestação de uma contra hegemonia que se gesta também através dos meios de comunicação de propriedade das classes dominantes, ainda que contra sua vontade.

Capítulo 1

A hegemonia neoliberal e o surgimento do Fórum Social Mundial

O primeiro encontro do Fórum Social Mundial aconteceu em Porto Alegre, no início de 2001. Pensado como o movimento dos movimentos, estruturado horizontalmente, em redes, sem direção centralizada, sem hierarquias internas, sem documentos finais, o FSM nasceu tentando mostrar que “outro mundo é possível”, além daquele então formatado pela globalização neoliberal e pelo pensamento único. Ao contrário, os encontros do Fórum Econômico de Davos, existentes, em 2003, há 31 anos, representavam exatamente este pensamento único, cristalizado na ideologia neoliberal.

1.1 O que é o neoliberalismo

O neoliberalismo, especialmente a partir dos governos Ronald Reagan, nos EUA, e Margareth Thatcher, na Inglaterra, adquiriu marcante hegemonia teórica — ainda hoje muito presente —, e, com suas idéias a respeito da primazia do mercado e da diminuição do Estado, orienta as decisões de inúmeros governos.

Friedrich V. Hayek escreveu, em 1944, o texto fundante do neoliberalismo. Em *O caminho da servidão* alertava contra os perigos à

liberdade econômica e política que qualquer limitação aos mecanismos de mercado, imposta pelo Estado, necessariamente traria. O livro era voltado contra o coletivismo — que, para Hayek, era o tipo de planejamento econômico necessário à realização de qualquer ideal distributivo. Aqui, ele plasmava distintas formas de socialismo, comunismo e nazismo, todas totalitárias, e que se unificavam por seu antiliberalismo, ataques à concorrência e pela busca de uma sociedade planejada. A obra servia ainda como um panfleto contra o crescimento do partido trabalhista inglês, que abrigava, segundo ele, “os totalitários em nosso meio”.

Hayek lamentava que a intervenção governamental na produção e distribuição, justificada durante a guerra, estivesse tornando-se corriqueira. Nisso, detectava uma tendência ao socialismo — cujas idéias e teóricos, segundo ele, engendraram o nazismo — e lamentava o abandono, nos assuntos econômicos, dessa “liberdade de ação econômica sem a qual a liberdade política e social jamais existiram no passado” (HAYEK, 1990, p. 40). O autor opõe-se a qualquer idéia de planejamento na economia, pois para isso seria necessário um conhecimento que não está disponível. Para ele, o mundo é movido por leis que os homens não dominam e tentar superar esta ordem espontânea por uma ordem decretada, que permita construir a sociedade segundo um plano ordenado, é uma ambição louca, a “ vaidade fatal” dos intelectuais.

Ele não admite a possibilidade de uma terceira via, o que contemporaneamente chamou-se de economia mista: planejamento centralizado e a competição atomística são princípios opostos, excludentes, e “se combinados, nenhum dos dois funcionará efetivamente e o resultado será pior do que se tivéssemos aderido a qualquer dos dois sistemas” (HAYEK, 1990, p. 62). De acordo com Sorman (1989, p. 53), Hayek entende que existem somente duas interpretações possíveis para a nossa sociedade: o *Kosmos*, que é a ordem amadurecida ou espontânea, a qual percebe o mundo industrial moderno como o resultado de iniciativas individuais espontâneas que se acumularam pelos séculos, numa história que combina essas iniciativas espontâneas com seleção pela experiência; e a *Taxis*, que supõe ser possível dominar as leis do progresso e construir a sociedade de acordo com um plano ordenado. O liberalismo deriva da primeira; o socialismo, da segunda.

Para Hayek é falsa a concepção segundo a qual a complexidade da

sociedade e da economia modernas exige algum nível de coordenação e planejamento por parte de uma autoridade central — independente se esta autoridade é conformada democraticamente ou não —, como meio de compensar desajustes do livre mercado. Na verdade, afirma, a concorrência é a melhor forma de coordenação de tal sociedade; já que, como a ninguém é dado avaliar todas as diferentes motivações que os indivíduos levam em conta nas suas decisões, qualquer ‘controle consciente’ apenas faria que tal autoridade concentrasse um excesso de poder. Então, ao governo cabe apenas garantir disposições que proporcionem a cada indivíduo as informações que precisa para ajustar eficientemente suas decisões às dos demais.

Esse governo deve basear-se no Estado de Direito¹, aquele no qual normas formais — que não visam a desejos ou necessidades de pessoas determinadas — garantem uma estrutura permanente de leis, em cujo âmbito a atividade produtiva é orientada por decisões individuais. Isso é o oposto do pretendido pelo planejamento, uma vez que, por meio

¹ O Estado de Direito preconizado pelos neoliberais caracteriza-se por:

a. Não conceder privilégios a ninguém, assegurando, assim, a igualdade de todos perante a lei, o que implica que nenhum cidadão pode invocar sua condição econômica, social ou política para furtar-se ao cumprimento da lei;

b. Assegurar aos cidadãos o governo das leis em lugar do governo dos homens, partidos ou facções, e a cada indivíduo — desde que respeitados os direitos e a liberdade alheios e independentemente de sua raça, de seu sexo, de sua religião e de sua convicção política — a possibilidade de dispor livremente dos bens materiais e culturais produzidos por seu próprio esforço;

c. Facultar aos cidadãos o livre e imediato acesso aos tribunais encarregados de administrar a justiça, garantindo a todos um processo equânime;

d. Garantir, pelo estabelecimento de condições institucionais, a vigência da liberdade no terreno econômico, ensejando, a quantos queiram produzir ou trabalhar, o livre acesso ao mercado, acesso que não pode ser cerceado por privilégios econômicos de qualquer natureza ou exigências legais e administrativas discriminatórias. Cabe ao mercado harmonizar as ambições e premiar, pelo lucro, o desempenho;

e. Reconhecer a propriedade privada como condição fundamental para que os indivíduos possam exercer plenamente o seu direito à vida, à liberdade política e econômica e à busca da felicidade;

f. Permitir que os acordos e divergências que ocorram no campo das relações do trabalho sejam tratados e resolvidos de maneira autônoma pelas partes. (VON MISES, Ludwig. “O intervencionismo”, in Bichir, Antonio. **Antologia liberal**. São Paulo: Inconfidentes, 1991.

dele, são conhecidos os resultados da política governamental sobre determinados indivíduos, o que retira a imparcialidade do governo.

Disso resulta que

a igualdade perante a lei conflita e é de fato incompatível com qualquer atividade do governo que vise a uma igualdade material ou substantiva intencional entre diferentes indivíduos, e que qualquer política consagrada a um ideal substantivo da justiça distributiva leva à destruição do Estado de Direito (HAYEK, 1990, p. 91).

Para Hayek, então, se se quiser assegurar uma distribuição da riqueza de acordo com um padrão predeterminado, se se pretender estabelecer conscientemente o que caberá a cada um, será necessário planificar todo o sistema econômico. Ele se pergunta se a realização de tal ideal de justiça não resultaria num descontentamento e opressão maiores do que os jamais causados pelo livre jogo das forças econômicas.

Para evitar a opressão, o Estado deve limitar-se a agir somente naquelas esferas nas quais todos os indivíduos concordem ser um objetivo comum; o ‘controle consciente’ deve restringir-se aos campos em que existe o ‘verdadeiro acordo’; os outros, devem ser confiados ao acaso. Hayek critica ainda a “ênfase desmedida” no valor da democracia, que seria a responsável pela falsa crença de que enquanto a maioria for a fonte do poder, este não será arbitrário, uma vez que, na verdade, não é a *fonte*, mas a *limitação* do poder que impede o arbítrio.

Ele teme a ‘ditadura da maioria’ que coloque em perigo a propriedade privada, a mais importante garantia da liberdade porque faz com que os meios de produção fiquem em mãos de muitas pessoas “que agem de modo independente”. Ao contrário, se os “meios de produção pertencessem a uma única entidade, fosse ela a ‘sociedade’ como um todo ou um ditador, quem exercesse esse controle teria poder absoluto sobre nós” (HAYEK, 1990, p. 111). Embora ainda não afirmasse aí claramente, Hayek já sinalizava sua pouca afinidade com a democracia de massas, que anos mais tarde se desnudaria na entrevista que concedeu a *El Mercurio*, jornal conservador chileno: se tivesse de optar entre economia de mercado mais ditadura ou economia com controles e regulações mais democracia, escolheria a primeira opção.²

² Citado por BORON, Atilio. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”, *in*

Este temor à ‘ditadura democrática’ deriva da visão hayekiana do homem, concepção que herda do liberalismo clássico e que é comum a todos os neoliberais: um indivíduo lançado num mundo cruel que luta, por todos os meios, para se impor e sobreviver. Podemos precisar aqui então um contraponto ontológico entre liberalismo e democracia: é possível afirmar, com Bobbio (1989, p. 14), que as relações do indivíduo com a sociedade são vistas pelo liberalismo e pela democracia de modo diverso. Enquanto aquele separa o indivíduo do corpo orgânico da sociedade e o coloca num mundo repleto de hostilidades em luta encarniçada pela sobrevivência, a segunda o reúne a outros homens singulares para a construção artificial de um espaço partilhado.

Já Hayek critica o racionalismo “incompleto e errôneo” do homem moderno, que passou a encarar com “ódio e revolta” as forças impessoais que aceitava no passado, quando, no entanto, segundo ele, foi justamente a submissão às forças impessoais do mercado que permitiu o progresso da civilização que, sem isso, não se desenvolveria. “É, portanto, submetendo-nos que ajudamos dia-a-dia a construir algo cuja magnitude supera nossa compreensão” (HAYEK, 1990, p. 186).

Essa crítica à razão mal encobre, na realidade, uma negação à política, que tem sua existência baseada justamente na afirmação da possibilidade da construção, inter-humana e racional, de um artifício que permita aos homens superar o isolamento e forjar identidades coletivas. Ao contrário disso, Hayek conclui pela impossibilidade de uma ética social ou coletiva, uma vez que não “temos o direito de ser altruístas à custa de terceiros, nem há mérito algum em o sermos quando não existe outra alternativa” (HAYEK, 1990, p. 191). Esta ética coletiva seria, segundo ele, um dos fundamentos da direção planejada da atividade econômica, o que contrasta com o individualismo que coloca o indivíduo como juiz supremo dos próprios objetivos.

O pensamento hayekiano e, por consequência, o neoliberalismo, têm sua gênese no liberalismo clássico. No entanto podemos, seguindo novamente indicação de Bobbio — que vê uma certa distinção entre liberalismo político e liberalismo econômico (que ele chama de *liberismo*) — afirmar que o *liberismo* é a grande fonte do pensamento neoliberal. O liberalismo político tem por eixo os direitos civis, a liberdade

Sader, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

religiosa, a pluralidade, enquanto o liberismo tem a chamada livre iniciativa.

Hayek admite a viabilidade de se combater as flutuações da economia e os surtos de desemprego. Desde que, segundo ele, se buscasse encontrar a solução definitiva para tal problema no campo da política monetária, o que não implicaria incompatibilidade com o liberalismo. E não como outros, que acreditam nas possibilidades de um programa de obras públicas. Aí, Hayek recomenda enorme cautela, para evitar que a economia dependa crescentemente da alocação e volume dos gastos públicos. Tal política, ainda, poderia provocar “restrições muito mais graves na esfera da concorrência”. É uma crítica, ainda não claramente explicitada, ao keynesianismo ³.

O problema maior, no entanto, para Hayek, está na pretensão a um segundo tipo de segurança: a segurança econômica absoluta, que tenta “proteger indivíduos ou grupos contra a redução de suas rendas, contra perdas que impõem duras privações, sem justificação moral, e que, contudo, são inseparáveis do regime de concorrência”. Como exemplo, Hayek cita o caso das inovações tecnológicas que implicam em perda do valor de certas habilidades, antes muito reconhecidas em determinados trabalhadores.

A reivindicação deste tipo de segurança é, pois, um outro aspecto da exigência de uma justa remuneração, proporcional aos méritos subjetivos e não aos resultados objetivos do esforço individual. Essa espécie de segurança ou justiça não parece conciliável com a livre escolha da ocupação (HAYEK, 1990, p. 125)

³ **KEYNESIANISMO.** Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, e que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, 1936. Tais políticas propunham-se a solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos. As propostas da chamada “revolução keynesiana” foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 30, até o início da Segunda Guerra Mundial. SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.

1.2 A Sociedade de Mont Pelérin

O primeiro e mais imediato objetivo de Hayek foi frustrado: o partido trabalhista inglês (Labour Party) foi vitorioso nas eleições de 1945. As bases do welfare state ganham impulso em sua construção na chamada era de ouro do pós-guerra. Remando contra a corrente — o keynesianismo, mais ou menos nuançado, dava o tom nas políticas econômicas de todos os governos ocidentais, então —, Hayek convoca, em 1947, uma reunião entre aqueles pensadores que tinham orientações intelectuais próximas à sua. O resultado do encontro foi a criação de uma Sociedade, que levou o nome da pequena cidade suíça onde se realizou: Mont Pelérin.

Milton Friedman, outro dos grandes mentores da corrente, membro fundador da Sociedade de Mont Pelérin e, com o monetarismo da Escola de Chicago, provavelmente a maior influência do neoliberalismo latino-americano, também sataniza o Estado. Em uma de suas obras mais importantes, *Capitalismo e Liberdade*, escrito em 1962, o futuro ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1974, assim define o papel dos governos:

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedade; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atitudes para evitar o monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista. (FRIEDMAN, 1985, p. 39)

Se for além disso e tentar implementar medidas de justiça distributiva e de ampliação de direitos sociais, o Estado estará, inevitavelmente, invadindo a esfera da liberdade individual e abrindo “o caminho da servidão”.

O monetarismo friedmaniano advoga que a provisão de dinheiro é o fator determinante do controle do desenvolvimento econômico. As

variações da atividade econômica não se explicam por variações de investimento, como querem os keynesianos, mas pelas variações de oferta da moeda. De forma mais simples, segundo o monetarismo, há uma elevação dos preços sempre que os meios de pagamento (ou quantidade de moeda) crescem. Por isso, a inflação resultaria do aumento crescente da quantidade disponível de dinheiro, que corre atrás de uma quantidade de bens e serviços que cresce mais devagar que aquela. E o excessivo crescimento de moeda em circulação se deve à necessidade dos governos — que detêm o monopólio da emissão de dinheiro — de financiar seus déficits.

Como conseqüência lógica, se a inflação resulta unicamente dos gastos que os Estados têm para manter suas máquinas e seus programas sociais, para debelá-la é necessário eliminar o déficit e reduzir a quantidade de dinheiro à disposição das empresas e pessoas. Os pesados custos sociais, evidentes em tal decisão de política econômica — por conta da recessão e desemprego aí embutidos —, seriam de curta duração, pois o mercado, desde que livre de amarras e regulações impostas tanto pelo Estado como por outras instituições (sindicatos de trabalhadores, por exemplo), logo encontraria sua tendência natural de equilíbrio, por conta da concorrência entre os indivíduos no mercado

Retornamos então à visão idílica do mercado controlado pela ‘mão invisível’. Por isso, o monetarismo é, por excelência, a política econômica do neoliberalismo. No entanto podemos, com Boron, afirmar que a premissa de Friedman se baseia num modelo de economia mercantil simples, no qual produtores diretos que controlam seus meios de produção têm liberdade para decidir se produzem para troca ou para seu consumo próprio (BORON, 1994, p. 59).

Porém, se tal modelo ainda tinha alguma pretensão de validade na fase do capitalismo concorrencial do início do século XIX, hoje, quando o mercado mundial é dominado por monopólios e oligopólios, tal ilusão acerca do mercado auto-regulado reveste-se de uma perspectiva ideológica (no chamado sentido forte do conceito, ou seja, ideologia como mistificação, mascaramento da realidade) ⁴ que busca abrir caminho para uma outra etapa de acumulação do capital, ao demonizar o Estado e as formas negociadas de regulação, ao negar a Política enquanto

⁴ Ver capítulo 2. Seção 2.1.

espaço de formação de sujeitos coletivos e como possibilidade de construção — conflituosa, sem dúvida — de uma sociedade melhor.

A concepção de Estado, que os neoliberais herdaram do liberalismo clássico, é puramente negativa. Ao contrário, o mercado é por excelência o mecanismo mais eficiente para a alocação de recursos. O Estado é tão incapaz para tal tarefa, e a iniciativa privada tão competente para realizá-la, que Friedman, apesar de recusar qualquer monopólio (que inibe a livre concorrência), afirma que, depois de ter estudado as consequências do monopólio estatal e do privado, conclui, não sem relutância, que, se tolerável, o monopólio privado pode ser o menor dos males.

Porém, o relativo pouco caso com que Friedman trata os monopólios privados — que segundo ele, pouco cresceram em importância na economia — muda de tom quando o assunto são os supostos monopólios na força de trabalho, exercidos pelos sindicatos de trabalhadores que, ao se organizarem por melhores salários, estabelecem padrões diferentes daqueles que seriam fornecidos pelo mercado.

Com isso, ele afirma, prejudicam o público em geral e aos próprios trabalhadores, uma vez que se, devido à existência dos sindicatos, de dez a quinze por cento dos trabalhadores conquistaram aumentos de dez a quinze por cento em seus salários, na outra ponta entre 85% a 90% dos trabalhadores tiveram seus salários reduzidos em aproximadamente quatro por cento.

Então, de acordo com os neoliberais, foram os trabalhadores, ao se organizarem para combater a exploração do capital e buscarem sua parte nos ganhos advindos dos aumentos de produtividade sistêmica, que provocaram distorções no mercado, geraram desemprego e, com seu ‘inaceitável’ poder, pressionaram os governos a criar estruturas estatais de bem estar inflacionárias, que redundaram em uma grande crise, provocada por um Estado excessivo, gerador crescente de demandas para as quais não tem capacidade de resposta, conforme a obra financiada pela Comissão Trilateral, *The crisis of democracy*.

Publicado em 1975, este livro traz ao público a visão conservadora da chamada crise de governabilidade das democracias contemporâneas que, segundo os autores — Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki —, ampliaram em excesso o poder da sociedade — especialmente das classes subalternas — de gerar demandas para as quais o

Estado não tem mais capacidade de responder, gerando com isso a crise fiscal.

Na crítica ao Estado — qualquer Estado — Friedman recoloca a negação da Política, comum a todos os pensadores neoliberais. Para ele, o mercado é a efetiva representação proporcional, enquanto a política é uma representação limitada, pois se a representação no mercado permite a unanimidade sem conformidade, a representação política tende a exigir ou reforçar uma conformidade substancial.

1.3 Outras correntes

Hayek, ao lado de Von Mises, é um dos principais representantes da chamada *Escola Austríaca*, um neoliberalismo mais sofisticado, dedutivo — a partir de princípios gerais sobre o homem, conclui pelo caráter indesejável da sociedade planejada —, empírico e algo irracional, já que não considera cognoscíveis as leis que movimentam a sociedade, restando ao mercado premiar, *a posteriori*, as ações eficientes e punir as ineficientes.

Por seu turno, Friedman representa a *Escola de Chicago*, positivista, menos sofisticada intelectualmente, no entanto mais influente em políticas econômicas concretas. *Capitalismo e Liberdade* pode ser considerado um manual sobre o que os governos devem e o que não devem fazer a respeito dos mais diferentes assuntos, como política monetária, relações comerciais internacionais, educação, discriminação racial etc.

Há ainda duas outras grandes correntes do neoliberalismo teórico: a *anarco-capitalista*, representada por autores como Robert Nozick e Murray Rothbard, que buscam fundamentá-lo eticamente; e a *Escola virginiana da escolha pública*, representada por James Buchanan, ambas mais contemporâneas.

No entanto, todas bebem na fonte e têm um diálogo, mais ou menos crítico, com a Sociedade de Mont Pelérin. Eduardo Giannetti Fonseca, num opúsculo escrito em 1994 para o Instituto Liberal, de São Paulo, intitulado *Quem tem medo do neoliberalismo?*, afirma que todas elas se ergueram contra o alargamento das fronteiras econômicas do Estado, o paternalismo e o cerceamento da liberdade individual. Todas elas defen-

deram o mercado regido pelo sistema de preços contra o planejamento central, a economia mista e o ativismo macroeconômico.

Mas, na verdade, o ideário ultraliberal dos discípulos de Hayek ficou restrito a pequenos círculos, com pouca significação política, durante o período que vai do imediato pós-guerra até meados dos anos 70, a chamada era de ouro do keynesianismo. Neste período, o welfare state, que desde o final do século XIX vinha se construindo em função das lutas reivindicativas dos trabalhadores e das classes populares, consolida-se e amplia-se a democratização do Estado, com a extensão do sufrágio universal e a reivindicação de uma cidadania mais concreta do que aquela, abstrata, que o velho Estado liberal oferecia ⁵.

O processo de democratização da sociedade e a ampliação dos direitos sociais e políticos da cidadania — entendida aqui como um conceito mais amplo do que aquele do liberalismo, que reduzia o cidadão ao proprietário — significou a interposição de obstáculos à acumulação ampliada do capital, independente de entendermos, como Buroway e Przeworski (NAVARRO, 1993, p. 138), que o welfare state é uma solução de compromisso entre a classe trabalhadora e os detentores dos meios de produção, através da qual aquela consente com a instituição da propriedade privada enquanto estes consentem que, por meio de instituições políticas, os trabalhadores apresentem, eficazmente, suas reivindicações quanto à alocação e distribuição do produto; ou, como Navarro, que as reformas e a expansão do welfare não cooptaram os trabalhadores, mas, ao contrário, fortaleceram-nos e permitiram-lhes mais condições de rebelar-se contra o capital.

O fato é que a democratização se ampliou e, conforme Boron, esse

⁵ Sigo aqui a hipótese de T. H. Marshall, que divide o conceito de cidadania em três partes. O elemento civil compõe-se dos direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. O elemento político é o direito de participar no exercício do poder, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo. O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. Quando os três elementos se distanciaram uns dos outros, passaram a parecer estranhos entre si. É possível atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente: os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX. MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

democratismo, que em determinado momento se limitou à ‘esfera pública’, se expandiu “vigorosamente e penetra até o próprio santuário da burguesia: a fábrica. O irresistível avanço da democracia agora desborda os amplos limites do Estado para invadir as áreas ‘privadas’, outrora a salvo da irrupção do elemento democrático” (BORON, 1994, p. 80).

Ainda segundo Navarro, o capitalismo se apercebeu dos riscos que corria, e sua resposta se deu em dois níveis: na produção, com profundas modificações tanto no processo de trabalho como nas relações no interior das empresas, tendo por base uma racionalização técnica (automação e informatização) e uma racionalização administrativa-gerencial (os modelos “japoneses” e outros de gestão), além da produção globalizada, com o deslocamento de postos de trabalho para onde houvesse menos regulações e movimentos sindicais mais frágeis. Houve ainda uma intensa precarização das relações de trabalho, ao lado da economia de mão-de-obra provocada pelo avanço tecnológico.

O outro campo de reação do capital foi o político-estatal, com o ataque generalizado ao welfare state e seu modelo de regulação social. É nesse quadro que o neoliberalismo — desde o pós-guerra relegado à insignificância política — ressurge e, com suas idéias a respeito do mercado, da concorrência e da diminuição do Estado, serve como um lubrificante teórico-ideológico para fazer funcionar esse contra-ataque do capitalismo em relação às conquistas dos trabalhadores.

Jorge Mattoso raciocina em linha semelhante. Para ele, a partir dos anos 80

o capital reestruturou-se em nome da maior competitividade e globalização internacional, movendo-se crescentemente contra o trabalho organizado, questionando o anterior compromisso social e sua relação salarial. Tratou-se de um esforço concentrado de questionamento de direitos ou conquistas dos trabalhadores e das sociedades democráticas contemporâneas, obtidas no ambiente internacional do pós-guerra, com bipolaridade, Estado de Bem Estar, políticas econômicas voltadas ao pleno emprego e crescimento estável [e] embora esta reestruturação do capitalismo tivesse apontado para a constituição de um novo trabalhador, mais escolarizado, participativo e polivalente, podendo ser inclusive portador de uma revalorização da ética e da utopia do

trabalho, estes reduziram crescentemente sua participação relativa no emprego total e encontram-se em meio a um processo de rupturas da antiga relação salarial e do próprio mundo do trabalho. O surgimento daquele ‘novo’ trabalhador teve como contrapartida, portanto, uma crescente massa de trabalhadores que, perdendo seus antigos direitos e não se inserindo de forma competitiva, ainda que funcional, no novo paradigma tecnológico, tornou-se desempregada, marginalizada ou empregada sob ‘novas’ formas de trabalho e qualificação, em relações muitas vezes precárias e não-padronizadas. (MATTOSO, 1994, p. 55)

E os neoliberais têm regras práticas, voltadas ao que Adam Przeworski chama de “princípio central” de sua economia: a redistribuição de renda em favor do lucro, um custo que a sociedade tem de pagar para produzir taxas mais elevadas de investimento e crescimento econômico. Assim

as políticas da Direita, portanto, destinam-se a aumentar a taxa de lucro efetiva reduzindo drasticamente as taxas nominais de tributação das rendas derivadas da propriedade, cortando gastos públicos não militares, eliminando todas as regulamentações limitadoras do lucro e restringindo o direito de organização e greve dos trabalhadores. Em troca, oferecem a promessa de investimento crescente, melhora da produtividade e aceleração do crescimento (PRZEWORSKI, 1991, p. 252)

De fato, Guy Sorman, em *O estado mínimo*, advoga que

o fundamento da nova fiscalidade liberal consiste em recompensar o esforço como sistema de valor, porque, além da gratificação individual, a sociedade inteira se beneficiará. Esta guerra à progressividade supõe que seja reconhecida a função dos empresários nas sociedades modernas. Nenhuma reforma fiscal de inspiração liberal é viável se não admite a priori que a riqueza das nações tira proveito dos méritos econômicos relativos. O imposto, quando nivela muito as diferenças, cria o tédio, a uniformidade, a apatia econômica e a atonia social” (SORMAN, 1988, p. 61).

Outros pontos pregados por Sorman podem resumir-se em: garantir a independência do Banco Central, para proteger a moeda (a manutenção da saúde monetária é uma das poucas tarefas legítimas do Estado);

dividir com o setor privado as funções previdenciárias, conservando na esfera pública somente uma rede básica de proteção; estimular, eventualmente com recursos públicos, uma presença maior da empresa privada nos serviços de educação e saúde; eliminar o salário mínimo e pisos salariais, ou deixar que deterioreem-se, abrindo espaço ao mercado.

1.4 O consenso de Washington

Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo, máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin America adjustment: howe much has happened?*, visava avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da AL.

John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes. Foi ele ainda quem cunhou a expressão “Consenso de Washington”, através da qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, ao final resumidas nas seguintes regras universais:⁶

1) disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de im-

⁶ A pretensão à universalidade positivista do receituário do Consenso de Washington ficou clara na participação de Willianson em debate realizado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em seu auditório, no dia 16/08/94. Ali, ele afirmou que os dez pontos tinham sido determinados pelo “bom senso econômico”.

portação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; 7) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) privatização, com a venda de empresas estatais; 9) desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e 10) propriedade intelectual.

Embora tivessem, a princípio, um caráter acadêmico, as conclusões do Consenso acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias às novas regras. Para garantir e “auxiliar” no processo das chamadas reformas estruturais, o FMI e demais agências do governo norte-americano ou multilaterais incrementaram a monitoração — novo nome da velha ingerência nos assuntos internos — das alterações “modernizadoras”.

Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. No entanto, conforme o ex-embaixador Paulo Nogueira Batista

apresentado como fórmula de modernização, o modelo de economia de mercado preconizado no Consenso de Washington constitui, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial caracterizado por empresas de pequeno porte e fornecedoras de produtos mais ou menos homogêneos. O modelo é o proposto por Adam Smith e referendado com ligeiros retoques por David Ricardo faz dois séculos. Algo que a Inglaterra, pioneira da Revolução Industrial, pregaria para uso das demais nações mas que ela mesma não seguiria à risca. No Consenso de Washington prega-se também uma economia de mercado que os próprios Estados Unidos tampouco praticaram ou praticam (...). O modelo ortodoxo de *laissez-faire*, de redução do Estado à função estrita de manutenção da “lei e da ordem” — da santidade dos contratos e da propriedade privada dos meios de produção — poderia ser válido no mundo de Adam Smith e David Ricardo, em mercados atomizados de pequenas e médias

empresas gerenciadas por seus proprietários e operando em condições de competição mais ou menos perfeita; universo em que a mão-de-obra era vista como uma mercadoria, a ser engajada e remunerada exclusivamente segundo as forças da oferta e da demanda; uma receita, portanto, de há muito superada e que pouco tem a ver com os modelos modernos de livre empresa que se praticam, ainda que de formas bem diferenciadas, no Primeiro Mundo (BATISTA, 1995, p. 119-120)

1.5 O neoliberalismo no Brasil

Alternativas políticas amparadas no ideário neoliberal já vinham se manifestando no Brasil desde o fim do regime militar, como resposta à crise dos governos dos generais. Com o fim da ditadura, duas vertentes se articulam para a sucessão do presidente-general João Figueiredo. De um lado, forças ligadas ao nacional-desenvolvimentismo, que vêem o estado como centro planificador do desenvolvimento, unem-se em apoio à candidatura de Tancredo Neves.

Num outro pólo, consolida-se uma vertente neoliberal, que achava que a saída da crise viria da quebra da intervenção estatal e pelo aprofundamento dos mecanismos de mercado. Além disso, segundo esta visão, o Brasil deveria abrir-se à divisão internacional de trabalho e permitir a entrada de produtos estrangeiros. Paulo Maluf foi seu representante político no quadro sucessório de então.

Tancredo ganhou, mas não tomou posse. Assumiu o então vice-presidente José Sarney, que mantém, inicialmente, o ministério desenhado pelo próprio Tancredo. Na área econômica, este ministério era marcado por uma dualidade: no Planejamento, estava João Sayad, economista heterodoxo, próximo à social-democracia e que, anos mais tarde, viria a compor o secretariado da prefeita petista Marta Suplicy, em São Paulo; na Fazenda, Francisco Dornelles, economista ortodoxo, identificado com o receituário recessivo do FMI. A queda de braço dura até a demissão de Dornelles, substituído pelo então empresário Dílson Funaro. Com isso, os neoliberais perdem espaço no governo.

Mas uma certa ortodoxia voltaria em breve, com a substituição – após o fracasso do Plano Cruzado – de Funaro por Bresser Pereira e,

de maneira ainda mais acentuada, com a troca deste por Maílson da Nóbrega, de viés ainda mais ortodoxo e monetarista.

Se no Brasil o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço, é no período Collor que efetivamente ele se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos, da grande imprensa, de setores significativos do pequeno e médio empresariado e até de uma parcela do movimento organizado dos trabalhadores, identificada com a central Força Sindical.

O mote de Collor era a “modernidade”. Isso significava abertura da economia ao capital externo, reforma do Estado com diminuição do seu papel e ampliação do espaço das relações de mercado, através da privatização de empresas estatais e liberalização do comércio exterior. A corrupção desenfreada e o conseqüente impeachment de Fernando Collor de Mello em setembro de 1992 não alteraram, no aspecto ideológico, as opções desenhadas.

Após um breve período de dois anos de governo Itamar Franco, ganhou as eleições e assumiu a presidência Fernando Henrique Cardoso. O neoliberalismo ganhou um representante mais sofisticado intelectualmente, com perfil de estadista e passado de esquerda, além de uma invejável produção teórica no campo das ciências sociais. E continuou definindo os rumos do País.

1.6 Não ao neoliberalismo

Nas décadas de 80 e 90, o neoliberalismo reinou quase absoluto. As esquerdas tradicionais, comunista e social-democrata – abaladas ambas, ainda que em grau e intensidade diferentes, pela queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética no final dos anos 80 – estavam num processo de tentar entender o novo contexto histórico. Triunfantes, pensadores identificados com o neoliberalismo chegaram a proclamar o fim da História, afirmando que a humanidade tinha chegado ao Estado Universal hegeliano ⁷, enquanto as regras de abertura dos mercados, liberalização econômica, desregulamentação, privatização e redução dos gastos sociais eram sancionadas pelos órgãos multilaterais, como o FMI,

⁷ FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. São Paulo: Rocco, 1992.

Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo G-8 (grupo dos oito países mais ricos do mundo).

As oposições à agenda destrutiva do neoliberalismo estavam fragmentadas e fragilizadas, mas em meados dos anos 90, diferentes movimentos sociais – sindicalistas, ecologistas, feministas, étnicos – começam a colocar-se e buscar formas de articulação capazes de fazer frente ao novo quadro da correlação de forças mundial. Em 94, no dia marcado para entrar em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o até então desconhecido Exército Zapatista de Libertação Nacional, liderado pelo subcomandante Marcos, promove uma sublevação popular na região de Chiapas, a mais pobre do México. Em 96, o EZLN promove, na selva da Lacandona, com quatro mil participantes, o I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo.

Nos países mais ricos, os trabalhadores e seus sindicatos também questionam o modelo em vigor. Na França, em 1995, realizam uma greve gigantesca, que paralisa os serviços públicos; algo incomum, os trabalhadores da Coreia do Sul, em 1997, paralisam inúmeras empresas privadas. Por seu turno, ONGs e ambientalistas ampliam sua articulação internacional e aprofundam o diálogo com outros setores.

Esta articulação dos que promoviam uma resistência ao neoliberalismo vai ter um marco importante em 1999. Naquele ano, em Seattle, nos Estados Unidos, no início da terceira reunião ministerial da OMC, 50 mil manifestantes tomaram as ruas da cidade, protestando contra a liberalização comercial. Para muitos – e para a grande mídia internacional – uma absoluta novidade. Para Susan George (apud LEITE, 2003, p.44-45)

o sucesso do movimento cívico em Seattle não constitui um mistério senão para aqueles que não contribuíram para ele. Graças sobretudo à internet, dezenas de milhões de adversários da OMC estavam organizados no terreno nacional e internacional, sem exclusões, ao longo de todo o ano de 1999. Com a condição de ter acesso a um computador e dominar um pouco de inglês, qualquer um podia ter acesso aos lugares da primeira fila e participar do avanço rumo a Seattle.

Outro momento significativo do desenvolvimento deste movimento global aconteceu em abril de 2000, quando mais de 30 mil manifestan-

tes reuniram-se em Washington, onde ocorria a reunião de primavera do FMI. Aí, segundo Leite,

novamente tiveram papel destacado os sindicalistas da AFL-CIO, principalmente metalúrgicos e do setor de comunicação, e a juventude, organizada por grupos de afinidade, coordenados em assembléias de porta-vozes. Também tiveram papel ativo os militantes do *Jobs with Justice*, uma organização criada para articular os movimentos de universitários, desempregados e trabalhadores precários, e as diversas ONGs envolvidas com a luta contra a *corporate globalization* (LEITE, 2003, p. 53).

Em setembro do mesmo ano, os protestos pipocaram em várias partes do mundo: no dia 8, em Nova York, no Encontro do Milênio das Nações Unidas; dia 11, em Melbourne, numa reunião regional do FMI; e no dia 26, em Praga, na reunião anual do FMI e do Banco Mundial, mais de 50 mil pessoas manifestaram-se contra a globalização neoliberal.

Os protestos cresciam e, com eles, a necessidade de uma maior articulação entre os movimentos. Já no começo de 2000, ainda sob os efeitos dos eventos de Seattle, os brasileiros Oded Grajew, da ONG Cives (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania), e Francisco Whitaker, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a partir de uma idéia do primeiro, começam a pensar na criação do Fórum Social Mundial. Na França, procuram por Bernard Cassen, diretor do *Le Monde Diplomatique* e presidente da ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos, que se entusiasma com a proposta.

Em 28 de fevereiro de 2000, reuniram-se, em São Paulo, representantes de oito entidades, que firmaram um acordo de cooperação para a realização do Fórum Social Mundial: Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais); ATTAC; Comissão Brasileira de Justiça e Paz; Cives; CUT (Central Única dos Trabalhadores); Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas); CJG (Centro de Justiça Global); e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

No mês seguinte, são procurados o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, e o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, ambos do

PT, que se dispõem a acolher o encontro do Fórum. Em junho, a proposta é levada a Genebra, onde – antes de um novo protesto – ocorreria uma conferência com cerca de 500 representantes de movimentos de resistência à globalização neoliberal. A adesão é ampla.

Finalmente, Porto Alegre vê acontecer, em 2001, o primeiro encontro do Fórum Social Mundial. Sob o lema “um outro mundo é possível”, reuniram-se, entre 25 e 30 de janeiro, quatro mil delegados e 16 mil participantes credenciados de 117 países, números acima do esperado pelos organizadores. Para Leite, membro da Secretaria e do Conselho Internacional do FSM,

o resultado do conjunto de atividades realizadas, que marcavam o caráter multifacetado e plural do Fórum, foi um importante reforço da moral e do espírito de luta do movimento mundial contra o neoliberalismo. Representava uma quebra com o pensamento único e o contato com uma enorme diversidade de atores sociais e políticos e de debates. Reforçava a articulação das lutas e construía uma maior identidade política entre aqueles que buscavam uma alternativa ao neoliberalismo (LEITE, 2003, p. 67).

Assim, ganhava corpo o processo de construção de uma contra-hegemonia⁸. A concepção neoliberal já não reinava absoluta. A idéia de que existiam alternativas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais aos rumos que o mundo vinha tomando nas últimas décadas já não parecia tão distante. Leite (2003, p. 11) desenha com precisão este momento histórico, ao afirmar que “a globalização neoliberal fora, afinal, apresentada ao seu outro reprimido, ao fantasma capaz de assombrá-la”.

Mas o FSM também rompe com certas formulações organizacionais da esquerda tradicional. Ele não é uma nova internacional e se recusa a assumir o papel de direção dos movimentos que dele participam; o que busca é incorporar – de modo plural – setores sociais que se identifiquem com a luta contra o neoliberalismo e contra a guerra. Ele não tem um programa pronto e acabado, ao qual pessoas ou grupos podem aderir, como é o caso dos partidos políticos, mas constitui um espaço

⁸ Ver capítulo 2. Seção 2.2.

de articulação e de encontros dos muitos que querem um mundo mais justo, “um outro mundo possível, onde caibam muitos mundos”.

Em 2001 foi lançada a semente. Nos anos seguintes, os encontros do Fórum Social Mundial reuniram cada vez mais gente, disposta à resistência contra o neoliberalismo. Em 2002, foram mais de 60 mil participantes. Só de delegados, o número passou dos quatro mil anteriores para 15 mil. Em 2003 – encontro cuja cobertura jornalística por parte de *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo* é objeto deste estudo – foram 100 mil pessoas.

Este encontro teve uma novidade fundamental: coincidiu com o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, um partido de esquerda, impulsionador do FSM que, pela via eleitoral e com alianças políticas com partidos de centro, chegava à presidência do Brasil pouco antes de completarem-se 20 anos do fim da ditadura militar no país.

Em 2004, o encontro do Fórum Social Mundial saiu de Porto Alegre, capital gaúcha, aconteceu na Índia, e reuniu 100 mil pessoas. Mas em 2005 voltou para seu berço e reuniu 155 mil inscritos. É possível que os próximos encontros – até pelo crescimento do número de participantes e os problemas logísticos que isso gera – se desdobrem em diferentes cidades.

Mas o processo contra-hegemônico também avança no campo dos governos: em meados da década, temos, na América do Sul, conquista de governos por partidos ou coalizões que se colocam no campo da crítica às políticas neoliberais, embora, pelas correlações de força dadas, ainda adotem políticas econômicas com viés ortodoxo.

Mas inegavelmente as eleições de Lula, no Brasil, Kirchner, na Argentina, Chávez, na Venezuela e, mais recentemente, Tabaré Vazques, no Uruguai – ao lado de outras na Europa, como a volta dos socialistas ao poder em Portugal e Espanha –, contribuem para mostrar o enfraquecimento da hegemonia neoliberal que, embora ainda não tenha sido completamente derrotada, vem sendo seguidamente batida no campo eleitoral.

Capítulo 2

O conceito de hegemonia

Hegemonia vem do grego *egemonía*, palavra usada para indicar o poder absoluto conferido aos chefes dos exércitos, os *egémones*, ou seja, condutores, guias. Em Gramsci, o conceito vai definir a capacidade de uma classe de manter sua dominação não apenas por meio da força, mas por ser capaz – indo além de seus interesses mais estreitos, mas sem perder de vista a perspectiva central – de exercer a liderança moral e intelectual sobre uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças, o *bloco histórico*. Assim, diz Gramsci,

o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000, v.3, p. 48).

Tal bloco vai representar uma base de consentimento para certa ordem social. Nesta,

a hegemonia de uma classe dominante é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e idéias. Essa 'textura

de hegemonia' é criada e recriada pelos intelectuais que, segundo Gramsci, são todos aqueles que têm um papel organizativo na sociedade (SASSOON. In BOTTOMORE, 1988, p. 177).

A hegemonia – direção intelectual e moral – vai ser exercida, então, pelo grupo social dominante sobre os grupos aliados do bloco histórico, mas na perspectiva de representar a toda a sociedade. Por isso, para aqueles que não consentirem, ativa ou passivamente, resta o “domínio”, a submissão inclusive pela força armada. Para Gramsci, analiticamente, o espaço da hegemonia é o da sociedade civil, enquanto o do domínio é a sociedade política ou o Estado, pois

podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2000, v. 2, p. 20-21)

Para apreender o conceito de hegemonia é fundamental ver como Gramsci trabalha a questão do Estado. Para ele, o Estado moderno estrutura-se de maneira mais complexa, amplia-se em relação à defi-

nição que via, no Estado, um mero “comitê executivo” da burguesia ¹. Uma de suas cartas à cunhada Tatiana Schucht resume bem sua visão:

esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento); e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.)(COUTINHO, 1989, p. 76)

Na carta, fica claro, as novas “determinações” aparecem pela relação de duas esferas: a *sociedade política* – que Gramsci também vai chamar de Estado em sentido estrito ou Estado-coerção –, formada pelo conjunto de instituições, tais como polícia, forças armadas, burocracia judiciária, etc., que garantem o monopólio legal da violência, e a *sociedade civil*, formada pelo conjunto de instituições ‘privadas’ que dão forma e difundem ideologias e concepções de mundo: escolas, igrejas, sindicatos, meios de comunicação, etc. Ele identifica então o Estado como composto por dois momentos: o do consentimento e o da coerção. A distinção, entretanto, é mais analítica que orgânica. Gramsci não perde de vista o momento da totalidade ², a superposição real destas duas esferas nas sociedades concretas.

Quando a *sociedade política* subordina completamente a *sociedade civil*, tem-se o que Gramsci chama de “oriente”, onde o Estado detém a

¹ No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels afirmaram que “a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (*Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-omega, s/d, p. 23)

² Nos *Cadernos*, Gramsci usa, às vezes, o termo “totalitário”. Carlos Nelson Coutinho, na nota 13 ao Caderno 11, v. 1 da edição brasileira, explica que o significado, aí, é de “algo unitário e que tem dimensão universal”. Aqui, ficamos com o conceito de totalidade conforme expresso por Löwy: “o princípio da totalidade como categoria metodológica obviamente não significa um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível, uma vez que a totalidade da realidade é sempre infinita, inesgotável. A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder sua relação com o conjunto” (LÖWY, 1993, p.16)

absoluta centralidade e a sociedade civil é pouco complexa e de baixa densidade. Caso exemplar deste modelo é a Rússia czarista. Porém, diz ele, “no Ocidente havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 262). Vale frisar que em Gramsci, neste caso, “oriente” e “ocidente” não significam conceitos geográficos, mas históricos, ou seja, há a possibilidade de formações sociais “orientais” se “ocidentalizarem” conforme se desenrolem seus processos histórico-sociais. O inverso também é possível, ou seja, sociedades “ocidentais” se orientalizarem. Basta pensarmos, por exemplo, que o totalitarismo nazista desenvolveu-se num país democrático; ou que a ditadura franquista, assim como a ditadura pinhocetista, “sucederam” – pela via militar – a governos eleitos.

A partir desta definição, Gramsci apresenta – por analogia à concepção militar – duas estratégias, historicamente definidas, para a revolução socialista. No “oriente” é a guerra de movimento, o ataque frontal voltado diretamente à conquista e manutenção do poder de Estado. Essa foi a fórmula aplicada com sucesso, por exemplo, pelos bolcheviques na revolução russa.

Tal fórmula, porém, por conta daquela “justa relação” entre sociedade civil e Estado, será ineficaz no ocidente. Aqui, o combate deve ser travado no âmbito da sociedade civil, em busca da conquista de espaços, da capacidade de direção política e do consenso da maioria da população, como forma de chegar ao poder de Estado e conservá-lo, pois “um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder)”(GRAMSCI, 2000, p. 62). É o que Gramsci vai chamar de guerra de posição, na qual se trava, então, uma disputa palmo a palmo pela hegemonia.

2.1 Ideologia

Além desta noção ampliada de Estado, outro elemento importante para a compreensão da hegemonia em Gramsci é o conceito de ideologia. Termo polissêmico, não há nas ciências sociais uma definição absoluta de seu significado. Mesmo dentro do marxismo, ao qual Gramsci se

filia, há diferentes interpretações. Mais ainda: na própria obra marxiana o termo ganha contornos que, se não chegam a ser contraditórios, têm distintas complexidades e capacidades explicativas.

Jorge Larrain, no verbete “ideologia”, escrito para o *Dicionário do Pensamento Marxista*, afirma que, em Marx e Engels, ideologia sempre teve uma conotação negativa e crítica, referida a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais. Mas identifica três fases da evolução do conceito em Marx. A fase vai dos primeiros escritos até 1844, onde a expressão ideologia ainda não aparece, mas seus elementos já estão presentes na idéia de “inversões” que obscurecem as coisas (crítica da religião e da concepção hegeliana do Estado). Aí Marx afirma que tal inversão é mais do que uma alienação filosófica ou simples ilusão, pois expressa as contradições e sofrimentos do mundo real.

A segunda fase identificada por Larrain vai de 1845 a 1857, quando aparece o conceito de ideologia, na crítica aos jovens e velhos hegelianos que, segundo Marx, partem da consciência em vez de partir da realidade material. Para ele, os problemas da humanidade não são as idéias errôneas, mas as contradições sociais reais, que geram aquelas. Ao ocultar tais contradições, a distorção ideológica contribui para sua reprodução e serve à classe dominante.

A terceira fase começa em 1858, com a redação dos *Grundrisse*. Embora aqui a palavra “ideologia” apareça pouco, o conceito ganha complexidade: Marx, ao analisar especificamente as relações sociais capitalistas, conclui que a conexão entre a “consciência invertida” e a “realidade invertida” é mediada – e não direta – por um nível de aparências que é constitutivo da própria realidade: o funcionamento do mercado e da concorrência nas sociedades capitalistas.

Após Marx – e ainda dentro do marxismo –, o conceito vai ganhar outras conotações. Em Lênin, por exemplo, ideologia vai aparecer como a consciência política ligada aos interesses de cada classe fundamental. Há então uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária e perde-se aquela caracterização negativa, de distorção das contradições, e ideologia ganha uma conotação mais neutra.

Lukács, outro importante pensador do marxismo ocidental vai acompanhar esta concepção neutra, pois, para ele, ideologia refere-se tanto à

consciência burguesa quanto à proletária. E o próprio marxismo é visto como a “ideologia do proletariado”.

Mario Stoppino, no verbete “ideologia”, escrito para o *Dicionário de política*, organizado por Norberto Bobbio, afirma que o termo conta hoje com dois significados: o **significado fraco**, predominante na ciência política contemporânea, vê ideologia como um conjunto de idéias e de valores a respeito da ordem pública, com função de orientar comportamentos políticos coletivos; e o **significado forte**, cuja origem é a obra de Marx, que entende ideologia como falsa consciência das relações de domínio entre as classes sociais.

Para ele, em Marx, temos ideologia como idéias e teorias socialmente determinadas pelas relações de dominação entre as classes. Na evolução, perdeu-se a conexão entre ideologia e poder, centrada em dois elementos: o caráter de falsidade da ideologia e sua determinação social. Por um lado, generalizou-se o princípio da determinação social, perdendo-se a perspectiva da falsidade, como, por exemplo, em Karl Mannheim e sua sociologia do conhecimento. De outro, reinterpretou-se o requisito da falsidade, perdendo-se a perspectiva da determinação social, com em Vilfredo Pareto e a crítica neopositivista da ideologia.

A concepção de ideologia que nos interessa aqui – até por sua profunda ligação com o conceito de hegemonia – é aquela expressa por Antonio Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, onde ideologia aparece como uma concepção de mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na economia e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva. Mais do que um sistema de idéias, é também uma orientação para a ação dos homens e fundamental para o exercício da hegemonia, pelo seu papel na adesão e /ou consentimento.

Por isso, Gramsci considera um erro a visão que entende a ideologia como mera falsa consciência e desqualifica os fenômenos ideológicos como “pura” aparência inútil. Ao contrário, para Gramsci a ideologia tem concretude, é uma força ativa e organizadora, moldando o terreno no qual os homens agem e tomam consciência de sua posição.

Ele afirma que todos os homens são filósofos, ainda que daquela filosofia incoerente, acrítica, espontânea, “peculiar a ‘todo o mundo’”, que se manifesta na linguagem, no senso comum, na religião e no folclore e que contém determinadas concepções de mundo. Dado este primeiro momento, o papel da filosofia da práxis (o marxismo) deve ser

o de trabalhar para que se estabeleça uma concepção de vida superior, crítica e coerente.

Mas é preciso destacar que, ao contrário de Lênin, não há aqui a idéia da “consciência vinda de fora”. A assunção de uma concepção crítica e coerente de mundo é um processo interno aos setores subalternos – as classes construindo historicamente seus intelectuais orgânicos – e mesmo aos indivíduos, pois

o homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua atuação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolher sem crítica. Todavia, esta concepção “verbal” não é inconseqüente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um dever histórico, que tem sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e

supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 1999, p. 103-104).

Em síntese, pode-se depreender, em Gramsci, a idéia de que a ideologia é componente das práticas sociais vividas e podemos então concluir, com Coutinho (1989, p. 66) que, para Gramsci, “a ideologia é o *medium* da hegemonia”.

2.2 Contra-hegemonia

Gramsci fala em disputa de hegemonia entre classes, frações de classe, concepções de mundo e até na consciência individual. Isto significa admitir que há – especialmente nos marcos de uma sociedade ocidentalizada – uma contra-hegemonia que se gesta mesma no interior de uma hegemonia dada, cuja construção processual é contra-arrestada por concepções de mundo que pretendem articular outro bloco histórico.

Isto acontece porque a hegemonia não é dada de uma vez por todas. Ela é um processo permanente, sujeita a fissuras, tentativas de reposicionamento entre os grupos sociais e mesmo crises conjunturais ou orgânicas (ruptura entre estrutura e superestrutura), quando se instala a crise de hegemonia. A ideologia dominante, que articula uma hegemonia, não é total e inescapável. Vivemos um tempo de conflitos ideológicos que desmente aos teóricos do fim da História ou do fim da ideologia.

Para Raymond Willians,

uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular [...] Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões.

Por isso, destaca o pensador marxista inglês,

Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática [...]. A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade. (WILLIANS, 1979, p. 115-116)

Outro aspecto que nos interessa dentro do conjunto conceitual gramsciano é o de aparelhos privados de hegemonia, com o qual ele denomina os organismos da sociedade civil moderna. Coutinho chama a atenção – apesar da semelhança dos termos – para a diferença deste conceito em relação ao de aparelhos ideológicos de Estado, cunhado pelo marxista-estruturalista francês Louis Althusser. Para Coutinho, os AIE de Althusser são mais adequados para designar o papel desempenhado pela ideologia como fonte de legitimação nas épocas ou situações em que o Estado, restrito, ainda não se tinha ampliado. Havia unidade entre Igreja e Estado, de modo que aquela não se colocava como algo “privado”, em relação a um Estado “público” e “laico”, e detinha o controle, por exemplo, de todo o sistema educacional.

Com as revoluções democrático-burguesas acontece um fato novo, segundo Coutinho: o processo de laicização do Estado, que já não impõe uma religião obrigatória e passa a controlar grande parte do sistema escolar. As ideologias deslocam-se para o campo do “privado”, sem serem mais impostas coercitivamente.

Então, conforme Coutinho,

criam-se assim, enquanto portadores materiais dessas visões de mundo em disputa, em luta pela hegemonia, o que Gramsci chama de ‘aparelhos privados de hegemonia’: e não se criam apenas novos “aparelhos hegemônicos” gerados pela luta das massas (como os sindicatos, os partidos, os jornais de opinião, etc); também os velhos “aparelhos ideológicos de Estado”, herdados pelo capitalismo, tornam-se algo “privado”, passando a fazer parte da sociedade civil em seu sentido moderno (é o caso da Igreja e,

até mesmo, do sistema escolar). Abre-se assim a possibilidade, que Althusser nega explicitamente, de que a ideologia (ou o sistema de ideologias) das classes subalternas obtenha a hegemonia no interior de um ou de vários aparelhos hegemônicos privados, mesmo antes que tais classes tenham conquistado o poder de Estado no sentido estrito, ou seja, tenham se tornado classes dominantes (COUTINHO, 1989, p. 80).

Entre os aparelhos privados de hegemonia – organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, este trabalho centra a atenção nos meios de comunicação. O próprio Gramsci já destacou a importância deles quando, propondo uma definição de partido político, afirma que os jornais – em seu tempo não havia televisão – podem exercer funções de partido. Também Lima (2001, p. 191-192), embora não ignore o papel de outros aparelhos privados de hegemonia reconhece na mídia, “especialmente na televisão, um papel central na tarefa contemporânea de ‘cimentar e unificar’ o bloco social hegemônico (e contra-hegemônico)”.

2.3 O intelectual coletivo

É preciso então absorver a noção de “partido político” desenvolvida por Gramsci para que possamos perceber o grau de importância que esta idéia do jornal como um partido político tem para a análise pretendida. Para ele, o partido revolucionário, o “moderno Príncipe” – expressão que toma emprestado de Maquiavel – tem o papel histórico de articular a construção de uma nova hegemonia, ou contra-hegemonia, na qual os setores subalternizados sejam capazes de dirigir a sociedade e o Estado no sentido da superação do capitalismo.

Muitos pensadores da sociologia política trabalham com a idéia de que o partido político moderno nasce a partir dos comitês eleitorais e grupos parlamentares, ligando-o à existência de parlamentos. Duverger, por exemplo, afirma que “os partidos políticos nasceram e se desenvolveram ao mesmo tempo que os processos eleitorais e parlamentares” (DUVERGER, 1968, p. 357). No mesmo sentido, Schwartzberg afirma que o partido moderno data do século XIX, tendo surgido na Inglaterra com o Reform Act de 1832 e a organização, pelos libe-

rais, de sociedades para inscrição dos eleitores, enquanto que na França e outros países do continente europeu ele estaria vinculado à transformação de grupos parlamentares e clubes políticos em organizações de massa, tendo por referência a revolução de 1848 (SCHWARTZENBERG, 1979, p. 489 ss.)

Já para Weber, a ação dos partidos “vai sempre dirigida a um fim metodicamente estabelecido, tanto se tratar-se de um fim ‘objetivo’ – realização de um programa com propósitos ideais ou materiais – como de um fim ‘pessoal’ – prebendas, poder”. Ainda de acordo com Weber,

só podem existir partidos dentro de comunidades de algum modo socializadas, quer dizer, de comunidades que possuem um ordenamento racional e um ‘aparato’ de pessoal disposto a realizá-lo. Pois a finalidade dos partidos consiste precisamente em influir sobre tal ‘aparato’ e, ali onde seja possível, em compô-lo de partidários. [...] No sentido mais geral a que aqui nos atemos, não são produtos de formas de dominação especificamente modernas. Consideramos também, desde o mesmo ponto de vista, aos partidos antigos e medievais, apesar de que sua estrutura difere consideravelmente da que apresentam os modernos (WEBER, 1992, p. 693-694)

Em linha semelhante, Schumpeter, citado por Cerroni, vai definir o partido político como “um grupo cujos membros se propõem a agir de comum acordo na luta de concorrência pelo poder político” (CERRONI, 1982, p. 12), enquanto LaPalombara e Weiner, citados por Schwatzenberg (op. cit.), vão dar ao partido político uma definição baseada na reunião de quatro critérios: 1. uma organização durável, cuja esperança de vida política seja superior à de seus dirigentes do momento; 2. uma organização local bem estabelecida que mantenha relações regulares com o escalão nacional; 3. vontade deliberada dos dirigentes locais e nacionais de conquistar e exercer o poder, só ou com outros e não simplesmente exercer influência sobre o poder; e 4. buscar apoio popular por intermédio de eleições ou por qualquer outra forma.

Contra essa visão mais tradicional da sociologia política, o pensador italiano Umberto Cerroni vai propor um tipo de análise mais complexa do fenómeno partidário. Para ele, não se pode reduzir a noção de partido à idéia genérica de ‘parte política’, pois se perde, assim, o diferencial

do partido político moderno. O que este tem de característico – não encontrável em nenhum agrupamento político pré-moderno – é o conjunto formado pela máquina organizativa e um programa político estruturado e articulado ao desenrolar histórico da luta de classes.

Para entender o fenômeno, Cerroni propõe que se tome por referência o partido socialista, por entendê-lo, independente de qualquer valoração, o protótipo histórico-teórico capaz de explicar o nascimento do partido político moderno e do moderno sistema de partidos. Segundo ele, “o partido político moderno [...] nasce também onde os parlamentos não existem, nasce antes dos parlamentos e talvez para propor e reivindicar o nascimento dos parlamentos”. E acrescenta:

para compreender esse fenômeno, devemos nos perguntar quais são os partidos políticos estruturados no plano organizativo e programático que inicialmente nascem lá também onde não existem os parlamentos. A resposta parece ser cientificamente indiscutível: o partido de que se trata é o partido socialista (CERRONI, 1982, p. 13)

Mas o partido socialista não “nasce” para simplesmente fazer propaganda dos ideais do socialismo. Ele está vinculado à evolução histórica das lutas do movimento dos trabalhadores – das caixas de auxílio mútuo, passando pela organização sindical até propor-se à direção hegemônica do conjunto da sociedade –, é consequência dessa evolução e é, portanto, mais do que um difusor de idéias socialistas, ao contrário da definição menos complexa com a qual trabalham os autores antes mencionados.

E o partido socialista assim desenvolvido, com máquina organizativa e programa político, estruturação muito maior que o baixo nível de organicidade existente nos agrupamentos políticos até então, vai influenciar todos os outros partidos, que tenderão a assumir um nível de organização mais complexo, menos fluido que o do ‘grupo parlamentar’, sob pena de serem derrotados na luta pela hegemonia e pela disseminação de sua concepção de mundo.

A concepção de partido político que serve de base ao pensamento de Cerroni é aquela apresentada por Gramsci, especialmente no volume 3 (Maquiavel e Notas sobre o Estado e a Política) dos *Cadernos do cárcere*, onde o marxista italiano traz a lume a idéia de que o partido

político é o organismo da sociedade civil moderna responsável por desempenhar as funções que, em Maquiavel, caberiam ao príncipe: tomar, fundar ou refundar o Estado.

Se em Maquiavel esta tarefa cabia a um indivíduo excepcional — lembremos que ele encerra *O príncipe* com um capítulo, o XXVI, com uma “exortação ao príncipe para livrar a Itália das mãos dos bárbaros”³ — Gramsci vai considerar que, na sociedade moderna,

o moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2000, v.3, p. 16).

Para capacitar-se a ser este agente da vontade coletiva, o partido revolucionário terá por tarefa básica contribuir para superar, entre os trabalhadores, uma consciência social de caráter meramente sindicalista, auxiliando-os a elevá-la a um nível de totalidade mais complexa. Nas categorias de Gramsci, então, o partido será chave para superar os “momentos egoístico-passionais” (corporativos/economicistas), fazendo a passagem para o “momento ético-político” (quando a classe se universaliza e se capacita à hegemonia).

Segundo Carlos Nelson Coutinho, nessa formulação das funções do partido residiria um ponto de continuidade entre Gramsci e Lênin, pois em *Que fazer* o revolucionário russo apresenta formulações análogas.

No entanto, há uma diferença fundamental: o modelo de Lênin — elaborado para situações de clandestinidade e sociedades ‘orientais’ nas quais a estratégia revolucionária seria a ‘guerra de movimento’, para o assalto imediato do poder de Estado — pressupõe um partido de revolucionários profissionais, de quadros. Esse modelo, depois cristalizado por Stálin como tendo validade universal, acabou sendo adotado como o único possível pela Internacional Comunista.

³ Maquiavel, N. *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores).

Gramsci, ao contrário, desenvolve toda sua concepção pensando num partido de massas, que se afaste do espontaneísmo — ou seja, um partido que desenvolva uma luta persistente e cotidiana para possibilitar aos movimentos espontâneos uma superação dos elementos de corporativismo e o desenvolvimento de concepções mais homogêneas e universalizantes —, mas que jamais ignore os sentimentos espontâneos da massa. Nas Teses de Lyon, ele e Togliatti insistem em que “não é necessário acreditar que o partido possa liderar a classe operária por meio da imposição externa da autoridade [...] tanto em relação ao período que precede a conquista do poder como com relação ao período que se segue”⁴. Coutinho vai entender que, em Gramsci, é justamente “essa unidade da ‘espontaneidade’ com a ‘direção consciente’ (ou seja, com a ‘disciplina’) é precisamente a ação política real das classes subalternas, enquanto política de massa e não simples aventura de grupos que dizem representar as massas” (COUTINHO, 1989, p. 106).

Gramsci ligava essa concepção às ‘sociedades ocidentais’, onde a estratégia socialista a ser desenvolvida é a “guerra de posição”, luta pela conquista da hegemonia, do consenso e da direção político-ideológica mesmo antes da tomada do poder.

Na ‘guerra de posição’, a batalha cultural desempenha um papel fundamental naquilo que Gramsci vai chamar de reforma intelectual e moral. Coutinho afirma que, para Gramsci, sem uma nova cultura, as classes subalternas continuarão sofrendo passivamente a hegemonia das velhas classes dominantes e não poderão se elevar à condição de classes dirigentes [...] “lutando pela difusão de massa de uma nova cultura - ou seja, de uma cultura que recolha e sintetize os momentos mais elevados da cultura do passado [...] o ‘moderno Príncipe’ estará criando as condições para a hegemonia das classes subalternas” (COUTINHO, 1989, p. 107).

A idéia da importância da batalha cultural explica o papel destacado que, na concepção de Gramsci, desempenham os intelectuais. É importante, porém — para fugir do idealismo que esta afirmação assim colocada possa pressupor —, esclarecer o que Gramsci entende por intelectual. Ele afirma que todos os homens são intelectuais, porque não existe atividade humana que seja puramente mecânica: em todas elas

⁴ Apud Monty Johnstone. Partido. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

— e também fora do exercício de sua profissão — o homem desenvolve algum tipo de atividade intelectual e participa de uma concepção de mundo. Assim, ele afirma, “seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2000, p. 18).

Já vimos que, de maneira análoga, Gramsci afirma no *Caderno 11 – Introdução ao estudo da filosofia* que todos os homens são filósofos, ainda que inconscientemente, daquela filosofia que está contida na linguagem, no senso comum e no bom senso e na religião popular, que envolvem uma determinada concepção de mundo.

Entre os que desempenham as funções de intelectuais, para o autor, há dois tipos: o intelectual tradicional, aquele que tendo no passado vinculações estreitas com determinada classe ou fração de classe, com o desaparecimento desta se transforma numa camada social relativamente autônoma e independente. Exemplo disso é o clero em relação à nobreza feudal. Há também o intelectual orgânico, que surge em estreita vinculação com a emergência de uma classe social e tem por função dar homogeneidade e consciência a essa classe.

Além disso, Gramsci entende que todos os membros do partido são intelectuais, embora exista entre eles distinção de graus. O que conta é a função que exercem, de direção e de organização, pois no partido político os filiados superam os seus interesses imediatos (corporativos ou egoístico-passionais) e tomam-se agentes de atividades gerais de caráter nacional e internacional (essencialmente políticas), já que “um comerciante não ingressa num partido político para comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra” (GRAMSCI, 2000, p. 25).

Mas se o partido pode desempenhar esta função de “intelectual coletivo” (termo cunhado por Palmiro Togliatti), é possível depreender em Gramsci também uma leitura inversa: os intelectuais exercendo as funções de partido, ou seja, dando forma homogênea à consciência da classe à qual estão organicamente ligados. Assim — novamente recuperando aqui uma crítica à ciência política de corte mais positivista, vinculada a uma certa engenharia social e institucional —, Gramsci se pergunta se “será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar de ‘partido político?’”. E responde:

pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de ‘partido’ e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou grupo de jornais), uma revista (ou grupo de revistas), são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’. Veja-se a função do *Times* na Inglaterra, a que teve o *Corriere della Sera* na Itália, e também a função da chamada ‘imprensa de informação’, supostamente ‘apolítica’, e até a função da imprensa esportiva e da imprensa técnica (GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 349-350).

Capítulo 3

As teorias da notícia e os efeitos sociais da comunicação jornalística

O que define a notícia? Por que certos fatos transformam-se em acontecimentos noticiáveis e, portanto, são dados à existência pública e social enquanto outros, ao não se beneficiarem desta possibilidade, são relegados ao desconhecimento? Que critérios presidem a seleção, entre as incontáveis ocorrências diárias no âmbito da humanidade, daquelas que terão a sorte de aparecer em letras de forma ou na tela da TV? Serão eles ‘claros e distintos’ o suficiente para evitar a subjetividade nesta escolha?

Já faz parte do folclore jornalístico o jogo de palavras de Amus Cummings. Para ele, “se um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, aí, então, é notícia e sensacional”. Fraser Bond, em sua *Introdução ao jornalismo*, cuja primeira edição é de 1954, afirma que o que determina o valor da notícia são a oportunidade, a proximidade, o tamanho (o muito pequeno e o muito grande são atraentes) e a importância. John Hohenberg, no seu *Manual de jornalismo*, aponta as características da notícia: precisão, interesse, atualidade e explicação, enquanto Luiz Amaral, em *Técnicas de jornal e periódico*, oferece os seguintes atributos da notícia: atualidade, ve-

racidade, interesse humano, raio de influência, raridade, curiosidade e proximidade¹.

Em linha semelhante, um dos mais utilizados manuais nos cursos de jornalismo brasileiros, o *Técnicas de Codificação em Jornalismo*, do jornalista e professor Mário Erbolato, apresenta 24 características da notícia: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura, conseqüências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial do jornal, oportunidade, dinheiro, expectativa, originalidade, culto de heróis, descobertas e invenções, repercussão, confidências.

O *Novo manual de redação*, da *Folha de S. Paulo*, no verbete “importância da notícia” afirma:

critérios elementares para definir a importância de uma notícia: a) ineditismo (a notícia inédita é mais importante do que a já publicada); b) improbabilidade (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada); c) interesse (quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é); d) apelo (quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é); e) empatia (quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é). Ao levar em consideração esses critérios, não esqueça que as reportagens da *Folha* devem atender às necessidades de informação de seus leitores, que formam um grupo particular dentro da sociedade). Esses interesses mudam e o jornal participa de modo ativo desse processo.

Estas ‘receitas’ podem até ser de alguma valia – muito relativa, por sinal – para repórteres iniciantes, mas não esclarecem as questões que abrem este capítulo.

3.1 As teorias da notícia

Ao longo do século XX, conforme Traquina, desenvolveram-se diferentes teorias da notícia, na busca daquelas respostas. Sigo aqui a nomenclatura da compilação feita pelo pesquisador português, que destaca,

¹ Apud LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 2000 <disponível em www.ufsc.br>

para o caso, que o uso do conceito *teoria* é impreciso, porque pode significar “somente uma explicação interessante e plausível e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições” (TRAQUINA, 2001, p. 65). Trabalhando sobre este mesmo tema e também tendo por base a obra de Nelson Traquina, o pesquisador brasileiro Alfredo Vizeu preferiu chamá-las de “teorias intermediárias” (VIZEU, 2003, p. 1).

3.1.1 A teoria do espelho

A base desta tentativa de explicação é a idéia de que o produto do jornalismo é um retrato fiel da realidade. Quer dizer, as notícias são determinadas, sem mediações, pela realidade concreta, sendo impregnadas pelo conceito de objetividade, que demarca com muita força a auto-imagem dos jornalistas, constituindo, conforme Traquina (2001, p. 65), “a ideologia dominante no campo jornalístico”.

Nesta visão, o jornalista é um observador cauteloso, que relata com isenção, equilíbrio, de maneira objetiva, o que aconteceu, sem emitir ou sequer deixar transparecer opiniões e impressões pessoais. Os fatos falam por si mesmos e o jornalismo simplesmente intermedeia – sem interferências de qualquer tipo – os acontecimentos e sua tomada de consciência por um público mais amplo do que aquele que, eventualmente, teve a oportunidade de presenciar seu desenrolar. Naquele que, segundo o editor Folco Masucci, “é o primeiro livro didático de ‘Técnica de Jornal’ editado no país” – *A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário*, de 1969 –, o jornalista, professor e pesquisador de comunicação Luiz Beltrão afirma que

a notícia é o relato de um fato, de uma idéia ou de uma situação que esteja, no momento, atuando no seio da comunidade a que o jornalismo serve. Por isso mesmo, a informação jornalística deve ser **impessoal**, no sentido de que a participação de quem a transmite ao público é puramente mecânica. O jornalista, aqui, apenas recolhe e narra os fatos [...] os fatos são sagrados; só o comentário é que é livre. Ora, a notícia, que é um registro fiel do fato, deve ser tão sagrada e inviolável, tão inalterável como o próprio fato. [...] o noticiarista comum [...] deve cuidar de que a notícia reflita o acontecimento tal como sucedeu, deixando a

outrem e ao leitor a tarefa de chegar, por sua conta e risco, às próprias conclusões (BELTRÃO, 1969, p. 107).

Herdeira direta do positivismo, a teoria do espelho, com seu corolário de objetividade jornalística, veio substituir a concepção historicamente anterior do jornalismo como arma política e do jornalista como militante de causas partidárias. Há motivos históricos que demarcam esta passagem. Entre elas, a transformação paulatina dos jornais em empresas capitalistas, voltadas à racionalização e ao lucro. Amaral (1996, p. 26) identifica nos primeiros trinta anos do século XIX na Inglaterra, França e Estados Unidos esta passagem de uma imprensa partidarizada – quando, segundo ele, “comprava-se jornal para se ler as críticas aos adversários, quase sempre pessoais, procedentes ou não” – para uma imprensa comercializada. Ele destaca que

a partir de então, a objetividade, ou melhor, aquilo que mais tarde ganharia o nome de objetividade, passa a se identificar com uma mistura de estilo direto, imparcialidade, fatualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologia. Quer dizer que, em sua tarefa diária, o jornalista precisaria deixar em casa suas normas, princípios, referências políticas e ideológicas, procurar excluí-los do pensamento e se concentrar na narração dos fatos, sem tentar explicá-los ou comentá-los² (AMARAL, 1996, p. 26).

Há de se relevar o papel que as agências noticiosas tiveram na construção deste *novo* jornalismo, no quadro da emergência das redes de comunicação global, marcada, conforme Thompson (1998, p. 137-143), por três desenvolvimentos-chave no final do século XIX e início do XX: 1) cabos submarinos; 2) agências internacionais de notícias; e 3) organizações internacionais para a distribuição das frequências no espectro eletromagnético.

² A descrição da postura exigida do jornalista, feita por Amaral, é idêntica àquela exigida por Durkheim, e pelos demais positivistas, do cientista social. Este também deveria limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando prenoções e os preconceitos, de forma igual ao que faria o homem das ciências da natureza.

O telégrafo, primeiro meio a explorar a eletricidade, teve experimentos desde o final do século XVIII. O de maior sucesso foi o de Morse, que usava o sistema traço-ponto. Em 1843 Morse constrói a primeira linha regular, entre Washington e Baltimore. A base técnica de circulação da mensagem telegráfica era a fiação elétrica, o que limitava sua expansão.

Entretanto, em 1851-2 são instalados os primeiros cabos submarinos ao longo do Canal da Mancha e entre Inglaterra e Irlanda, o que permitiu que as mensagens já não ficassem limitadas ao continente. Em 1870, cabos ligavam a Europa à China e à Austrália. Em 1900, 306 mil quilômetros de cabos submarinos estavam instalados ao redor do mundo. 72% deles eram de firmas inglesas, a maioria da Eastern and Associated Companies. Surgia o primeiro sistema global de comunicação.

As agências internacionais de notícias foram grandes beneficiárias do desenvolvimento do telégrafo via cabo submarino. A primeira havia sido criada por Charles Havas, em Paris, em 1835. Inicialmente, ela coletava informações de diferentes jornais europeus e as entregava diariamente à imprensa francesa. Em 1840, começou a fornecer notícias para clientes em Londres e Bruxelas, por meio de carruagens e um serviço regular de pombos-correio. Pouco mais tarde, em 1849, Bernard Wolff cria uma agência em Berlim e Paul Julius Reuter, em 1851, cria outra em Londres.

Em 1869, com o Tratado das Agências Aliadas, as três dividiram entre si suas áreas geográficas de atuação. Cada uma trabalhava estreitamente ligada às elites políticas e comerciais das nações que lhes serviam de sede. Depois da I Guerra, este cartel foi fortemente impactado pelo crescimento de duas agências norte-americanas, a Associated Press (AP) e a United Press Association (UPA), mais tarde transformada em United Press International (UPI).

Os primeiros clientes das agências foram governos, banqueiros e negociantes. Logo, passariam também a atender os jornais. Para Amaral

como os clientes antigos e novos representavam diferentes segmentos da população, as agências, beneficiadas e, ao mesmo tempo, cobradas pelas novas realidades, foram obrigadas a manter um certo grau de imparcialidade. Impôs-se a confecção de

um noticiário equilibrado, de forma a contemplar todos os lados da questão [pois] era preciso então que elas oferecessem um produto capaz de atender às necessidades específicas de cada cliente, refletindo o caráter social do mercado e levando em conta seus interesses, valores e preconceitos. Passaram a vender notícias uniformes, neutras e imparciais a jornais politicamente diversos. Daí a adoção do conceito que mais tarde seria chamado de objetividade e que alguns autores creditam especificamente à Associated Press (AMARAL, 1996, p. 28)

Era o início do que Barros Filho (1995) vai chamar de objetividade como “uma estratégia de legitimação de um tipo de produto dentro de um campo jornalístico em formação”. De um lado, o jornalismo do passado: ‘sensacionalista’, ‘marrom’, panfletário. De outro, o jornalismo moderno, imparcial, objetivo³.

As técnicas jornalísticas acompanham a mudança. É deste período o surgimento do *lead* e da “pirâmide invertida”, forma de construção da notícia que consiste em, já no primeiro parágrafo, responder às seis perguntas clássicas: quem, que, quando, onde, como e por que. Até hoje hegemônica, esta técnica permite, ao menos em tese, que o leitor possa inteirar-se dos fatos ao ler os primeiros parágrafos da notícia, ainda que numa visão mais panorâmica.

O processo industrial de confecção dos jornais também foi beneficiado pela ‘pirâmide invertida’ pois, em caso de necessidade, as matérias jornalísticas poderiam ter seus últimos parágrafos suprimidos (cortar pelo pé da matéria, no jargão jornalístico) com menor prejuízo para a informação. Barros Filho (op. cit.) lembra que a transmissão das notícias

³ Pierre Bourdieu afirma que “o campo jornalístico se constituiu como tal no século XIX em torno da oposição entre jornais que ofereciam antes de tudo *nouvelles*, de preferência ‘sensacionalistas’, ou melhor, de sensação’, e jornais propondo análises e comentários, preocupados em marcar sua distinção em relação aos primeiros enfatizando com vigor os valores da *objetividade*; o campo jornalístico é o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, acordados entre aqueles que reconhecem de forma mais completa os ‘valores’ e os princípios internos, e o reconhecimento pelo maior número, materializado pelo grande número de entradas, de leitores, ouvintes ou espectadores, ou seja, o índice de venda (*best seller*) e o lucro em dinheiro, a sanção do plebiscito democrático sendo inseparavelmente, neste caso, um veredicto do mercado” (Apud BARROS FILHO, 1995, p. 23).

das agências pelo telégrafo também levou a uma certa hierarquização das informações na construção do texto noticioso: caso o serviço fosse interrompido – o que não era muito raro – a parte da notícia já enviada teria utilidade na produção dos diários e dos jornais radiofônicos.

A ideologia da objetividade, ao lado da metáfora do espelho, apesar das polêmicas e controvérsias, é ainda marcante no jornalismo contemporâneo. Autores como Barros Filho, Traquina, Sousa e outros a vêem como o eixo de legitimação do campo jornalístico, envolvendo jornalistas e proprietários dos meios de comunicação, que poderiam ter sua credibilidade arranhada caso deixassem de ser vistos como simples mediadores que reproduzem o acontecimento na notícia.

3.1.2 A teoria do *gatekeeper*

David Manning White, em 1950, publicou no *Journalism Quarterly* o artigo *O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias*⁴. Nele, buscou aplicar ao jornalismo uma idéia desenvolvida pelo psicólogo Kurt Lewin a respeito de uma pessoa ou um grupo que toma decisão numa seqüência de decisões. Sinteticamente, na teoria do *gatekeeper* entende-se que o processo de produção da notícia se dá a partir de uma série sucessiva de escolhas, na qual determinada informação tem de passar por diversos portões (gates) – áreas de decisão onde os jornalistas (*gatekeepers*) selecionam ou não esta informação. Em caso positivo, a informação segue em frente; senão, interrompe-se sua progressão, o que significa que ela não virará notícia publicada.

O artigo de White tem por base a figura de Mr. Gates, jornalista de 40 anos, 25 de experiência no jornalismo, onde começou como revisor. No momento da pesquisa, era o editor do material enviado pelas agências Associated Press, United Press e International Press Service num jornal médio (30 mil exemplares) de uma cidade do meio-oeste norte-americano. A pedido do pesquisador, o jornalista anotou durante uma semana, de 6 a 13 de fevereiro de 1949, nos próprios despachos das agências, os motivos que o levaram a rejeitá-los. No final deste período, ‘Mr. Gates’ recebera 31496 centímetros de coluna de material

⁴ Reeditado em TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

das agências e utilizara apenas 3294 centímetros de coluna, cerca de 10% do total.

White conclui que o processo de seleção de notícias é subjetivo e arbitrário, porque “muitas das razões que o ‘Mr. Gates’ apresenta para a rejeição das notícias caem na categoria de juízos de valor muito subjetivos”, pois é

somente quando analisamos as razões apresentadas pelo ‘Mr. Gates’ para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para o qual tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de ‘notícias’ é extremamente subjetiva e dependente dos juízos de valor do *gatekeeper* (WHITE. In TRAQUINA, 1999, p. 145).

As notícias são então explicadas como resultado da ação de pessoas e de suas intenções. Para os críticos, esta é sua insuficiência. Traquina (2001, p. 70), por exemplo, a critica por sua abordagem microssociológica, ao nível individual, descartando outros fatores. No mesmo sentido, Kunczik (1997, p. 239) ressalta que a incapacidade explicativa dos estudos individualistas se dá porque eles passam por alto os condicionantes sociais do comportamento do ‘seletor de notícias’.

Sousa, no entanto – embora perceba as lacunas da teoria do *gatekeeper* apresentada por White – destaca um risco que pode estar embutido nas críticas: perder de vista que a ação pessoal do jornalista é também um dos condicionantes do processo. Destaca que estudos recentes demonstram que o que ele chama de “fatores ambientais” ou “ecossistemáticos”, como os prazos de fechamento, o espaço ou tempo disponível, as políticas organizacionais dos jornais, o meio cultural, social, econômico e político desempenham papel importante na construção das notícias.

No entanto, afirma, é necessário notar que

a ênfase recente nos fatores “ecossistemáticos” teve, por consequência, algum alheamento da comunidade acadêmica em relação “ao que vai na mente” dos jornalistas, nomeadamente no campo do papel das cognições dos jornalistas para a construção das notícias, isto é, um certo alheamento para a forma como a “mente” ajuda a construir as notícias, que é um aspecto de

ação pessoal conformativa das notícias, porventura tão importante como o campo das intenções, crenças, valores e expectativas individuais de cada jornalista (SOUSA, 2002, p. 40).

Esta estrutura, segundo ele, leva os jornalistas, submetidos à pressão do tempo e a uma quantidade enorme de informações, a construir rotinas cognitivas para organizá-las. Assim, ao valer-se de formas rotinizadas e estereotipadas de pensamento, o jornalista tende a fabricar informação padronizada e a “selecionar sempre como tendo valor noticioso o mesmo tipo de acontecimentos”.

Ele conclui que, embora mescladas a outras forças, as notícias sempre têm algo da ação pessoal de quem as produz. Assim, a crítica à insuficiência da teoria do *gatekeeper* não deve levar ao completo abandono teórico do papel individual do jornalista – assim como o das fontes – na constituição da notícia.

3.1.3 A teoria organizacional

Fugindo do recorte individualista presente na teoria do *gatekeeper* e ampliando a perspectiva para um nível mais macrossociológico, Warren Breed publica em 1955 o artigo *Controle social da redação: uma análise funcional*⁵. O foco passa a ser a empresa jornalística e os processos de socialização que ela promove junto aos jornalistas, levando à conformação com a política editorial da organização.

A partir de “entrevistas intensivas com cerca de 120 jornalistas, principalmente da zona nordeste dos Estados Unidos”, de jornais com tiragens diárias entre 10.000 e 100.000 exemplares, Breed destaca os constrangimentos que a organização provoca sobre a atividade do repórter.

Para isso, é fundamental o processo de socialização pelo qual passa o jornalista novato dentro da organização, pois

todos, com exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprendem “por osmose”. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e “aprendem as regras” como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo

⁵ Reeditado em TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades. A orientação política é um elemento importante das normas da redação, e é aí que ele a aprende. (BREED. In TRAQUINA, 1999, p. 155).

Tal processo, conforme Breed, compõe-se de seis fatores que promovem o conformismo à política editorial do veículo: 1) a autoridade institucional e as sanções, ou seja, a atribuição de tarefas (matérias e coberturas mais ou menos nobres), cortes, reescrita e localização dos textos, assinatura ou não da matéria, etc; 2) os sentimentos de obrigação e de estima com os superiores, ou seja, admiração e respeito pelos mais experientes e conhecidos, gratidão pela eventual ajuda, etc; 3) as aspirações de mobilidade, pois indispor-se com a política editorial do jornal pode criar obstáculos aos avanços na carreira e à assunção de postos de relevo; 4) ausência de grupos de lealdade em conflito, já que, em sua pesquisa, Breed não identificou, por exemplo, força nas organizações sindicais para influir neste processo; 5) o prazer da atividade, uma vez que os jornalistas gostam de seu trabalho, há tarefas interessantes e um ambiente de camaradagem nas redações; e 6) a notícia como um valor, pois a busca pela notícia é uma preocupação constante (costuma-se dizer que jornalista é jornalista 24 horas por dia). Este interesse comum pela notícia é capaz de cimentar a harmonia entre jornalistas e direção.

Para Breed,

os seis factores promovem o conformismo com a política editorial do jornal. [...] No entanto, o processo poderá ser um pouco melhor entendido com a introdução de mais um conceito – o grupo de referência. O *staffer* [jornalista empregado], em especial o novato, identifica-se a si próprio, através da existência destes seis factores, com os executivos e com os *staffers* veteranos. Se bem que ainda não seja um deles, ele partilha as normas deles, e assim a sua actuação vem a parecer-se com a dos outros. Ele conforma-se mais com as normas da política editorial do que com quaisquer crenças pessoais que ele tivesse trazido consigo, ou com ideais éticos. (BREED. In TRAQUINA, 1999, p. 160).

No entanto, ele destaca, há possibilidades e momentos de fuga deste controle. Há fatores, no nível decisório do jornalista, que contribuem

para isso, como: a) a falta de clareza e de estruturação das normas da política editorial; b) o jornalista, em muitos pontos, tem a opção de selecionar quem entrevistar e quem ignorar, que perguntas fazer, que aspectos realçar, que tom dar aos vários elementos possíveis da notícia; c) a “especialização” do jornalista em determinado setor, com seu próprio conjunto de fontes; d) o estatuto de “estrela” de determinados jornalistas permite a eles transgredirem a política editorial do jornal.

Essas possibilidades, entretanto, se tinham maior campo de ação no momento histórico da pesquisa de Breed, hoje, apesar de não eliminadas completamente, devem ser muito relativizadas. Isso pela ampliação do uso da pauta ⁶, cada vez mais detalhada, que discrimina fontes, enfoques e até perguntas e tamanho que a matéria jornalística vai ocupar, constituindo-se em um dos principais filtros, “um fio condutor que delimita o que será publicado ou levado ao ar”, conforme Clóvis Rossi em *O que é jornalismo*, de 1985.

Traquina (2001) elenca outros estudos que também procuraram destacar a influência organizacional no conteúdo das notícias. Lee Sigelman, no artigo *Reporting the news: an organizational analysis*, publicado em 1973 no *American Journal of Sociology*, onde analisa dois jornais norte-americanos, destaca três mecanismos que integram ou coagem o jornalista: por osmose, por controles diretos exercidos pelos superiores e por motivações materiais e normativas, em especial os vencimentos e sentimentos de lealdade. Dan Nimmo, em *Newsgathering in Washington*, de 1964, estudo sobre 35 correspondentes em Washington, mostra que dois controles indiretos são a utilização da notícia na edição e o tipo de tarefa atribuída. Para James Curran, em *Culturalist perspectives of news organizations: a reappraisal and a case study*, de 1990, o jornalista goza de uma “autonomia consentida”, que dizer, a auto-

⁶ 1. Agenda ou roteiro dos principais assuntos a serem noticiados em uma edição de jornal ou revista, programa de rádio ou tv etc. Súmula das matérias a serem feitas em uma determinada edição. 2. Planejamento esquematizado dos ângulos a serem focalizados numa reportagem, com um resumo dos assuntos (no caso de *suíte*) e a indicação ou sugestão de como o tema deve ser tratado. [...] Podem estar contidos numa pauta, além do resumo do assunto, o tratamento que deve ser dado à matéria, uma sugestão de lide, perguntas para os entrevistados, nomes, endereços e telefones de possíveis informantes etc. (RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo G. *Dicionário de comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995)

mia do jornalista é permitida enquanto se exercer em conformidade às regras da empresa jornalística.

Em síntese, para a teoria organizacional, as notícias são, conforme Traquina (2001, p. 77), “o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística”.

3.1.4 As teorias de ação política

Nas teorias de ação política, segundo Traquina (2001), os veículos noticiosos são vistos de uma perspectiva instrumental: estão objetivamente servindo a determinados interesses políticos. O autor português identifica duas versões destas teorias. Na versão de direita, os jornalistas têm um papel ativo nas críticas anticapitalistas, pois compõem, ao lado de burocratas e outros intelectuais, uma “nova classe” com “interesse em expandir a atividade reguladora do Estado à custa das empresas privadas” (p. 81).

Além dos autores citados por Traquina (Kristol, 1975; Efrom, 1979; Lichter, Rotham e Lichter, 1986), análises semelhantes, com referências à imprensa brasileira, poderão ser encontradas no site Mídia Sem Máscara (www.midiasemmascara.org), editado pelo jornalista e filósofo Olavo de Carvalho, para quem o jornalismo brasileiro e mundial integram uma articulação esquerdista, ao lado, entre outros, de ONGs e movimentos pacifistas.

Robert Hackett (apud TRAQUINA, 2001, p. 81) elenca os pressupostos da versão de direita das teorias de ação política:

- 1) os jornalistas detêm o controle pessoal sobre o produto jornalístico;
- 2) os jornalistas estão dispostos a injetar as suas preferências políticas no conteúdo noticioso;
- 3) os jornalistas enquanto indivíduos têm valores políticos coerentes e, a longo prazo, estáveis. Nesta versão da teoria, os valores coletivos dos jornalistas são considerados substancialmente diferentes da população em geral.

Na versão de esquerda, conforme Traquina, os jornalistas são vistos como “executantes a serviço do capitalismo, quando não coniventes com as elites” (p. 81). No que ele chama de uma das mais completas formulações desta visão, Edward Herman e Noam Chomsky, num

livro de 1989 chamado *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*⁷, negam tanto a teoria do *gatekeeper* quanto a teoria organizacional, pois, para eles,

o conteúdo das notícias não é determinado ao nível interior (isto é, ao nível dos valores e preconceitos dos jornalistas), nem ao nível interno (isto é, ao nível da organização jornalística), mas ao nível externo, ao nível macroeconômico. Nesta versão da teoria, uma relação direta é estabelecida entre o resultado do processo noticioso e a estrutura econômica da empresa jornalística [...] os mídia reforçam os pontos de vista do *establishment* (o poder instituído), devido ao poder dos donos dos grandes meios de comunicação social e dos anunciantes. (TRAQUINA, 2001, p. 82)

Para os autores, há cinco fatores que explicam a submissão do jornalismo ao capital: 1) a estrutura de propriedade; 2) a procura do lucro e a importância da publicidade; 3) a dependência dos jornalistas de fontes governamentais e empresariais; 4) as ações punitivas dos poderosos e, no caso da imprensa americana, 5) a forte ideologia anticomunista dominante entre a comunidade jornalista. Isto leva Herman e Chomsky e formularem a hipótese do modelo de propaganda, assim explicado por Traquina (2001, p. 84):

o ‘propaganda *framework*’ sugere a seguinte hipótese: quando surgem situações em que podem ser ‘marcados pontos contra países inimigos’ ou idéias ameaçadoras, os mídia serão frequentemente ativos em ‘campanhas publicitárias’ de grande intensidade e paixão. Pelo contrário, quando acontecimentos muito semelhantes ocorrem em países amigos, os mídia mostrarão interesse pelas circunstâncias especiais envolvidas e prosseguirão uma política de negligência benigna.

Então, para Traquina, a conclusão de Herman e Chomsky é que o jornalismo é uma arena fechada, numa “visão altamente determinista do funcionamento do campo jornalístico” (p. 85), sem possibilidades

⁷ Publicado no Brasil, em 2003, pela editora Futura, com o título *A manipulação do público*.

de manifestações de autonomia ou de fuga do controle. Ele critica também a limitação da pesquisa a estudos de caso das questões de política internacional, o que reduziria sua capacidade explicativa para assuntos internos, nos quais poderia haver maior divisão entre a elite. E cita a crítica de Daniel Hallin, exposta em *We keep América on top of the world*, para quem o modelo de propaganda de Herman e Chomsky é estático e unidimensional, reduzindo a ideologia dos jornalistas a uma mera questão de falsa consciência.

3.1.5 A teoria estruturalista

Esta autonomia, relativa, em relação a um controle direto do poder econômico vai ser reconhecida pelos autores que integram a teoria estruturalista, embora partilhem com a teoria de ação política, versão de esquerda, a visão da mídia como elemento importante na reprodução da ideologia dominante. Herdeiros do marxismo com um viés gramsciano, tais autores compõem a escola britânica dos estudos culturais.

Para Stuart Hall [et.al.], em *A produção social das notícias: o ‘mugging’ nos media*⁸, os meios de comunicação não narram simplesmente acontecimentos “naturalmente” noticiáveis, mas “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (HALL et. al. In TRAQUINA, 1999, p. 224).

Tal processo compõe-se, entre outros, de três aspectos importantes: 1) a organização burocrático-rotineira dos jornais, que vai direcioná-los para certos tipos de acontecimentos de acordo com sua própria estrutura interna – número e ênfase de editorias, de repórteres, correspondentes, setoristas, contratos com agências noticiosas, etc. – que implica na possibilidade ou não de “cobrir” determinados fatos, além de sua própria forma de inserção no campo jornalístico (jornal econômico, esportivo, local, etc.); 2) a estrutura dos valores-notícia (o fora do normal, o inesperado, o trágico e o dramático, etc), que organiza, seleciona e hierarquiza as matérias dentro de categorias prévias (as editorias); e 3) o momento de construção da própria notícia, quando um acontecimento

⁸ Reeditado em TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2ª ed. Lisboa: Veja, 1999.

é tornado significativo, a partir de suposições sobre o que é a sociedade e como ela funciona.

Esta pressuposição, para Hall [et. al.], é a de uma natureza consensual da sociedade, perspectiva que

nega quaisquer discrepâncias estruturais importantes entre diferentes grupos, ou entre os mapas de significado muito diferentes numa sociedade. Este ponto de vista ‘consensual’ tem conseqüências políticas importantes, quando usadas como uma base e dada como adquirida por toda a comunicação. O mesmo ponto de vista parte da assunção de que todos temos, mais ou menos, os mesmos *interesses* na sociedade, e que aproximadamente a mesma quota-parte de poder na sociedade. Esta é a essência da idéia do consenso político. Os pontos de vista ‘consensuais’ da sociedade representam-na como se não existissem importantes rupturas culturais ou econômicas, nem importantes conflitos de interesse entre classes e grupos (HALL et. al. In TRAQUINA, 1999, p. 226-227).

As notícias têm um papel importante na construção desta visão, uma vez que o acontecimento é tornado significativo dentro de “mapas de significado” e enquadramentos que incorporam e refletem valores e visões de mundo hegemônicas. Assim, assumindo a proposição da hipótese de *agenda setting*, Hall afirma que a mídia define, para a maior parte da população, os acontecimentos significativos e “oferece interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos” (p. 228)

Esta hegemonia não é, no entanto, resultado de uma conspiração do poder econômico que domina a mídia. Para Hall, é nas estruturas de produção das notícias que se pode observar como os *media* reproduzem as definições dos dominantes. Ocorre que

dois aspectos de produção jornalística – as pressões práticas de trabalho constante contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objectividade – combinam-se para produzir um *exagerado acesso* sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. Deste modo, os *media* tendem, fiel e imparcialmente,

a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. [...] O resultado desta preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes “porta-vozes” se transformam no que se apelida de *definidores primários* (*primary definers*) de tópicos (HALL et. al. In TRAQUINA, 1999, p. 229).

Hall explica que a definição primária estabelece os parâmetros e os limites dos debates posteriores. Por meio de seu enquadramento do problema, vai fornecer os critérios para a qualificação de relevantes ou irrelevantes e, portanto, selecionadas ou não selecionadas, das posições que vierem a se apresentar. Os argumentos contrários a uma definição primária acabam obrigados a seguirem a demarcação dela do que é o problema em questão.

Ben Bagdikian estabelece uma idéia que é central à teoria estruturalista:

o preconceito a favor de fontes noticiosas especializadas e estabelecidas é um reflexo do fato óbvio de que os mídia noticiosos refletem em toda a parte os valores dominantes da sociedade. Embora o afastamento destes valores seja inerentemente noticiável pelos padrões convencionais, tendem a ser apresentados como interessantes por causa da sua excentricidade, ou natureza bizarra, obscurecendo qualquer significado social importante (BAGDIKIAN. In TRAQUINA, 2001, p. 116).

Então, se um *primary definer* coloca, numa cobertura de uma determinada ação do MST, que os sem-terra estavam armados, este passa a ser o ponto central da questão a ser tratada pela matéria, e não a estrutura fundiária brasileira ou se aquele latifúndio ocupado cumpre ou não sua função social, conforme a Constituição brasileira. E mesmo fontes ligadas aos sem-terra – para que se cumpra a regra fundamental de “ouvir os dois lados” – terão de responder se eles estavam ou não armados, para não “desviarem do assunto”.

Traquina entende que também a teoria estruturalista sofre de um excessivo determinismo. Para ele, a relação entre os *primary definers* e os jornalistas é vista aqui de maneira unidirecional, na qual aqueles sempre comandam a ação. Na teoria estruturalista, ainda conforme Traquina, nunca há um processo de negociação antes da definição principal

e, “encarado como um espaço de reprodução da ideologia dominante, o campo jornalístico perde o seu potencial como objeto de disputa, como recurso potencial para todos os diversos agentes sociais” (TRAQUINA, 2001, p. 94).

3.1.6 A teoria etnoconstrucionista

A teoria etnoconstrucionista⁹ compartilha com a estruturalista a idéia de que a notícia é uma construção social, fruto de processos complexos de interação entre jornalistas, fontes, comunidade profissional, sociedade, etc. Ambas rejeitam também a teoria do espelho e destacam as condicionantes do local de trabalho dos jornalistas (integrando contribuições da teoria organizacional). E reforçam a importância dos valores-notícia e das rotinas e procedimentos dos jornalistas na execução de seu trabalho, além de afirmarem um certo grau de autonomia dos jornalistas, negando uma visão instrumentalista da notícia e classificando a teoria da ação política como uma “teoria conspiratória”.

Jorge Pedro Sousa avança uma definição de notícia capaz de sintetizar a visão da teoria etnoconstrucionista. Para ele, notícias são

artefatos lingüísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sociocultural (ou seja, num determinado contexto), embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. Registre-se ainda que, embora as notícias representem determinados aspectos da realidade cotidiana, pela sua mera existência contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referentes (SOUSA, 2002, p. 13).

⁹ Em 2004, sob encomenda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e Mídia da UFSC, Traquina publicou no Brasil, pela editora Insular, o volume 1 do livro *Teorias do Jornalismo*. Porque as notícias são como são. Ali, chamou este conjunto de *teoria interacionista*, embora no corpo do texto use também o termo teoria etnoconstrucionista.

A socióloga norte-americana Gaye Tuchmann, uma das importantes pesquisadoras desta linha, procura mostrar como as rotinas diárias dos jornais influenciam a cobertura, uma vez que eles se vêem colocados frente a um desafio pela natureza dúplice de sua matéria-prima: os acontecimentos podem surgir em qualquer parte e podem surgir a qualquer momento.

Frente a tal imprevisibilidade – e ainda pressionados pelos horários de fechamento –, os jornais tentam impor uma ordem no espaço e no tempo. No primeiro caso, criando uma rede noticiosa de repórteres, correspondentes e setoristas, além da compra dos serviços de agências, para capturar os acontecimentos. Isso implica que aqueles julgados notícia terão tendência a ocorrer em determinados locais e não em outros. Por exemplo: as bolsas de valores, a Câmara dos Deputados, os grandes clubes de futebol, etc. contam com setoristas de plantão diariamente. A possibilidade que têm, então, de gerar notícias é muito maior que a de um sindicato de trabalhadores, um movimento popular ou uma câmara de vereadores de uma pequena cidade do interior do país, que não têm jornalistas previamente designados para acompanhar seu dia-a-dia.

O tempo é outra variável importante: mesmo os acontecimentos destes locais determinados terão maior possibilidade de virar notícia caso ocorram durante as horas normais de trabalho da redação. Um processo de decisão governamental ou uma partida de futebol que, por algum problema, tenham conclusão após a meia-noite dificilmente estarão nos jornais impressos do dia seguinte¹⁰. Outra forma de enfrentar o tempo é o agendamento de pautas, por meio do qual as empresas listam os acontecimentos previstos e tentam planejar o futuro.

Molotch e Lester, em *As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*¹¹, ampliam os componentes deste jogo noticioso, ao identificar jogadores diferentemente posicionados.

¹⁰ Outros meios, como o rádio e a televisão, também enfrentam problemas de tempo e de espaço. A TV, por exemplo, apesar dos avanços tecnológicos, ainda precisa deslocar uma certa parafernália para a cobertura de determinado acontecimento e nem sempre há equipes disponíveis. O rádio, apesar de mais ágil, também não consegue estar em todos os lugares ao mesmo tempo.

¹¹ Reeditado em TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

Primeiro, há os *promotores de notícia (news promoters)* – aqueles indivíduos e seus associados (por exemplo, Nixon, a secretária de Nixon; Kunstler, o porta-voz de Kunstler; um-homem-que-viu-um-disco-voador) que identificam (e tornam assim observável) uma ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão, para os outros. Em segundo lugar, há os *news assemblers* (jornalistas, editores e *rewritemen*) que, trabalhando a partir dos materiais fornecidos pelos promotores, transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação ou radiodifusão. Finalmente, há os *consumidores de notícias (news consumers)* (por exemplo, os leitores), que analogamente assistem a determinadas ocorrências disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social e criam, desse modo, nos seus espíritos uma sensação de tempo público. (MOLOTOCH e LESTER. In TRAQUINA, 1999, p. 38).

Neste espaço de disputa que é a construção das notícias, os promotores diferentemente posicionados tentarão dar vida pública a certas ocorrências, buscando transformá-las em notícias, assim como evitar que outras cheguem ao conhecimento dos públicos. Nesta concorrência, Traquina identifica uma dimensão essencial da luta simbólica nas sociedades contemporâneas. E Molotoch e Lester identificam três formas distintas dos agentes terem acesso à mídia: o acesso habitual, o acesso disruptivo e o acesso direto.

No primeiro caso, indivíduos ou grupos em determinada localização serão sempre “boas fontes” (espera-se que um governador de estado, um presidente da Câmara dos Deputados ou um craque de time grande sempre tenham coisas importantes a dizer). No segundo, grupos ou indivíduos fora do campo das “boas fontes” promoverão acontecimentos fora da rotina para participar da construção da experiência pública. As greves, manifestações públicas que fecham o trânsito, as ocupações, etc. enquadram-se aqui. O acesso direto é aquele reservado aos próprios jornalistas, que têm certo poder de interferir nas reportagens que desenvolvem. Para Molotoch e Lester, “o acesso habitual é uma das importantes fontes e sustentáculos das relações existentes de poder” (In TRAQUINA, 1999, p. 44)

A seleção das fontes é outro elemento destacado pelos autores da teoria etnoconstrucionista. Traquina elenca três critérios que se desta-

cam entre os jornalistas para avaliar as fontes: autoridade, produtividade (capacidade da fonte de oferecer materiais suficientes para a produção da notícia) e credibilidade. Então, para ele, “devido a estes critérios é fácil compreender que as fontes oficiais correspondem melhor que as outras a necessidades organizativas das redações” (TRAQUINA, 2001, p. 106).

Também ocupam papel de destaque nestes estudos as rotinas do trabalho jornalístico. Traquina destaca que para a teoria etnoconstrucionista, os jornalistas, diante do excesso de acontecimentos – os grandes jornais recebem material diário suficiente para três, quatro e até mais edições – e do pouco tempo, somado aos critérios de avaliação das fontes, implicam-se numa dependência dos canais de rotina. E o próprio saber profissional se vincula também à capacidade de conhecer formas rotineiras de processar diferentes tipos de informação e adequá-los a determinados padrões cognitivos. Vem daí o uso dos exemplos didáticos e comparativos – extensão de terras comparadas a tamanhos de campos de futebol, quantidades de dinheiro comparadas ao número de carros populares que poderiam comprar, etc –, tão comuns à imprensa.

Sousa ressalta estes aspectos:

como o ser humano só processa uma pequena quantidade de informação a cada momento, os jornalistas, sob a pressão do tempo, farão um uso adaptado de rotinas cognitivas que lhes sejam familiares para organizar as informações e produzir sentido. [...] Outras pesquisas no campo da psicologia cognitiva mostram que em condições de sobre-informação as pessoas e, por conseguinte, os jornalistas, recorrem a formas estereotipadas de pensamento (o que pode ajudar a explicar a padronização noticiosa). [...] Assim, um jornalista constrangido pelas formas rotinizadas de avaliar as situações e sua própria atividade, poderá tender a fabricar informação padronizada e a selecionar sempre como tendo valor noticioso o mesmo tipo de acontecimentos. (SOUSA, 2002, p. 40-41).

Tal rotinização leva, ainda, a uma certa dependência em relação às fontes, especialmente àquelas cercadas de profissionais de assessoria de imprensa ou de relações públicas, que conhecem sobre a mecânica do trabalho jornalístico. Estas fontes terão maior possibilidade de acesso

ao campo jornalístico, enquanto outras serão relegadas. Assim, o acesso aos mídia é um poder e, conforme Traquina (2001: 112), “os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldades em ver seus acontecimentos transformados em notícia”. E completa:

Assim, tal como a teoria estruturalista, a teoria construcionista defende que as notícias são um aliado das instituições legitimadas. Devido à necessidade de impor ordem no espaço e no tempo, a estória do jornalismo, no seu funcionamento diário, é descrita como sendo essencialmente a estória da interação de jornalistas e fontes oficiais. As fontes provêm sobretudo da estrutura do poder estabelecido e, por isso, as notícias tendem a apoiar o *status quo* (TRAQUINA, 2001, p. 113)

3.2 Os efeitos sociais da comunicação jornalística

Durante muito tempo – entre os anos 20 e 70 do século XX —, a questão dos tipos de efeitos provocados nos receptores pelos meios de comunicação de massa, quando considerada com alguma relevância, limitava-se àqueles mais imediatos e diretos, pois, conforme aquela que pode ser considerada a primeira teoria da comunicação de massas, a teoria hipodérmica, “cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados”. (WRIGHT MILLS. In WOLF, 1995, p. 24).

A idéia básica, aqui, é a capacidade ilimitada dos meios de comunicação de dirigir o processo comunicativo, sem que o receptor tenha qualquer papel crítico, interpretativo ou de resignificação da mensagem. Se forem tecnicamente bem construídas e transmitidas, “as mensagens da propaganda conseguem alcançar os indivíduos que constituem a massa, a persuasão é facilmente ‘inoculada’. Isto é, se o ‘alvo’ é atingido, a propaganda obtém o êxito que antecipadamente se estabeleceu” (WOLF, 1995, p. 24).

Esta primeira teoria foi questionada pelo desenvolvimento de teorias e experimentações posteriores no campo da comunicação de massas. Nos anos 40, desenvolvendo estudos sobre a campanha eleitoral daquele ano, Paul Lazarsfeld e sua equipe apontam para um papel limitado dos meios de comunicação. Para eles, conforme Traquina (2001, p. 16),

este papel é, principalmente, reforçar atitudes e opiniões existentes, não alterá-las. Entra em cena, então, a idéia dos efeitos *limitados* da mídia, que, conforme Traquina (op. cit.), tornou-se o paradigma dominante no início dos anos 60, embora contraditado por outras posições, como as defendidas pela Escola de Frankfurt.

O sucesso da teoria dos efeitos limitados, segundo WOLF (1995, p. 127), deveu-se, entre outros, à adequação dela às grandes empresas de comunicações de massa e à imagem dos jornalistas, pois ajudava a defender, “uns e outros, de controles e pressões sociais excessivas, que seriam, pelo contrário, inevitavelmente acentuados desde que se acreditasse na idéia de uma influência maciça dos *mass media* sobre o público”.

Sintetizando, pode-se afirmar, com Schultz, que o estudo sobre os efeitos da mídia permaneceu por muito tempo preso às seguintes premissas:

- a) os processos comunicativos são assimétricos: existe um sujeito ativo que emite o estímulo e um sujeito passivo que é impressionado por esse estímulo e que reage;
- b) a comunicação é individual; é um processo que diz respeito, antes de mais nada, a cada indivíduo e que deve ser estudado nesses indivíduos;
- c) a comunicação é intencional; o início do processo, por parte do comunicador acontece intencionalmente e dirige-se, em geral, a um objetivo; o comunicador visa um determinado efeito;
- d) os processos comunicativos são episódicos: o início e o fim da comunicação são limitados no tempo e os episódios comunicativos têm um efeito isolável e independente (SCHULZ. In WOLF, 1995, p. 125-126).

Mas este paradigma está sendo superado. Desloca-se o pressuposto dos efeitos de curto prazo para as conseqüências de longo prazo, pois, conforme Roberts, “as comunicações não intervêm diretamente no comportamento explícito; tendem, isso sim, a influenciar o modo como o destinatário organiza a sua imagem do ambiente” (In WOLF, 1995, p. 126), quer dizer, os meios de comunicação provocam efeitos cognitivos sobre o sistema de conhecimento dos indivíduos, não apenas pontuais, mas sedimentados no tempo. Assim, com Wolf (Op. Cit.), podemos

afirmar que no centro da questão dos efeitos coloca-se a relação entre a ação constante da mídia e o conjunto de conhecimentos sobre a realidade social, “que dá forma a uma determinada cultura e sobre ela age, dinamicamente”.

3.2.1 A hipótese de agenda setting

No final dos anos 60, os professores norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw formularam a hipótese de *agenda setting*, buscando estudar que tipo de efeitos os meios de comunicação de massa provocam em seus receptores. Para a hipótese do *agenda setting* só se tornam assunto de uma agenda pública de discussões aqueles temas – entre os milhares possíveis – que ganhem espaço nos jornais, revistas, rádios e tevês. É preciso, aqui, marcar uma distinção: há duas esferas possíveis em relação às quais as pessoas orientam suas conversas. Uma é aquela que pode ser chamada de “agenda pessoal”, onde se localizam temas que dizem respeito à vida privada de cada um: o filho que adoeceu, o carro que quebrou. Estes são temas não-mediatizados. Neste nível, é baixa ou nula a influência da mídia, porque só pessoas muito próximas conversarão sobre eles.

Há, porém, uma esfera de assuntos comuns, que parte significativa dos agentes sociais conhece e sobre os quais fala. É aí, segundo a hipótese, que a mídia, pela seleção, disposição e incidência das notícias, determinará os temas. Assim, para E. Shaw,

em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW. In WOLF, 1995, p. 130).

Barros Filho (1995) mostra dois exemplos de *agenda setting*. O jornalista norte-americano Lincoln Steffens, em sua autobiografia, conta

como, no jornal *Evening Post*, decidiu publicar histórias policiais pitorescas, que eram até então relegadas. O “furo” fez que outros jornais tivessem o mesmo procedimento. O aumento dos crimes tratados pelos jornais levou público e autoridades a considerar a criminalidade mais relevante (na época, falou-se até de “crime wave”), sem que, na realidade, houvesse uma elevação estatística do número de crimes.

Outro exemplo interessante diz respeito à divulgação em 1993, pelo *Fantástico*, da Rede Globo, do movimento separatista República dos Pampas, então existente no Rio Grande do Sul, segundo seus idealizadores, há mais de cinco anos. No entanto, para a quase totalidade do País, tal movimento — de baixíssima penetração no próprio sul do Brasil, é necessário frisar — passou a existir naquele momento. E a partir da divulgação, que fez outros veículos também se voltarem para o tema, um movimento político sem expressão levou os ministros da Justiça, do Exército, o Presidente da República e até o secretário-geral da ONU a se pronunciarem sobre ele, o mesmo acontecendo com discursos no Congresso Nacional. Passada esta onda, a República dos Pampas voltou ao desconhecimento, por não ter bases enraizadas.

A hipótese de *agenda setting* veio a lume em 1972, quando McCombs e Shaw publicam os resultados de um estudo realizado em 1968, na localidade de Chapel Hill, na Carolina do Norte (EUA)¹². A idéia central à hipótese, no entanto — sem usar o nome — pode ser encontrada em diferentes autores e trabalhos anteriores. Hohfeldt (2001) aponta influências de Gabriel Tarde (*A opinião e as massas*) e Walter Lippmann (*Public opinion*, de 1922), também apontado como antecessor por Barros Filho (1995), que indica outros: Robert Ezra Park (*The city*, de 1925); Norton Long (*The local community as na ecology of games*, de 1958); Bernard Cohen (*The press and foreign policy*, de 1963); Gladys Lang e Kurt Lang (*The mass media and voting*, de 1966).

A premissa inicial da *agenda setting* é aquela avançada por Cohen:

a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redatores, editores e

¹² The agenda setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, n. 36, 1972, p. 176-187

diretores do jornal que lêem (COHEN. In TRAQUINA, 2001, p. 19).

3.2.1.1 Evolução histórica da hipótese

A idéia central de *agenda setting*, conforme expressa por Cohen (não dizer *como pensar*, mas *sobre o que pensar*) ganhou complexidade e alterações com a evolução das pesquisas que a tinham como núcleo de preocupação. Traquina as historia da seguinte maneira: Funkhouser (1973/1991), MacKuen (1981) e MacKuen e Coombs (1982) descobrem que a preocupação pública com os problemas reflete as mudanças ao longo do tempo na atenção prestada a esses problemas pelos mídia. Em outra pesquisa, Iyengar, Peters e Kinder (1982/1991) concluem que “os espectadores expostos às notícias dedicadas a um problema em particular ficam mais convencidos da sua importância. Os programas das redes noticiosas parecem possuir uma poderosa capacidade de moldar a agenda pública” (TRAQUINA, 2001, p. 35).

A sucessão das pesquisas tendo por base a hipótese da *agenda setting* levou seus primeiros e principais promotores a reformularem a definição inicial aventada por Cohen. McCombs e Shaw, em 1993, naquilo que podemos considerar o **significado forte** da hipótese – em contraposição ao **significado fraco**, que postula que mais do que impor *o que pensar*, a mídia tem a capacidade de definir *sobre o que pensar* —, afirmam que

o agendamento é consideravelmente mais que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis de agendamento. [Assim] o clássico somatório de Bernard Cohen (1963) do agendamento – os mídia podem não nos dizer o que pensar, mas são incrivelmente bem sucedidos ao dizer-nos em que pensar – foi virado pelo avesso. Novas investigações, explorando as conseqüências do agendamento do enquadramento dos mídia, sugerem que os mídia não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso, e conseqüentemente o que pensar (TRAQUINA, 2001, p. 33-34)

3.2.1.2 Conceitos fundamentais para o entendimento da hipótese

Para o esclarecimento acerca dos desdobramentos que a hipótese de *agenda setting* nos estudos que levem em conta suas premissas, é fundamental que alguns conceitos básicos sejam bem definidos. Hohlfeldt assim os oferece:

Acumulação – capacidade que a mídia tem de dar relevância a um determinado tema, destacando-o do imenso conjunto de acontecimentos diários que serão transformados posteriormente em notícia e, por consequência, em informação.

Consonância – apesar de suas diferenças e especificidades, os mídias possuem traços em comum e semelhanças na maneira pela qual atuam na transformação do relato de um acontecimento que se torna notícia. Conseqüentemente, alguns princípios gerais podem ser aplicados, independentemente de suas idiossincrasias.

Onipresença – um acontecimento que, transformado em notícia, ultrapassa os espaços tradicionalmente a eles determinados se torna onipresente. Por exemplo, quando a página policial acaba por se ocupar de um assunto desportivo (o recente episódio envolvendo a corrupção de juízes por dirigentes de futebol).

Relevância – ela é avaliada pela consonância do tema nas diferentes mídias, ou seja, se um determinado acontecimento acaba sendo noticiado por todas as diferentes mídias, independentemente do enfoque que lhe venha a ser dado, ele possui relevância.

Frame temporal – quadro de informações que se forma ao longo de um determinado período de tempo e que nos permite a interpretação contextualizada do acontecimento; ele cobre todo o período de levantamento de dados das duas ou mais agendas (isto é, a agenda da mídia e a agenda dos receptores, por exemplo).

Time lag – é o intervalo decorrente entre o período de levantamento da agenda da mídia e a agenda do receptor, isto é, como se pressupõe a existência de um efeito de influência da mídia sobre o receptor, ela não se dá mágica e imediatamente, mas necessita de um certo tempo para se efetiva e ser constatável. A este intervalo de tempo se denomina *time-lag*.

Centralidade – capacidade que os mídias têm de colocar como algo importante determinado assunto, dando-lhe não apenas relevância quanto hierarquia e significado. Há muitos assuntos que são noticiados constantemente mas que não são conscientizados

com centrais (isto é, decisivos) para a nossa vida, enquanto outros assim se tornam. Por exemplo, a questão do Plano Real e a queda da inflação como um elemento alternativo de redistribuição de riqueza.

Tematização – é o procedimento implicitamente ligado à centralidade, na medida em que se trata da capacidade de dar o destaque necessário (sua formulação, a maneira pela qual o assunto é exposto), de modo a chamar a atenção. Um dos desdobramentos da tematização é a chamada *suíte* de uma matéria, ou seja, os múltiplos desdobramentos que a informação vai recebendo, de maneira a manter presa a atenção do receptor naquele assunto.

Saliência – valorização individual dada pelo receptor a um determinado assunto noticiado, que se traduz pela percepção que ele venha a emprestar à opinião pública.

Focalização – a maneira pela qual a mídia aborda um determinado assunto, apoiando-o, contextualizando-o, assumindo determinada linguagem, tomando cuidados especiais para a sua editoração, inclusive mediante a utilização de chamadas especiais, chapéus, logotípias, etc. (HOHLFELDT, 2001, p. 201-203)

3.2.1.3 As diferentes capacidades de agendamento

Diferentes veículos têm diferentes capacidades de influir na definição dos temas que serão assuntos de debate público. O agendamento também depende da natureza do assunto: quanto mais próximo ele for da experiência pessoal direta da audiência — desemprego, custo de vida, criminalidade — menor o efeito de *agenda setting*, que se torna mais marcante à medida que o assunto se afaste deste contato, como política internacional e ciência, por exemplo. Conforme Barros Filho (1995) e Traquina (2001), Zucker vai identificar os temas como *obstrusive*, no primeiro caso, e *non-obstrusive*, no segundo.

Outros estudos buscam precisar o grau de influência a partir da natureza do veículo. Pesquisa de Benton e Frazier, voltada para temas econômicos, citada por Wolf (1995), distingue três níveis de conhecimento: o primeiro, superficial, inclui apenas o título da área temática (economia, poluição, política); o segundo já implica certas articulações de conhecimentos (causas, soluções propostas); o terceiro relaciona-se à complexidade ainda maior (argumentos favoráveis e contrários, grupos

que apóiam diferentes estratégias para determinadas soluções). Para os autores

a televisão parece desempenhar um papel secundário, pouco significativo, na determinação da agenda nos níveis dois e três, que implicam um conhecimento mais aprofundado dos temas econômicos. No momento em que a hipótese do *agenda setting* se articula sobre diversos níveis do processo de aquisição de informações, os dados obtidos revelam papéis diferentes para os vários *mass media* (WOLF, 1995, p. 141).

McCombs – um dos pais da hipótese de *agenda setting* –, em artigo de 1976, tem conclusões semelhantes. Para ele, os jornais impressos são os principais “promotores da agenda do público”, embora a televisão tenha impactos, no curto prazo, na composição desta agenda. McCombs afirma que o “melhor modo de descrever e distinguir esta influência será, talvez, chamar *agenda setting* à função dos jornais e *ênfase* (ou *spot-lighting*) à da televisão” (WOLF, 1995, p. 145).

Este papel relativamente secundário dispensado à televisão quanto à proeminência na capacidade de agendamento é questionado por alguns autores, principalmente se levarmos em conta o que chamei de significado forte da hipótese. O questionamento ganha destaque em países como o Brasil, onde é baixo o índice de leitura de jornais¹³, enquanto a televisão está presente em quase 90% dos domicílios.

Lima, na construção do conceito de Cenário de Representação da Política (CR-P), afirma que a televisão exerce a posição dominante frente aos outros veículos no que diz respeito à audiência e à credibilidade. No Brasil, afirma Lima, a imprensa diária, proporcionalmente, manteve praticamente a mesma tiragem nos últimos 20 anos, enquanto a televisão consolidou-se nacionalmente, “dominada por um ‘virtual monopólio’ de audiência e de verbas publicitárias de uma única rede” (LIMA, 2001, p. 194).

¹³ Dados da coluna do ombudsmã da *Folha de S. Paulo*, Marcelo Beraba, de 13/03/05, mostram queda acentuada da circulação dos três maiores jornais brasileiros. A *Folha*, em 1995, tinha uma tiragem média de 606 mil exemplares/dia; em 2004, essa média caiu para 308 mil; *O Globo* caiu de 412 mil/dia em 95 para 257 mil/dia em 2004; enquanto *O Estado de S. Paulo* saiu da média de 385 mil/dia em 95 para 233 mil/dia em 2004..

Citando pesquisas realizadas nos Estados Unidos, Canadá, México, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Brasil e outros países da América Latina, Lima destaca que

é interessante observar que a posição da televisão como mídia dominante contemporânea ‘igual’, para efeito de eventual aplicação do conceito e das hipóteses relacionadas ao CR-P, países considerados de ‘primeiro’ e ‘terceiro’ mundos, com níveis médios de escolaridade e renda e até mesmo com sistemas partidário e eleitoral significativamente diferentes, por exemplo os Estados Unidos e o Brasil (LIMA, 2001, p. 194-195)

3.2.1.4 Críticas à hipótese de *agenda setting*

Sampedro, discutindo as teorias dos efeitos midiáticos sobre a opinião pública, as divide em dois paradigmas clássicos: o *elitismo*, que pressupõe que os meios de comunicação exercem um controle quase total sobre um público inerte e passivo, enquanto o *pluralismo* concebe um conjunto de consumidores soberanos que criam uma demanda diversificada ou audiências que interpretam com liberdade o conteúdo dos meios. Apenas a título de informação – que não pretendo desenvolver aqui —, vale registrar que Sampedro formula um terceiro paradigma, baseado na teoria da estruturação de Giddens, por ele denominado *elitismo institucional*, segundo o qual

la opinión pública estaría condicionada – pero no determinada – por sus estructuras sociales y por tres rasgos de la lógica institucional o modo de funcionamiento de los medios de comunicación. En primer lugar, se admite que las estructuras de los públicos (clase social, educación formal, género o etnia) imponen ciertas limitaciones materiales y culturales. Pero también funcionan como recursos que pueden potenciar su autonomía. Otro tanto puede afirmarse de la dependencia mediática respecto a otras instituciones (sobre todo el Estado y el mercado), de cómo los medios entienden sus relaciones con la audiencia, y de cómo presentan sus contenidos (SAMPEDRO, 1999, p. 129).

A hipótese do *agenda setting* é colocada por Sampedro no quadro elitista, dominante na *communication research* até os anos 40 e recuperado na década de 70. As teorias *elitistas*, segundo ele

1. pecan de mediacentrismo, porque absolutizan los médios como la única institución que informa a la opinión pública. Se olvida, por tanto, que existen otras fuentes de conocimiento social como la experiencia propia, el saber común o heredado, o la conversación en los grupos primarios.
2. Postulan efectos individuales que, como es lógico, se fundamentan en la psicología, perdiendo la perspectiva sociológica (...) Y la *agenda-setting* o la espiral del silencio adoptan una perspectiva sistémica, de efectos cognitivos y acumulativos de gran calado pero bastante tautológicos. Porque? Qué otra cosa puede hacer un electorado cada vez más alejado de los centros de decisión y de debate sino seguir la agenda seleccionada por los periodistas y las perspectivas que se postulan como mayoritarias? (...)
3. Por último, las corrientes elitistas señalan a los propietarios o a los profesionales de los medios como los únicos responsables de los efectos sobre la opinión pública, sin detallar los procesos intermedios (...) (SAMPEDRO, 1999, p. 135-136)

3.2.2 Espiral do silêncio

Formulada e desenvolvida pela socióloga alemã Elisabeth Noelle-Neumann, num texto de 1972 sintomaticamente chamado *Return to the concept of powerful mass media*, a hipótese da espiral do silêncio tem por objetivo desvendar mecanismos que constroem a opinião pública. A autora é especialista em demoscopia¹⁴ e fundou com o marido, após a Segunda Guerra – quando retornou do exílio forçado pelos nazistas – o Instituto de Demoscopia Allensbach.

A espiral do silêncio baseia-se no medo que os agentes sociais têm do isolamento, no que respeita aos seus comportamentos, atitudes e opiniões. Eles buscam a integração social, querem ser populares e não ‘diferentes’. Por isso, as pessoas prestam atenção aos comportamentos e opiniões considerados majoritários e tentam manifestar-se dentro dos

¹⁴ Conforme Hohlfeldt (2001, p. 220), *demos* (povo) + *copia* (translado literal) significa “pesquisar a opinião do público para torná-la conhecida [...] demoscopia é a pesquisa de opinião pública sob organização científica”

parâmetros da maioria, o que as levaria, tendencialmente, a não manifestarem opiniões contrárias à opinião dominante. Haveria, então, uma tendência a que o indivíduo se mantivesse em silêncio, por receio do isolamento, e não manifestasse sua opinião quando ela é minoritária.

A idéia de uma ‘espiral’ tenta explicar a dimensão cíclica e autoalimentadora desta tendência ao silêncio: quando mais uma opinião for dominada ou minoritária – real ou aparentemente – num determinado universo social, maior será a possibilidade de que ela não se manifeste, tornando-se ainda mais minoritária.

E como os agentes percebem essa opinião dominante? Em grande parte, por ser ela a que é difundida pelos meios de comunicação. Assim, a opinião pública é “um processo de interação entre as atitudes individuais e as crenças individuais sobre a opinião da maioria. Pela influência provocada na audiência pelos mass media chega-se à confluência do que seja a opinião majoritária”.¹⁵

Conforme Sousa, na avaliação de Noelle-Neumann

os meios de comunicação tendem a consagrar mais espaço às opiniões dominantes, reforçando-as, consensualizando-as e contribuindo para ‘calar’ as minorias pelo isolamento e pela não referência. Ou então os meios de comunicação – e é aqui que reside um dos pontos-chave da teoria – tendem a privilegiar as opiniões que *parecem* dominantes devido, por exemplo, à facilidade de acesso de uma minoria ativa aos órgãos de comunicação, fazendo com que essas opiniões pareçam dominantes ou até consensuais quando de fato não o são. Pode dar-se mesmo o caso de existir uma maioria silenciosa que passe por minoria devido à ação dos meios de comunicação. (SOUSA, 2002, p. 171)

Este mecanismo, para funcionar, tem como uma de suas condições a chamada consonância temática: a abordagem mais ou menos homogênea dos mesmos fatos ou assuntos pelos diferentes meios de comunicação. Tal consonância tendencial, conforme Barros Filho (1995), dá ao conjunto dos produtos informativos e a cada notícia, separadamente, uma aparência de objetividade e permite aos meios canalizar um fluxo de opinião, tornando-o dominante.

¹⁵ Noelle-Neumann (1973) apud HOHLFELDT (2001, p. 231)

Para Noelle-Neumann, há mais dois condicionantes além da consonância temática, conforme explica Sousa (op. cit.): a acumulação, advinda da exposição sucessiva aos meios, e a ubiqüidade, também chamada por Hohfeldt (2001, p. 221) de onipresença da mídia. É só na atuação deste conjunto que se pode identificar os efeitos poderosos da mídia.

Como a hipótese da *agenda setting*, a espiral do silêncio integra as linhas mais recentes (historicamente) da pesquisa em comunicação, que refutam a tese dos efeitos limitados. E, conforme Barros Filho, ela

não se limita a apontar uma coincidência temática entre mídia e público (proposta inicial do *agenda setting*), pois também constata que a abordagem dada pelos meios a determinado fato, respeitadas algumas condições de consonância, acaba se impondo de maneira progressiva. Ou seja, depreende-se dessa hipótese que os meios não se limitam a impor os temas sobre os quais se deve falar, mas também impõem o que falar sobre esses temas (BARROS FILHO, 1995, p. 210-211).

É possível, então, estabelecer uma complementaridade entre *agenda setting* e espiral do silêncio, especialmente se levarmos em conta aquilo que chamei de significado forte, aventado pelos criadores da hipótese, McCombs e Shaw que, após mais de duas décadas de pesquisa, acabam por concluir pela capacidade dos mídia de definir o que pensar.

Capítulo 4

A cobertura da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo* do Fórum Social Mundial e do Fórum Econômico Mundial

A *Folha de S. Paulo* é hoje o jornal com maior circulação no Brasil. Durante a terceira edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizada em Porto Alegre, entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003, paralelamente ao Fórum Econômico Mundial (FEM), que aconteceu no mesmo período em Davos, na Suíça, a *Folha* criou uma editoria especial, chamada *Diálogo possível?*, na qual publicou as matérias de seus correspondentes, enviados especiais e agências de notícias relativas aos dois eventos.

O Estado de S. Paulo, embora entre os chamados jornais nacionais não seja o campeão de tiragens, é tido como um jornal líder de opinião, ou seja, veículo muito lido e influente entre políticos, empresários, lideranças da sociedade civil, etc. O *Estadão* também criou um caderno especial para a cobertura dos fóruns social e econômico de 2003, chamado *Fóruns globais Davos/Porto Alegre*.

Conforme mostram as tabelas *Folha FSM* e *Folha FEM* (ver anexos), entre 22 e 28 de janeiro de 2003, a *Folha* publicou 100 matérias referentes aos dois fóruns dentro da editoria especial criada. Foram 58 matérias com origem em Porto Alegre (FSM) e 42 com origem em Davos (FEM). As de Porto Alegre ocuparam 1730,80 centímetros de co-

luna, acompanhadas por 41 fotografias que, no total, somaram uma área impressa de 5717,94 cm². As de Davos ocuparam 1320,50 centímetros de coluna, acompanhadas por 28 fotografias que, no total, somaram uma área impressa de 3553,47 cm².

Por sua vez, como mostram as tabelas *Estadão* FSM e *Estadão* FEM (ver anexos), o *Estado* publicou, entre 22 e 29/01/03, 179 matérias: 97 com origem em Davos (FEM) e 82 com origem em Porto Alegre (FSM). As de Porto Alegre ocuparam 3514,3 centímetros de coluna, acompanhadas por 47 fotografias que ocuparam 11290,49 cm². As de Davos ocuparam 3743,1 centímetros de coluna, acompanhadas por 45 fotos que somaram uma área impressa de 12523,57 cm².

As páginas da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo* – ambas no padrão standard – têm uma mancha (área gráfica de impressão) que comporta 318 cm/col ou uma área de 1568,80 cm². Uma primeira comparação empírica então já é possível: o *Estadão* dedicou cerca de uma vez e meia a mais de espaço para fotos e textos na cobertura dos fóruns, conforme mostra a tabela abaixo.

	<i>Folha de S. Paulo</i>				<i>O Estado de S. Paulo</i>			
	Matérias	Cm/col	Fotos	Área cm ²	Matérias	Cm/col	Fotos	Área cm ²
FSM	58	1730,80	41	5717,94	82	3514,30	47	11290,49
FEM	42	1320,50	28	3553,47	97	3743,10	45	12523,57
Total	100	3051,30	69	9271,41	179	7257,40	92	23814,06

Estes dados quantitativos dizem pouco intrinsecamente, mas servem para uma primeira amostragem sobre a relevância que o tema teve entre os diferentes veículos.

Quanto à identificação das fontes, temos que, para as notícias vindas de Porto Alegre e publicadas na *Folha*, foram ouvidas 65 delas, das quais foram consideradas 59 favoráveis ao Fórum Social Mundial, 3 críticas e 3 neutras, enquanto que para as notícias oriundas de Davos foram ouvidas 72 fontes, das quais 42 favoráveis ao FEM, 18 críticas e 12 neutras.

No *Estadão*, para as matérias cuja origem foi Porto Alegre, foram ouvidas 107 fontes. Destas, foram consideradas 98 favoráveis ao Fórum Social Mundial, duas críticas e sete neutras. Já para as vindas de Davos

foram ouvidas 118 fontes, das quais 62 favoráveis ao FEM, 22 críticas e 34 neutras.

Fontes Porto Alegre					Fontes Davos				
	Folha SP		Estado SP			Folha SP		Estado SP	
Pró-FSM	59	90,7%	98	91,5%	Pró-FEM	42	58,3%	62	52,5%
Críticas	3	4,6%	2	1,8%	Críticas	18	25%	22	18,6%
Neutras	3	4,6%	7	6,5%	Neutras	12	16,6%	34	28,8%
Total	65	100%	107	100%	Total	72	100%	118	100%

Favoráveis foram consideradas aquelas fontes com um posicionamento público amplamente conhecido a favor do conjunto de teses abraçadas pelo FSM ou pelo FEM ou, quando a matéria permitia, que explicitassem opiniões favoráveis a um ou a outro dos fóruns. De modo semelhante, críticas foram consideradas as fontes com um posicionamento público amplamente conhecido contrário ao FSM ou ao FEM ou que explicitassem, nas matérias, um posicionamento anti-FSM ou anti-FEM. Neutras foram as fontes sem posicionamento claro, quer nos textos, quer publicamente, a respeito dos fóruns.

A escolha das fontes mantém um certo equilíbrio entre os dois veículos. Chama atenção, no entanto, em ambos, um maior número de **fontes críticas** (25% na *Folha* e 18,6% no *Estado*) ouvidas na cobertura do FEM em comparação às **fontes críticas** (4,6% na *Folha* e 1,8% no *Estado*) ouvidas na cobertura do FSM. Se ficarmos, então, apenas presos à identificação das fontes, pareceria que houve mais espaço para a crítica ao Fórum Econômico do que ao Fórum Social e, portanto, este recebeu uma cobertura mais favorável que aquele.

Mas estes números ganham densidade e adquirem caráter explicativo se agregarmos a eles o conceito de enquadramento, que tem como uma de suas principais fontes o trabalho do sociólogo Erving Goffman, que, no livro *Frame Analysis* – voltado para a análise das interações sociais em geral –, define enquadramentos como marcos interpretativos gerais, socialmente construídos, que permitem às pessoas conferir sentido tanto aos acontecimentos quanto às situações sociais.

Todd Gitlin busca especificar a noção de enquadramento para o campo midiático. Para ele,

os enquadramentos da mídia organizam o mundo tanto para

os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN. In PORTO, 2002, p. 4)

Essa organização se dá, conforme Entman (In PORTO, 2002, p. 5) pelo processo de a) seleção – selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida – e b) saliência – tornando-os mais salientes em um texto comunicativo. Assim se promove uma definição particular do problema, além de uma interpretação causal e uma avaliação moral.

Mauro Porto destaca que o enquadramento contribui para superar o paradigma da objetividade e da imparcialidade da mídia, em especial na análise da cobertura de eleições, quando muitas pesquisas apenas medem o espaço ou tempo dedicado a cada candidato. E ressalta que

enquadramentos não se referem apenas a processos de manipulação, mas são parte de qualquer processo comunicativo, uma forma inevitável através da qual atores fazem sentido de suas experiências. Agentes sociais que desafiam o governo e outros grupos políticos poderosos possuem seus próprios enquadramentos e buscam, muitas vezes com sucesso, influenciar a produção de sentido e significados pela mídia (PORTO, 2002, p. 13).

Neste estudo, o enquadramento das matérias foi considerado positivo quando permitia uma interpretação favorável ao FSM, naquelas originárias de Porto Alegre, ou ao FEM, se originárias de Davos. Negativo, no caso do FSM, quando a interpretação depreendida era desfavorável ou destacava aspectos “folclorizantes”¹ do encontro, que tendiam a desqualificá-lo como ator significativo da política mundial. No caso do FEM, como não há a “folclorização” – o que mostra uma primeira clivagem significativa –, enquadramento negativo foi aquele que destacou críticas às suas teses.

¹ Uso o “folclórico” aqui no sentido que comumente a mídia brasileira empresta ao termo: o político “folclórico” é aquele que nela ganha espaço mais por suas esquisitices comportamentais, de vestimentas, temas preferenciais ou projetos do que por uma atuação efetiva nos debates parlamentares. É o político “pouco sério”.

Neutro – que foi a maioria – foi considerado o enquadramento das matérias claramente informativas, como, por exemplo, a divulgação das agendas, e as matérias que, apesar de constarem das editorias especiais criadas, diziam respeito a aspectos e medidas do governo Lula – que poderiam estar, inclusive, nas editorias “normais” de Brasil ou de Dinheiro, no caso da *Folha*, ou de Nacional ou de Economia, no *Estadão* – ou que não tinham qualquer relação com os fóruns.

Enquadramentos Fórum Social Mundial (Porto Alegre)					Enquadramentos Fórum Econômico Mundial (Davos)				
	<i>Folha SP</i>		<i>Estado SP</i>			<i>Folha SP</i>		<i>Estado SP</i>	
Positivo	15	25,8%	39	47,5%	Positivo	10	23,8%	25	26%
Negativo	14	24,1%	8	9,7%	Negativo	2	4,7%	5	5,2%
Neutro	29	50%	35	42,7%	Neutro	30	71,4%	66	68,7%
Total	58	100%	82	100%	Total	42	100%	96	100%

Vai chamar a atenção aqui, ao contrário da suposição permitida pela identificação das fontes, o fato de que, na *Folha*, os enquadramentos positivo e negativo a respeito do Fórum Social são praticamente iguais (25,8% e 24,1%, respectivamente). Já o enquadramento positivo do Fórum Econômico é cinco vezes maior que o negativo (23,8% e 4,7%). No *Estadão*, o enquadramento positivo do Fórum Social é cerca de cinco vezes maior que o negativo (47,5% e 9,7%), mesma proporção mantida entre o enquadramento positivo e negativo do Fórum Econômico (26% e 5,2%, respectivamente).

4.1 Cobertura do Fórum Social Mundial

A cobertura da *Folha* sobre o Fórum Social Mundial pautou-se, majoritariamente, em dois eixos: um, o governo Lula (ações de seus membros e opiniões de figuras públicas próximas ao FSM a respeito de suas medidas e propostas); dois, seus aspectos mais “folclorizantes” e caricaturais. Os debates, conferências e oficinas pouco apareceram, pois a *Folha* optou por não cobri-los, embora tivesse prévio conhecimento de seus conteúdos: no dia 23/01/03, num infográfico na página A 9 (Estarão em Porto Alegre/Destaques da agenda), o jornal elencava figuras e atividades importantes que estariam presentes em Porto Alegre. Nos

dias seguintes, nada sobre suas falas, com exceção da conferência de Noam Chomsky.

De maneira um pouco mais sóbria, a tônica da cobertura de *O Estado de S. Paulo* foi semelhante; também girou em torno dos eixos governo Lula e as “extravagâncias” do FSM. Os debates, oficinas e conferências – da mesma forma que na *Folha* – tiveram pouca relevância, embora também o *Estadão*, no dia 23/01, no infográfico “Fórum Social Mundial – Agenda” destacasse: dia 23 – Marcha de abertura às 18h; dia 24 – Discurso de Lula e os painéis Economia solidária, com Ademar Bertucci e Lorette Picciano; e Como podemos assegurar uma diversidade lingüística e cultural, com Luciana Castellina e Dorval Brunelle; dia 25 – Painel Além das fronteiras nacionais: migrantes e refugiados, com Aurora Diaz Javate e Marie Racine; e conferência Fundamentalismos e intolerâncias, com Sherif Hetata e Raji Sourani; dia 26 – Conferência Cinema e política contra a homogeneização do imaginário, com Citto Maselli e Fernando Solanas; e painel Desenvolvimento democrático sustentável, com Cristina Carrasco e Tony Clarke; dia 27 – Conferências Como enfrentar o Império, com Noam Chomsky, e Impunidade, com Adolfo Perez Esquivel e Sérgio Yahni; dia 28 – cerimônia de encerramento. Com exceção do discurso de Lula, nada disso apareceu nas edições posteriores do *Estadão*.

Neste dia (23/1), a principal matéria da *Folha* sobre o Fórum Social apareceu na página A 9, com um título em seis colunas “Porto Alegre faz fórum ‘chapa-branca’”, “acusando” o governo Lula de “dar”, por meio de apoio publicitário da Petrobrás e do Banco do Brasil, R\$ 1,3 milhão para a realização do evento. O contraditório só foi aparecer três dias depois, quando a própria *Folha* divulgou a estimativa de consumo na cidade de Porto Alegre: US\$ 55,4 milhões durante a realização do Fórum, entre hospedagem, alimentação, diversão, transportes, etc. Só em impostos, neste período, a cidade arrecada R\$ 4 milhões.

A “tese” do “fórum chapa-branca” reaparece na *Folha* numa matéria no dia 24/01/03, “Dulci tenta justificar presença do governo”. Neste dia, a principal matéria sobre Porto Alegre foi num enquadramento também negativo: “Líder do MST agora defende alta dos juros”. O texto não justifica o título. Nele, Stédile diz que, como economista, “entende haver a necessidade de não baixar a taxa de juros para que o câmbio não desande”. Ele diz ainda que “baixar os juros agora não significa atingir

os objetivos, porque o governo tem de desatar outros nós”. Entender é diferente de defender.

O Estado de S. Paulo tratou daquele tema no dia anterior, 22/01, na página A11, onde estava sua principal matéria sobre o FSM, “Lula vai pregar guerra implacável contra a fome”, destacando que Lula deverá fazer discursos semelhantes em Porto Alegre e Davos, contra a guerra e pelo combate à fome no mundo. O texto traz ainda, secundariamente, a polémica que a ida de Lula a Davos provocou entre membros do FSM.

Ao contrário do tratamento dado pela *Folha*, a presença de quadros do governo e do próprio presidente Lula no encontro é tratada de maneira que não desqualifica o FSM, na matéria “Pela 1ª vez, governo será presença marcante”, na mesma página, com menor destaque. O tema não voltou a ser abordado.

Ainda no dia 23/01, o *Estado* trata dos dois encontros em editorial no qual analisa o “fator Lula” tanto em Davos como em Porto Alegre. A visão sobre o FSM é negativa, pois uma “parcela não desprezível de seus adeptos é portadora, menos ou mais entusiástica, de uma agenda política autoritária, de destruição e desordem”. Neste dia, teve início a edição do caderno especial “Fóruns globais Davos/Porto Alegre”. Contraditoriamente ao editorial, a primeira página do caderno tem um forte apelo pró-FSM. São duas fotos grandes – a de cima, quase meia página, mostra soldados montando cerca em Davos e a de baixo, do mesmo tamanho, mostra jovens sorridentes chegando ao acampamento de Porto Alegre. O título vai no mesmo tom: “Davos fala de guerra; Porto Alegre, de paz”. A principal matéria do caderno sobre o FSM, neste dia, “Marcha pela paz abre encontro de Porto Alegre” tem também um enquadramento positivo e trata do planeamento para a abertura do encontro e da expectativa provocada pela participação de Lula.

No dia 24/01, o *Estado* destaca que “Marcha pela paz reúne 60 mil em Porto Alegre”, na página H5, e que “Fórum Social é aberto com ‘não’ ao FMI e à Alca”, na página H4. Ambas transmitem uma visão positiva do FSM. Há ainda um artigo assinado pelo correspondente Gilles Lapouge, na página H7, sobre as delegações do governo francês a Davos e a Porto Alegre, marcadamente pró-FSM. Ele diz que em Porto Alegre “as idéias pululam e cintilam, enquanto as de Davos perderam sua cor”. Afirma também que “o messianismo liberal [de Davos] sofreu um golpe”.

A Agenda de hoje trazia a conferência Terra, território e soberania alimentar, com João Pedro Stédile, Francisca Rodriguez e Peter Rosset; o painel Desenvolvimento democrático e sustentável: resgatando a soberania econômica através do cancelamento das dívidas e do controle de capitais, com Prakarma Raja, entre outros; a mesa da diálogo Qual globalização e como o mundo deve ser governado?, com mediação de Soledad Gallego Diaz Fajardo; e o discurso de Lula.

A *Folha*, no dia 24/01/03, no infográfico Hoje em Porto Alegre, página A 10, destacava cinco atividades: a participação de Lula, num discurso contra a guerra e a fome; a conferência de Itsvan Mészáros e Samin Amin Contra a militarização e a guerra; a mesa de discussão Alternativas à globalização, com Juan Somavia, secretário-geral da OIT, e Mário Soares, ex-presidente de Portugal; a conferência de João Pedro Stédile, do MST, intitulada Terra, território e soberania alimentar; e a Mobilização contra a reunião da OMC.

No dia seguinte (25/1), a *Folha* destacou a fala de Lula, com chamada e foto de capa e matéria (“Lula se vê como ‘esperança dos socialistas’”), de 58 cm/col. com foto na página A 11 e parte da fala de Stédile (“Invasões continuarão, diz Stédile”), em matéria com 28 cm/col. na página A 7. Sobre Mészáros, importante intelectual contemporâneo; Amin, conhecido economista egípcio; Somavia, da OIT; e Mário Soares, ex-presidente de Portugal, com óbvias proximidades com o Brasil, nenhuma linha, sequer uma nota, o mesmo acontecendo com a mobilização contra a OMC.

Ainda no dia 25, a *Folha*, no infográfico Hoje em Porto Alegre, destacava a conferência Direitos e Diversidade, com o sociólogo português Boaventura Souza Santos; Domínio das corporações e crise do sistema financeiro internacional, com a escritora francesa e membro do Attac, Susan George; Crise econômico-financeira e alternativas, com José Dirceu e Evelina Herfkens, coordenadora da Campanha para as Metas de Desenvolvimento do Milênio na Secretaria Geral da ONU; Pleno emprego e re-regulação do trabalho, painel com Fred Azcarate, da ONG Jobs with Justice e João Felício, da CUT; e testemunho de Sebastião Salgado sobre seu trabalho.

O destaque do *Estado* do dia 25/01 é o discurso de Lula realizado no dia anterior, com título e chamada na primeira página, título principal da capa do caderno especial e matéria na página H2. O título “O

mundo está de precisando de compreensão” e o corpo do texto reforçam o enquadramento positivo do FSM como espaço de promoção da paz. A conferência de Stédile foi a principal matéria da página H5 e a sobre o cancelamento de dívidas apareceu na página H4, com destaque menor. Merece registro também neste dia artigo publicado na página A2, de Murilo Flores, ex-presidente da Embrapa, e Felipe Sampaio, do Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário, sob o título “Um outro mercado é possível?”, que critica o mercado neoliberal e propõe alternativas de sustentabilidade do desenvolvimento. A agenda destacava a conferência Direitos e diversidade, com Boaventura de Sousa Santos; e o painel Estratégias para a democratização da mídia, com Daniel Herz (que não apareceu nem na agenda da *Folha*).

No dia 26/01/03, a única das atividades destacadas pela *Folha* na agenda que apareceu foi a intervenção de José Dirceu. Para as outras, nenhuma linha. As principais matérias sobre o fórum neste dia, além da referente a Dirceu (“Dirceu defende taxa social sobre capital”), foram uma entrevista com Emir Sader (“Sociólogo afirma que governo petista é ‘esquizofrênico’”), membro do conselho internacional do FSM, num texto cujo enquadramento qualifica o fórum como interlocutor importante; “Jovens de Porto Alegre trocam suas casas por dias no acampamento”, que destaca o lado happening do fórum; e uma amplamente negativa: “Fórum é anti-semita, diz militante judeu”. Apenas uma fonte foi ouvida, a da entrevista. Ninguém ligado ao FSM foi ouvido para apresentar outra posição. No dia anterior, em Porto Alegre, houve um painel sobre democratização da mídia, que não mereceu cobertura da *Folha*.

Ainda no dia 26, o infográfico Hoje em Porto Alegre destacava as seguintes atividades: conferência Paz e valores, com Leonardo Boff e Eduardo Galeano; seminário sobre a revolução bolivariana, com previsão de participação de Hugo Chavez; Partidos políticos, instituições e democracia participativa, com José Genoíno, Louise Beaudoin, ministra de Relações Exteriores do Canadá, e Gladys Marin, do Partido Comunista chileno; A cultura política e organizacional dos povos excluídos, com Frederic Jameson; e Cinema e política: contra a homogeneização do imaginário, com os cineastas Citto Maselli e Fernando Solanas.

O *Estadão* de 26/01, domingo, traz como principal matéria uma entrevista, na página H8, última do caderno especial, com Aleyda Gue-

vara, filha de Che. Os dois primeiros parágrafos, que abrem a entrevista pergunta-resposta, desqualificam o FSM, “claque de admiradores embevecidos com a filha do grande ídolo desse Fórum Social, que se enraivecia com as perguntas e aplaudia animadamente cada resposta”. Nenhuma linha foi publicada sobre a fala de Boaventura de Sousa Santos nem sobre o painel sobre democratização da mídia. A agenda destacava, para o dia, a conferência Paz e valores, com Leonardo Boff e Eduardo Galeano; e o painel Pelo pleno acesso à água, comida e terra.

No dia 27/01/03 nada do que estava no infográfico da *Folha* apareceu. O destaque sobre o FSM, com direito a foto e chamada na capa e uma matéria de 48 cm/col. com direito a três fotos, além de um boxe (“Torta é crítica bem-humorada, afirma ativista”), com 20 cm/col, foi a torta no rosto do presidente do PT, José Genoíno. O anúncio feito em Porto Alegre pelo secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, de que o governo iria implementar um programa de expropriação de terras em fazendas que reincidissem na manutenção de trabalho escravo, ganhou um destaque menor: 40 cm/col. sem foto, na parte inferior da página A 7. As atividades do dia 28, último dia do encontro, não foram divulgadas.

O destaque na cobertura do *Estadão* no dia 27/01 – sem que os outros pontos da agenda aparecessem – também foi a torta no rosto de José Genoíno – que ganhou pequena chamada na primeira página, mas não na capa do caderno especial. A matéria, no entanto, é sóbria: cobre o acontecido, mas sem construir uma identificação FSM com inconseqüência, diferentemente do que ocorreu com a *Folha de S. Paulo*. Merecem destaque ainda a matéria da página H6, “Ongs americanas acusam Bush de fomentar o conflito”, com críticas de militantes norte-americanos a Bush e à mídia dos EUA.

O enquadramento negativo fica por conta de uma espécie de crônica, “Woodstock é aqui”, sobre as noites no Acampamento da Juventude. São impressões do repórter Lourival Sant’anna – o mesmo da entrevista com Aleyda Guevara –, que não ouviu nenhuma fonte. Neste dia, o *Estado* publicou também um artigo, na página A2, do intelectual conservador Denis Lerrer Rosenfield, professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde ele afirma que “no FSM reúnem-se ‘neocomunistas’ que se envergonham de dizer o seu nome”.

A agenda trazia as conferências Como enfrentar o Império, com Noam Chomsky; e Impunidade, com Adolfo Perez Esquivel.

No dia 28/01/03, dois títulos de página da *Folha*, na A 8, “Fórum acaba com pedidos e paz e guerra”, e na A 9, “Porto Alegre rejeita diálogo com Davos”, reforçam um enquadramento negativo do FSM, pois o tom pacifista do encontro, no primeiro caso, é diminuído e igualado a pretensões guerreiras de grupos minoritários dentro do FSM. Além disso, o texto não distingue guerra de libertação nacional de guerra de agressão.

No segundo caso, os membros do FSM explicam as dificuldades de representação para o Fórum, embora se digam favoráveis à idéia de um fundo mundial contra a fome, apresentada por Lula em Davos. Portanto, o texto está em desacordo com o título: ninguém “rejeita” o diálogo, apenas não se sabe quem, eventualmente, poderia falar em nome do FSM, uma vez que nas suas próprias regras, não há documentos finais nem hierarquia ou dirigentes. A conferência de Chomsky aparece com destaque na página A9.

A edição do *Estado* do dia 28/01 traz a principal matéria sobre o FSM na página H6, última do caderno especial: “Ativistas roubam a cena em Porto Alegre”, destacando os protestos pacíficos e pacifistas contra a guerra no Iraque e a exclusão social. O enquadramento, positivo, é favorável ao FSM. O mesmo ocorre com o texto colocado na mesma página, “Multidão vai às ruas dizer não à guerra”, onde o repórter conta o que viu na Marcha contra a guerra. Ao contrário, o editorial da página A3, “A cruz que Lula carrega”, critica o FSM, “o museu das idéias arcaicas”. A fala de Chomsky não apareceu.

No dia 29, já sem o caderno especial *Fóruns globais Davos/Porto Alegre*, as matérias do *Estadão* sobre o FSM apareceram na página A11, com a cobertura da entrevista coletiva dos organizadores do terceiro encontro do FSM, a criação do Fórum Social das Águas e um infográfico com os números finais do encontro. A *Folha* vem com uma única matéria, “‘Davos que é anti-Fórum Social’, diz organizador”, no pé da página A8, espremida por duas propagandas, quase um calhau².

² Calhau, conforme o *Novo manual de redação da Folha de S. Paulo* são determinados anúncios referentes ao próprio jornal preparados com antecedência para preencher, sempre que necessário, espaços em branco de uma página criados pela falta de material previsto (jornalístico ou de publicidade). Existe também o “calhau” infor-

4.2 Cobertura do Fórum Econômico Mundial

O eixo da cobertura da *Folha* do encontro em Davos foi, essencialmente, o governo Lula: o que disseram os membros do governo que lá estiveram, a avaliação que dele fazem os economistas e empresários presentes. Também aqui, os debates e conferências realizados durante o FEM aparecem pouco, apesar de, como no caso do FSM, a *Folha* ter conhecimento prévio da agenda de atividades e publicar boxes com o que ela considerava as principais discussões do evento. O *Estado* segue no mesmo diapasão, focando prioritariamente o governo Lula. No entanto, ainda que minoritariamente, abre espaços para matérias que trataram da crise da economia capitalista naquele momento.

Assim foi no dia 22/01, quando *O Estado de S. Paulo* começa a cobertura do FEM chamando a atenção para o clima de pessimismo quanto à economia mundial. O principal texto, que aparece na página A10, assinado pelo correspondente Jamil Chade e intitulado “Davos buscará reforçar confiança do capitalismo”, fala de certa perda de prestígio do Fórum Econômico. Há ainda uma pequena matéria na página A12, “Davos fará plebiscito para expulsar o Fórum”, trazendo a polêmica entre os moradores de Davos sobre as vantagens e desvantagens de sediar o encontro.

A *Folha* não faz referência a Davos neste dia. Nela, no dia 23/01, a principal matéria sobre Davos apareceu na página A 8, com 74 cm./col. e um título de seis colunas, “Centro de Davos está sitiado pelo exército”, assinada pelo enviado especial Clóvis Rossi, um dos mais famosos e competentes jornalistas brasileiros, com larga experiência internacional. A título de comparação, vale destacar que o enviado especial a Porto Alegre, Rafael Carielo, independente da competência, não goza do mesmo status de estrela – com ampla liberdade para opinar e se pautar – de Rossi.

A matéria, apesar do título de impacto, é um texto interpretativo sobre o possível papel que Lula desempenhará no Fórum Econômico

mativo, pequeno texto noticioso sem grande urgência de publicação que os editores e editores-assistentes devem ter à mão para preencher, em caso de necessidade, espaços em branco deixados em uma página por falta de material previsto ou para acertar a modulação.

Mundial. Seu enquadramento, por isso, foi considerado neutro. Neste dia, ainda na página A 8, a *Folha* destaca os principais expositores e o que de mais importante estava programado na agenda. Pouco disso apareceu nas edições seguintes.

No dia 23/01, o *Estado* trouxe como principal matéria de Davos o texto interpretativo “Na pauta de Davos, recessão, terror e guerra”, na página H2, assinado pelo enviado especial Rolf Kuntz, também um dos principais jornalistas econômicos do país. A agenda do FEM também destacava eventos que não apareceram nas edições posteriores. Merecem destaque duas matérias menores, da página H3: “ONGs sobem no conceito de todos” e “Credibilidade dos líderes está em baixa”, dispostas lado a lado, que mostram resultados de pesquisas de opinião apresentados em Davos e contrapõem a queda de credibilidade dos líderes políticos e econômicos do mundo com o aumento da confiança nas ONGs.

No dia 24/01/03, a principal matéria da *Folha*, com direito a chamada de capa, apareceu num texto com 57 cm./col.: “Lula e Davos já falam a mesma língua”. Seu principal gancho foi a opinião de alguns “oráculos de Davos”, na expressão de Clóvis Rossi, sobre a alta da taxa de juros no Brasil, anunciada um dia antes.

O infográfico Hoje em Davos destacava o Diálogo com o presidente do México, com Vicente Fox e José Maria Figueres, diretor do FEM; Como lutar contra o terrorismo?, com o primeiro-ministro da Malásia, Mahatir bin Mohamad, o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, e o secretário de Justiça dos EUA, John Ashcroft; O futuro de Israel e da Palestina, com o ministro das Finanças da Autoridade Palestina, Salam Fayyad e o ex-primeiro-ministro de Israel, Shimon Peres; A economia dos EUA, com o secretário de Comércio dos EUA, Donald Evans, e o ex-diretor do FMI, Michael Mussa; e Comércio justo – uma alternativa?, com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan.

No *Estado*, o destaque do dia 24/01 foi a matéria da página H3, “Conflito pode colocar o mundo todo em recessão”, com a cobertura da primeira grande sessão do encontro do FEM. Outra matéria merece destaque neste dia: na última página, fazendo contraponto ao texto “Cuba, a gigante das mentes rebeldes”, assinado pelo enviado especial a Porto Alegre, Lourival Sant’anna, vem a matéria “China, a gigante dos merca-

dos reais”, assinada pelo enviado a Davos Fernando Dantas. O contraste dos títulos fala por si: enquanto o FSM trata de ideologia, é idealista – no sentido filosófico, de priorizar as idéias sobre a realidade –, o FEM cuida do concreto. A “agenda de hoje”, na página H7, destacava os debates sobre o terrorismo; Cultura e religião, com Paulo Coelho; Tecnologia para competitividade: da retórica aos resultados, com Manuel Castells, o Diálogo com Vicente Fox

Na *Folha* do dia seguinte, só o debate sobre a questão do terrorismo teve direito à matéria (“EUA ouvem advertências contra a guerra de premiê malaio em Davos”). Também parte do debate sobre o comércio mundial, do qual participou o ministro Furlan, apareceu secundariamente na matéria “‘Charme’ de Lula é vantagem, diz Gil”. No *Estadão*, nada sobre o terrorismo. Um dos editoriais do dia, “Oportunidades para o Brasil em Davos”, na página A3, avalia de forma positiva o FEM e a participação de Lula no encontro. O debate sobre o comércio mundial aparece com destaque na matéria “Presença de Lula amplia debate, diz Furlan”. Quanto aos outros eventos destacados na agendas, nenhuma linha nos dois jornais.

Ainda neste dia (25/01), a principal matéria da *Folha* sobre o FEM é doméstica: “Lula é aconselhado a se descolar de Chávez”. O infográfico Hoje em Davos, do dia 25, destacava os debates Recuperando o Japão, com Heizo Takenaka, ministro da Economia do Japão, Joichi Ito, presidente da Neoteny, e Michael Porter, da Harvard Business School; Segurança energética, com Abdulla bin Hamad Al-Attiyah, ministro de Energia do Qatar, Mikhail Khodorkovsky, chairman da Yukos Oil (Rússia), Roberto Poli, chairman da ENI (Itália), e Ali bin Ibrahim Al-Naimi, ministro do Petróleo da Arábia Saudita; A economia global, com Donald Evans, secretário de Comércio dos EUA, Caio Koch-Weser, ministro de Finanças da Alemanha, Francis Mer, ministro de Economia da França, Heizo Takenaka, ministro de Economia do Japão, e Paul Krugman, da Universidade de Princeton; e A hegemonia dos EUA, com Alexander Downer, ministro das Relações Exteriores da Austrália, Amre Moussa, secretário-geral da Liga de *Estados* Árabes, e Marwan Jamil Muasher, ministro das Relações da Jordânia. Por seu lado, o *Estadão* destacava na agenda, na página H8, apenas a mesa Uma visão da economia global, com Donald Evans, “entre outros”.

Nada do que estava na agenda apareceu na *Folha* no dia seguinte. A

principal matéria sobre Davos no dia 26/01 é doméstica: em 59 cm./col. na página A 8, a *Folha* informa que “Superávit será superior a 4%, diz Meirelles”. Apesar disso, o enquadramento da matéria sobre o FEM é positivo, pois em seu nome falam um “acadêmico brilhante” e o “principal colunista econômico” do Financial Times. A queda e conseqüente fratura do tornozelo do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, também ganhou destaque. Neste dia, a *Folha* não publicou a agenda de Davos.

No *Estadão* do dia 26/01 as questões internas também são as principais. A maior matéria é uma entrevista na página H3 com o cientista político tucano José Augusto Guilhon de Albuquerque, “O único grande palanque de Lula é o externo”, onde ele analisa a política externa do governo brasileiro. Na página H5, os destaques foram “Em Davos, promessa de superávit maior”, onde Otávio Canuto, assessor do Ministério da Fazenda, fala da intenção de elevar o superávit primário, e “Projeto de autonomia do BC será entregue em março”. O tombo do ministro foi cabeça da página H4.

No dia 27/01, o destaque nos dois jornais foi o discurso de Lula no encontro do Fórum Econômico Mundial. A manchete de primeira página da *Folha*, com foto, e a matéria de 78 cm./col., também com foto, na página A 4 foram sobre o assunto. O *Estadão* também deu manchete de primeira página, com foto, chamada de capa de caderno, também com foto, e matéria com 61 cm/col. Além disso, um editorial da página A3, “Uma mensagem de maturidade”, elogia a postura de Lula em Davos, mas reforça a visão de que o FEM é sério, concreto, enquanto o FSM não superou o “velho vício do esquerdismo latino-americano”.

No dia 28/01, a *Folha* traz apenas uma pequena matéria, “Soros faz elogios a petista e pede apoio ao Brasil”, com material da agência France Presse, que é praticamente uma repetição do que a própria *Folha* já dera no dia 27 sobre as falas do megainvestidor. Já no *Estadão* deste dia, o destaque é a matéria “Brasil paga juros excessivos, diz Soros”, onde o magnata das finanças comenta as perspectivas da economia brasileira e mundial.

No dia 29/01, apenas o *Estadão* continuou tratando do FEM. Foram duas matérias na página A10, “Davos termina, sem saída para desafios globais” e “O exame de consciência do capitalismo”, assinadas

respectivamente por Fernando Dantas e Rolf Kuntz, enviados especiais a Davos. Em ambas, apesar dos títulos e da identificação da crise da economia mundial, o enquadramento foi positivo, pois depreende-se delas uma capacidade auto-regeneradora do FEM. Houve ainda um editorial, na página A3, que elogia a ação de Lula e dos demais membros do governo brasileiro no encontro de Davos, “templo dos homens de negócio”.

4.3 O tema agendado: o governo Lula

O governo Lula, que tinha acabado de tomar posse, foi o ponto central da cobertura que tanto a *Folha de S. Paulo* quanto *O Estado de S. Paulo* fizeram do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e do Fórum Econômico Mundial, em Davos. Embora isto seja defensável do ponto de vista jornalístico, foi possível perceber que seu enfoque excessivo implicou em inúmeras lacunas no acompanhamento de discussões e atividades importantes ocorridas nos dois fóruns. O descompasso entre os eventos destacados nas agendas pelos dois jornais e a cobertura deles nas edições subsequentes mostra isso.

O assunto tematizado pelos dois jornais, embora tenha havido em ambos a preocupação com a criação de vinhetas para identificar as editoriais especiais de cobertura dos encontros de Porto Alegre e de Davos, foi o governo brasileiro recém empossado. Esta relevância e acumulação – com o conseqüente esvaziamento de outros assuntos – pode ter provocado efeitos de *agenda setting*, mas este estudo, por suas limitações (não foram feitos estudos de recepção), não tem como aquilatá-los.

Ainda assim, pelo conjunto de enquadramentos, é possível perceber uma tendência a se valorizar positivamente o FEM enquanto um encontro sério, que discute problemas concretos e aponta soluções realistas para graves problemas da humanidade. De outra parte, no caso do FSM, apesar de referências muitas vezes positivas, no conjunto aparece como desligado dos problemas reais, com projetos utópicos, bem intencionados, mas irrealizáveis, o que tende a reforçar, ainda que passivamente, ou seja, pela descrença em alternativas, as bases da atual configuração hegemônica.

A análise destes dados a partir de uma grade formada pelas teorias

do jornalismo apresentadas no capítulo 3 mostra a insuficiência de algumas e as possibilidades explicativas de outras. A teoria do espelho é claramente incapaz de explicá-los: os “fatos” estavam lá, ao alcance dos repórteres, pauteiros e editores. No entanto, não viraram notícias. Os leitores da *Folha* e do *Estadão* acompanharam uma cobertura seletiva, restrita e não puderam “formar” uma opinião a partir de um conjunto de informações objetivas e neutras, como reza a teoria do espelho.

A ilusão positivista desta “teoria” é insustentável, pois os fóruns, como vimos, foram decompostos em diferentes fragmentos – os eventos cobertos, os não cobertos, mas que apareceram nas agendas, e ainda os que nem nelas apareceram – e recompostos numa totalidade que, embora com elementos da realidade, é uma “edição” de tudo o que aconteceu nos encontros. Houve necessariamente uma seleção daquilo que do ponto de vista dos repórteres, pauteiros, editores e veículos era importante.

A teoria do *gatekeeper* pode contribuir para o entendimento, desde que saíamos de seu marco meramente individual e entendamos o *gate-keeping* como um processo. Ainda assim, ficam de fora os condicionantes sociais, ideológicos, políticos, organizacionais e cognitivos que levaram os distintos atores (jornalistas) envolvidos no processo a optar por esta cobertura e não por outra.

Quem parece mais capaz de fornecer explicações que possam dar conta do fenômeno são as teorias construcionistas, que trabalham a idéia de que a notícia é uma construção social, resultado de processos complexos entre diversos atores (jornalistas, fontes, concepções de mundo, forças sociais e políticas organizadas, etc.). Especialmente se agregarmos a elas – como fazem Hall, Venício Lima e outros – o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci, aliado à idéia do jornal assumindo funções de partido político.

A *Folha* e o *Estadão*, enquanto instituições e empresas capitalistas – apesar das diferenças de tom –, têm uma concepção de mundo e de país. São a favor, manifestadamente, da propriedade privada dos meios de produção e do liberalismo político, da economia de mercado e de limites à ação do Estado na economia. Ambos defendem o processo democrático – embora tenham estado ao lado do golpe de 64 contra o governo constitucional de Jango Goulart³. Esta concepção de mundo,

³ Ver, entre outros, OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. *João Goulart na imprensa*.

numa relação dialética, forma e reflete a do “público leitor”, com quem os jornais alegam ter compromisso: um amplo setor de classe média. Neste sentido, é possível identificar aqui, segundo a matriz gramsciana, uma função de partido, qual seja, dar forma a uma hegemonia, ajudar a classe dominante a superar seus “momentos egoísticos-passionais” (corporativos/economicistas) e se universalizar, reforçando a hegemonia dada.

No entanto, é importante lembrar que, como o processo de hegemonia – e ela sempre é um processo – supõe levar em conta, até certo ponto, interesses de outros grupos sociais – e no caso dos aparelhos privados de hegemonia estes interesses se mostram cristalizados em concepções de mundo –, aparecem manifestações contra-hegemônicas, pois mesmo naquela franja social à qual os jornais, no Brasil, estão voltados, há inúmeros leitores que se identificam com o pensamento progressista ou de esquerda, que querem ver no jornal. Então, até para não perder essa fatia de mercado consumidor de notícias, aparecem, ainda que de forma minoritária, manifestações de um pensamento crítico.

Além disso, apesar dos mecanismos de controle da redação cada vez mais complexos e sofisticados, há momentos em que as impressões do repórter – e estas impressões se vinculam às suas concepções de mundo e, portanto, aos seus mapas cognitivos, que conformam uma ideologia que não necessariamente será coincidente, em todos os momentos, com a do jornal – serão determinantes no enquadramento da matéria. Abre-se aí a possibilidade de manifestações contra-hegemônicas.

Deve-se também levar em conta a existência, embora muitas vezes meramente formal, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Entre outras regras de conduta, ele estabelece, no seu artigo primeiro, que “o acesso à informação pública é um direito inerente à condução de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse”.

Mais à frente, o Código afirma também, no seu artigo segundo, que “a divulgação de informação, precisa e correta, é dever dos meios de comunicação pública, independente da natureza de sua propriedade” e, no

De personalidade a personagem. São Paulo: Annablume, 1993; MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1980; KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. Ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

artigo décimo, item c, que o jornalista não pode “frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate”

Então, temos que o jornal, embora seja uma empresa capitalista, é também uma instituição – ao lado de outras, como a escola, a fábrica, o Estado, etc. – onde se instala uma luta simbólica entre uma hegemonia dada, majoritária, e uma contra-hegemonia em gestação, ainda minoritária, mas que aspira constituir-se numa nova hegemonia, articulando um outro bloco histórico.

Isto explica certos aspectos contraditórios identificados na cobertura dos fóruns, como, por exemplo – entre outros –, a edição do *Estadão* de 23/01/03: enquanto o editorial ⁴ considera o FSM vinculado à destruição e à desordem, a primeira página do caderno especial tem forte apelo pró-FSM (ver anexo). E também, como qualquer empresa, o jornal é palco de conflitos entre patrões e empregados pela apropriação da renda ali produzida, colocando-os, em vários momentos, em lados distintos.

Há ainda mais um elemento fundamental a reforçar a idéia do jornal como *locus* de conflito de hegemonias, como o que se dá no interior de outros aparelhos privados de hegemonia, como a escola: apesar da crítica à objetividade proposta pela teoria do espelho, não se pode esquecer que o jornalismo tem como referente fundamental a realidade; ele não é ficção.

Então, por mais que o veículo opte – pelas mais variadas razões – por não cobrir certas manifestações da realidade, ela está ali, foi experimentada socialmente por um determinado número de indivíduos e, de diferentes maneiras, pressiona o jornalismo a torná-la conhecida. Exemplo clássico dessa possibilidade no Brasil é o desconhecimento a que a Rede Globo relegou, inicialmente, o movimento pelas diretas. Foi a pressão popular – aliada à importância que outros veículos deram

⁴ Melo diz que o “editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. No entanto, afirma, “nas sociedades capitalistas o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais mas o consenso de opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização (...) acionistas majoritários, (...) anunciantes, (...) braços do aparelho burocrático do Estado”. MELO, José Marques. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ao assunto – que levou a emissora a mudar sua posição inicial e passar a cobrir aquele movimento ⁵.

Assim, pensar o jornal como aparelho privado de hegemonia e, portanto, necessariamente, como espaço de conflitos e de luta simbólica, aliado à concepção de sua “função de partido político”— mais do que a idéia de manipulação pura e simples ou mentira ⁶ – tem o condão de permitir um entendimento mais complexo do fenômeno da comunicação jornalística contemporânea e seu entrelaçamento inescapável com a política.

⁵ Ver, entre outros, BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. Ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

⁶ Lembro-me que, durante a greve dos jornalistas no começo dos anos 80, os grevistas pichavam em alguns muros a frase “jornalistas em greve. Não compre jornais”. A elas, alguém agregou: “minta você mesmo”.

Considerações finais

A política contemporânea é impensável sem a participação dos meios de comunicação de massa. Ao configurar-se como um significativo espaço de construção de mapas cognitivos – embora não exclusivo, é importante destacar –, por meio dos quais se lê e se interpreta o mundo, o jornalismo vincula-se de modo inescapável à Política, entendida como a possibilidade de construção intersubjetiva e racional de um artifício que permite aos homens superar o isolamento e forjar identidades coletivas. Diferentes autores⁷ já mostraram a sobreposição do jornalismo e da política na constituição de um espaço público, terreno no qual aquela se exerce.

O conceito de hegemonia, desenvolvido pelo revolucionário italiano Antonio Gramsci, é fundamental para se pensar a Política como algo que se exerce fundamentalmente no espaço público. Ao estabelecer, analiticamente, o Estado como composto de dois “momentos” – o do consenso, no âmbito da sociedade civil, e o do domínio, no âmbito da sociedade política –, ele não perde de vista as relações de dominação entre as classes na sociedade capitalista.

E ao definir a hegemonia como um processo dinâmico e permanente, por meio do qual a(s) classe(s) dominante(s) constroem e reconstróem diuturnamente seu poder – tendência também permanentemente tensionada por uma contra-hegemonia dos setores subalternizados –, Gramsci estabelece para a Política uma permanência dinâmica, um espaço público onde negociações, articulações e disputas entre os diferentes atores e forças políticas estão sempre acontecendo.

De certo modo, é possível de se fazer uma analogia, aqui, com o

⁷ Entre outros HABERMAS, Jürgen. *A mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

jornalismo. Ele também – mesmo sendo as empresas jornalísticas propriedades de famílias ou grupos econômicos capitalistas – se exerce e se manifesta neste espaço público.

Neste quadro, é importante superar o distanciamento – felizmente cada vez menor – que separa os dois campos de estudo, de modo a possibilitar uma compreensão mais clara e menos apriorística da relação entre ambos. Este trabalho procurou mostrar que, teoricamente, o conceito de hegemonia, articulado a certas teorias da comunicação, e mais especificamente do jornalismo – especialmente aquelas que defendem a idéia da notícia como uma construção social, onde interagem fatores pessoais, sociais, históricos e culturais – amplia a capacidade explicativa destas, pois este conjunto de variáveis compõe a cultura que, como vimos em Willians, é, por excelência, o *locus* da hegemonia.

Foi o que se deu no caso estudado. O Fórum Econômico Mundial e o Fórum Social Mundial cristalizam dois projetos hegemônicos globais em disputa. O primeiro, como foi possível demonstrar no capítulo inicial, é o corolário de um pensamento conservador, até regressivo, o neoliberalismo, que, brandido como resposta à chamada crise fiscal do Estado dos anos 70, configura-se, como já afirmei em outra oportunidade, numa

ideologia de um capital que move-se incessantemente contra o trabalho organizado sindical e politicamente e mesmo contra setores mais fragilizados e menos globalizados do próprio capitalismo, buscando desvencilhar-se de eventuais obstáculos que fiquem a sua frente. Tal movimento vem provocando uma reconcentração de capitais e de renda em todo o mundo. (NEGRÃO, 1998, p. 87)

É possível afirmar que tal concepção de mundo é atualmente hegemônica e prevalece, de forma matizada – bem como em outros veículos da chamada grande imprensa brasileira – na linha editorial dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

No entanto, a resposta à fúria destrutiva do neoliberalismo, também como foi mostrado no primeiro capítulo, vem sendo construída e ganhando força entre diferentes setores sociais, que ficam de fora da festa neoliberal. Sua face midiática mais visível é o Fórum Social Mundial, que faz parte de uma contra-hegemonia em gestação para impor-se como alternativa de organização da sociedade.

O nível simbólico desta luta fica claro na análise da cobertura dos encontros realizada pelos dois jornais: vimos, em ambos, enquadramentos que permitiram afirmar uma tendência a se valorizar positivamente o encontro do Fórum Econômico Mundial – lugar de debates de “alto nível” –, onde de busca respostas exequíveis para os problemas mundiais, enquanto o Fórum Social Mundial, impregnado de um voluntarismo juvenil, é o lugar do sonho, belo, mas irreal. Isto é reafirmar uma hegemonia já dada.

Mas o conflito de hegemonias, ainda que de forma desequilibrada, se faz presente nos jornais e tensiona a própria escolha dos acontecimentos a serem transformados em notícias. Estão também em jogo as questões éticas dos jornalistas, cujo código, no caso brasileiro, estabelece uma série de regras de conduta que implicam na manifestação de diferentes concepções de mundo na análise dos acontecimentos.

Então, superando a idéia da “manipulação”, é necessário ver que os jornais são espaços de lutas simbólicas e de significação – como outros aparelhos privados de hegemonia –, onde distintas concepções de mundo buscam conquistar posições, para estabelecer novas – ou manter as existentes – relações de poder.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ABREU, Alzira; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; e KORNIS, Mônica. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ALBERT, P. e TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ALBERTOS, J. L. Martinez. *Curso general de redacción periodística*. 5ª ed. Madrid: Thomson, 2001.
- ALDÉ, Alessandra e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso “estado de natureza”. In Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2000.
- AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.
- ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. *Crítica marxista*, nº 1. São Paulo, Joruês, 1986.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4ª ed. São Paul: Ática, 1990.
- BARROS FILHO, Clóvis. *Ética na comunicação*. São Paulo: Moderna, 1995.

- BARROS FILHO, Clóvis e MARTINO, Luís Mauro Sá. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BATISTA, Paulo Nogueira (et. al.). *Em defesa do interesse nacional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BELTRÃO, Luiz. *A imprensa informativa*. São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BICHIR, Antonio (Org.). *Antologia liberal*. São Paulo: Inconfidentes, 1991.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Uma defesa das regras do jogo. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

- CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- CORREIA, João Carlos. Media e cidadania. Algumas reflexões em torno de duas categorias modernas: consenso e ideologia. <disponível em www.bocc.ubi.pt>
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política*. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.
- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy*. New York: New York University Press.
- DUVERGER, Maurice. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.
- ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FERREIRA, Oliveiros S. *Os 45 cavaleiros húngaros*. Uma leitura dos *Cadernos* de Gramsci. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Hucitec, 1986.
- FOLHA DE S. PAULO. *Novo manual de redação*. 6^a ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1996.
- FONSECA, Eduardo Giannetti. Quem tem medo do neoliberalismo? *Idéias liberais*, n. 13. São Paulo: Instituto Liberal, 1994.
- FONSECA, Francisco César Pinto da. *Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987 <disponível em www.adelmo.com.br>
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). *Os construtores da informação*. Meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- KARAM, Francisco José. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LAGE, Nílson. *Ideologia e técnica da notícia*. 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 2000 <disponível em www.ufsc.br>

- LAGE, Nílson. *Controle da opinião pública: um ensaio sobre a verdade conveniente*. Florianópolis: UFSC, 1988 <disponível em www.ufsc.br>
- LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial. A história de uma invenção política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LIMA, Venício A. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em comunicação*. 3^a ed. São Paulo: Loyola, 1997.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social*. 9^a ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchausen*. 2^a ed. São Paulo: Busca vida, 1987.
- LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: EdUnb, 1996.
- MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Página aberta, 1993.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3^a ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 5^a ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MATTOSO, Jorge. Desemprego, ponta do iceberg. *Teoria & Debate*, n. 25, 1994.
- MCLELLAN, David. *A ideologia*. Lisboa: Estampa. 1987.

- MEDINA, Cremilda. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MELO, José Marques de (Org.). *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo: FTD, 1992.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- NAVARRO, Vicente. Produção e estado de bem-estar. O contexto político das reformas. *Lua nova/Cedec*, n. 28/29 / 157 - 199.
- NEGRÃO, João José de O. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher, 1998
- NEGRÃO, João José de O. A questão do partido em Gramsci. *Revista de Estudos Universitários*. v. 26, n. 2. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2000.
- PARK, Eun Yung. *Valor econômico: a mudança no estado de arte do jornalismo econômico*. 2002. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Escola da Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PORTELLI, Hugues. O conceito de hegemonia em Gramsci. In CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. *Política e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1979.
- PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. In workshp Mídia e eleições 2002. PUC-SP, 2002.

- PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2ª ed. Brasília: EdUnb, 2002.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, Jorge Claudio. *Sempre alerta*. Condições e contradições do trabalho jornalístico. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000.
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo*. As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo II*. Que Estado para que democracia? 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SALLUM JR., Brasília. Transição política e crise de Estado. *Lua nova/Cedec*, n. 32, 1994.
- SAMPEDRO, Víctor Francisco. Efectos de los médios de comunicación sobre la opinión pública: los paradigmas sobre el poder del público. *Comunicação&Política*, n.s., v. 1, nº 1, p. 129-159, 1999.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologia política*. São Paulo: Difel, 1979.
- SERRANO, Estrela. Jornalismo e elites do poder. <disponível em www.bocc.ubi.pt>
- SORMAN, Guy. *O estado mínimo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.
- SORMAN, Guy. *A solução liberal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1989.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

- STRINATI, Dominic. *Cultura popular: uma introdução*. São Paulo: Hedra, 1999.
- THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna*. 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade*. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2^a.ed. Lisboa: Vega, 1999.
- TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.
- VIZEU, Alfredo. O jornalismo e as “teorias intermediárias”: cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise de Discurso (AD) <disponível em www.bocc.ubi.pt>
- WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 4^a ed. Lisboa: Presença, 1995.
- WOLF, Mauro. *Los efectos sociales de los media*. Barcelona: : Paidós, 1994.

Anexos

Tabela Folha FSM

Título da matéria / Origem Porto Alegre	Pág.	Data	Medida (cm/col)	Fotos		Fontes			Enquadramento		
				Quant.	Área/cm ²	Pró FSM	Críticas	Neutras	Pos.	Neg.	Neut.
Bové afirma que está disposto a falar com Lula	A1	22/1	13	1	188,5	1	0	0	0	1	0
Chávez deve viajar a Porto Alegre	Capa	23/1	6	1	248,92	0	0	0	0	1	0
D. Mauro volta a criticar estratégia do Fome Zero	A7	23/1	27,4	1	81,48	2	0	0	0	0	1
Porto Alegre faz fórum "chapa-branca"	A9	23/1	40	1	202,4	2	0	0	0	1	0
PT deve entrar na Internacional	A9	23/1	26	0	0	2	0	0	0	0	1
Estarão em Porto Alegre/Destaques da agenda	A9	23/1	74	4	49	0	0	0	0	0	1
Chávez deverá participar de Porto Alegre	A10	23/1	26	0	0	3	0	0	0	0	1
Porto Alegre	Capa	24/1	3	1	282,75	0	0	1	0	0	1
Líder do MST agora defende alta dos juros	A10	24/1	26	0	0	2	0	0	0	0	1
Dulci tenta justificar presença do governo	A10	24/1	25	0	0	2	0	0	0	1	0
Marcha reúne 60 mil contra Alca e guerra	A10	24/1	25	1	273	3	0	0	0	0	1
Rigotto é vaiado na abertura do fórum	A10	24/1	25	0	0	0	0	0	0	0	1
Palocci vai ao RS, mas não participa de Fórum	A10	24/1	25	0	0	0	0	1	0	0	1
Hoje em Porto Alegre	A10	24/1	63	4	174,18	0	0	0	0	0	1
Evento questiona política de concessão e qualidade da TV	E3	24/1	45	0	0	2	0	0	0	0	1
Em Porto Alegre, Lula justifica ida à Suíça	Capa	25/1	8	1	282,75	1	0	0	1	0	0
Invasões continuarão, diz Stédile	A7	25/1	28	0	0	1	0	0	0	0	1
Terceiro-mundanas	A10	25/1	28	1	121,44	2	0	0	0	0	1
Hoje em Porto Alegre	A10	25/1	29	3	32,67	0	0	0	0	0	1
Lula se vê como 'esperança dos socialistas'	A11	25/1	58	1	336,6	1	0	0	1	0	0
Fórums deixam a Esplanada vazia	A11	25/1	20	0	0	0	0	0	0	1	0
Lula chora e canta com ex-menino de rua	A11	25/1	26	1	119,28	0	0	0	0	0	1
Bové procura Lula, que se recusa a recebê-lo	A11	25/1	14	1	64,6	1	0	0	0	0	1
Lula adota linha franco-alemã sobre Iraque	A12	25/1	37,5	0	0	2	0	0	1	0	0
Porto Alegre debate como evitar ação militar	A12	25/1	40,5	1	382,5	3	0	0	1	0	0
Conexões na rota Porto Alegre - Davos	B4	25/1	52	0	0	0	0	0	1	0	0

Título da matéria / Origem Porto Alegre	Pág.	Data	Medida (cm/col)	Fotos		Fontes			Enquadramento		
				Quant.	Área/cm ²	Pró FSM	Críticas	Neutras	Pos.	Neg.	Neut.
Sociólogo vê "esquizofrenia" no governo	Capa	26/1	6,3	0	0	1	0	0	0	0	1
Dirceu defende taxaço sobre fluxo de capital	Capa	26/1	5,5	0	0	1	0	0	1	0	0
Guerra e paz	A2	26/1	23	0	0	0	0	0	0	0	1
De Porto Alegre a Davos	A3	26/1	50	0	0	0	0	0	1	0	0
"Gosto de matar e cozinhar coelho", diz Lula	A9	26/1	32	1	199,5	0	0	1	0	0	1
Sociólogo afirma que governo petista é "esquizofrênico"	A9	26/1	81	1	139,65	1	0	0	1	0	0
Dirceu defende taxa social sobre capital	A10	26/1	30,6	1	219	2	0	0	1	0	0
Direito trabalhista não é negociável, diz Felício, da CUT	A10	26/1	12	0	0	1	0	0	0	0	1
Jovens de PoAI trocam suas casas por dias no acampamento	A10	26/1	48	1	268,84	7	0	0	1	0	0
O Fórum na capital gaúcha	A10	26/1	27	0	0	0	0	0	0	0	1
Fórum é anti-semita, diz militante judeu	A11	26/1	46	1	290,08	0	1	0	0	1	0
Centro judaico quer esclarecer participantes	A11	26/1	11	0	0	0	1	0	0	1	0
Iraquiano diz sentir 'guerra próxima'	A11	26/1	52	0	0	1	0	0	1	0	0
Chávez vai ao RS em busca de apoio	A11	26/1	27	1	124,8	1	0	0	0	0	1
Hoje em Porto Alegre	A11	26/1	29	3	32,64	0	0	0	0	0	1
Índia fará Porto Alegre perder US\$ 53 mi	A12	26/1	46	0	0	1	0	0	1	0	0
Números do Fórum	A12	26/1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Pastelão	Capa	27/1	2,5	1	110,96	0	0	0	0	1	0
Manifestante joga torta na cara de Genoíno	A7	27/1	48	3	314,64	2	0	0	0	1	0
Torta é crítica bem-humorada, afirma ativista	A7	27/1	20	0	0	1	0	0	0	1	0
Lula discutirá reforma em fábricas	A7	27/1	21	0	0	1	0	0	0	0	1
Governo vai expropriar terra que tenha escravo	A7	27/1	40	0	0	1	0	0	1	0	0
Fogueira das ideologias	A7	27/1	3	1	270,48	0	0	0	0	0	1
Chávez descarta referendo antes de agosto	A8	27/1	42	1	307,72	1	0	0	0	0	1

Título da matéria / Origem Porto Alegre	Pág.	Data	Medida (cm/col)	Fotos		Fontes			Enquadramento		
				Quant.	Área/cm ²	Pró FSM	Críticas	Neutras	Pos.	Neg.	Neut.
Oposição venezuelana é racista, diz cubano	A8	27/1	40	0	0	1	0	0	0	0	1
Fórum Social termina sem unanimidade	Capa	28/1	6	0	0	0	0	0	0	1	0
Diferenças entre global e mundial	A3	28/1	58	1	88	0	0	0	1	0	0
Fórum acaba com pedidos de paz e guerra	A8	28/1	31	1	301,84	1	1	0	0	1	0
Suíça não facilita restituição, diz Ziegler	A8	28/1	14,5	0	0	1	0	0	0	0	1
Lula está mais próximo de Davos do que de Porto Alegre	A8	28/1	32	0	0	0	0	0	0	1	0
Porto Alegre rejeita diálogo com Davos	A9	28/1	28	0	0	3	0	0	0	1	0
EUA são ameaça à paz, diz Chomsky	A9	28/1	28	1	209,72	1	0	0	1	0	0
TOTAIS			1730,8	41	5717,94	59	3	3	15	14	29

Tabela Folha FEM

Título da matéria / Origem Davos	Pág.	Data	Medida (cm/col)	Fotos		Fontes			Enquadramento		
				Quant.	Área/cm2	Pró FEM	Críticas	Neutras	Pos.	Neg.	Neut.
Lula leva 'novo contrato' a Davos	Capa	23/1	6	1	260,68	0	1	0	0	0	1
Centro de Davos está sitiado pelo exército	A8	23/1	74	2	406,14	0	0	0	0	0	1
Ofensiva contra o Iraque deve dominar debate	A8	23/1	29	0	0	0	0	0	0	0	1
Principais expositores/Destaques da agenda	A8	23/1	74	4	49	0	0	0	0	0	1
Davos dá apoio ao início da gestão Lula	Capa	24/1	7	0	0	0	0	0	0	0	1
Lula e Davos já falam a mesma língua	A11	24/1	57	2	230	3	0	0	1	0	0
Líder sindical dos EUA defende petista na Suíça	A11	24/1	28	0	0	0	3	0	0	1	0
O que aproxima Lula dos fóruns	A11	24/1	68	0	0	0	0	0	0	0	1
Primeiro-mundanas	A11	24/1	64	1	81	0	0	0	0	0	1
Nata dos economistas receberá Palocci	A12	24/1	39	1	277,4	1	0	0	1	0	0
Pessimismo sobre economia mundial atrapalha o Brasil	A12	24/1	43	1	136,32	5	0	0	1	0	0
Hoje em Davos	A12	24/1	31	3	30,72	0	0	0	0	0	1
Simpatia Davos pelo PT não retira barreiras	Capa	25/1	8	0	0	1	0	0	1	0	0
Lula é aconselhado a se descolar de Chávez	A10	25/1	34	1	158,4	3	0	1	1	0	0
FMI e Tesouro dos EUA elogiam governo petista	A10	25/1	29	0	0	3	0	0	1	0	0
Charme' de Lula é vantagem, diz Gil	A10	25/1	42	1	117,12	2	2	1	0	0	1
EUA ouvem advertências contra a guerra de premiê malaio em Davos	A12	25/1	37,5	0	0	2	1	1	0	0	1
Hoje em Davos	A12	25/1	30	3	32,67	0	0	0	0	0	1
Lula quer cortar mais gastos que FHC	Capa	26/1	11,5	1	339,08	0	0	1	0	0	1
Superávit será superior a 4%, diz Meirelles	A8	26/1	59	0	0	4	0	0	1	0	0
Presidente do BC quebra tornozelo	A8	26/1	25,5	1	231	0	0	2	0	0	1
Entenda o superávit primário	A8	26/1	30	0	0	0	0	0	0	0	1
Lei de falências deve baixar juro, diz governo	A8	26/1	25	0	0	0	0	1	0	0	1
Situação externa é de "incerteza radical"	A8	26/1	25	0	0	5	0	0	1	0	0
Mascarados	A8	26/1	2	1	134,4	0	0	0	0	0	1
Lula pede e Palocci cancela agenda em Davos	A9	26/1	45	0	0	0	0	1	0	0	1
Lula pede pacto mundial contra a fome	Capa	27/1	14	1	225,4	1	2	0	1	0	0

Título da matéria / Origem Davos	Pág.	Data	Medida (cm/col)	Fotos		Fontes			Enquadramento		
				Quant.	Área/cm ²	Pró FEM	Críticas	Neutras	Pos.	Neg.	Neut.
Governo modera apoio a Chávez	Capa	27/1	6	0	0	0	0	0	0	0	1
Soros vê petista como desafio para o mercado	Capa	27/1	5,5	0	0	1	0	0	0	0	1
Palocci não quer mudanças nas regras do FMI	Capa	27/1	5,5	0	0	0	0	1	0	0	1
Powell sugere que ataque ao Iraque virá logo	Capa	27/1	5,5	0	0	1	0	0	0	0	1
Em Davos, Lula propõe fundo internacional contra a fome	A4	27/1	78	1	328,5	5	1	0	1	0	0
Petista é o primeiro a discursar em português	A4	27/1	22	0	0	1	1	0	0	0	1
Para Palocci, acordo com FMI é intocável	A5	27/1	41	1	209,72	0	0	1	0	0	1
Investidor quer mais que 30% do capital da mídia	A5	27/1	30	0	0	2	2	0	0	0	1
Mercado não deve ser adulado, diz Amorim	A6	27/1	41	0	0	0	1	0	0	0	1
Meirelles só retorna ao Brasil na sexta	A6	27/1	20	1	195,52	0	0	1	0	0	1
Presente francês	A6	27/1	2	1	110,4	0	0	0	0	0	1
George Soros afirma agora que governo do PT precisa dar certo	A6	27/1	30	0	0	1	1	1	0	0	1
Não fiquem esperando sinais para mudarem de atitude sobre o Brasil'	A6	27/1	63	0	0	0	1	0	0	1	0
Governo brasileiro modera discurso sobre Chávez	A8	27/1	21	0	0	0	2	0	0	0	1
Soros faz elogios a petista e pede apoio ao Brasil	A9	28/1	12,5	0	0	1	0	0	0	0	1
TOTAIS			1320,5	28	3553,47	42	18	12	10	2	30

Tabela Estadão FSM

Título da matéria / Origem Porto Alegre	Pág.	Data	Medida (cm/col)	Fotos		Fontes			Enquadramento		
				Quant.	Área/cm ²	Pró FSM	Críticas	Neutras	Pos.	Neg.	Neut.
Lula vai pregar guerra implacável contra fome	A11	22/1	56	1	230,49	2	0	0	1	0	0
Fórum paralelo alerta para o risco de 'argentinizacão'	A11	22/1	40,5	0	0	1	0	0	1	0	0
Pela 1ª vez governo será presença marcante	A11	22/1	34,5	0	0	1	0	0	0	0	1
O tamanho do encontro	A11	22/1	15	0	0	0	0	0	0	0	1
As principais correntes	A11	22/1	48	4	16	0	0	0	0	0	1
Agenda	A11	22/1	30	0	0	0	0	0	0	0	1
Conselho define hoje se evento continua no Brasil	A12	22/1	58	0	0	3	0	0	1	0	0
Bové chega com críticas à Alca e OMC	A12	22/1	28,5	1	245,96	1	0	0	0	0	1
De Porto Alegre a Davos	A3	23/1	69	0	0	0	0	0	0	1	0
Marcha pela paz abre encontro de Porto Alegre	H4	23/1	48	1	527,46	3	0	0	1	0	0
Fórum Social Mundial	H4	23/1	58	0	0	0	0	0	0	0	1
Lula é representado por Luiz Dulci	H4	23/1	30,5	0	0	1	0	0	1	0	0
Fórum de 2004 vai ser na Índia	H4	23/1	30,5	0	0	1	0	0	0	0	1
Para Soares, Lula é 'o fim do cinismo na política'	H5	23/1	31,5	1	24,75	2	0	0	0	0	1
Stédile reforça coro de Bové contra a Alca	H5	23/1	49	1	246,25	2	0	0	0	0	1
Edmilson teme que poder vire dilema para PT	H5	23/1	36	1	23,4	1	0	0	0	0	1
Ativistas lançam campanha mundial contra transgênicos	H5	23/1	49	0	0	2	0	0	0	0	1
Paralelos	H5	23/1	52	0	0	0	0	0	0	0	1
Aqui, todos querem fazer parte da História	H6	23/1	64	3	347,51	6	0	0	1	0	0
Farta agenda cultural, com pitadas de política	H6	23/1	50	0	0	1	0	0	1	0	0
A cultura no fórum	H6	23/1	74	0	0	0	0	0	0	0	1
Fórum Social começa com ' não' ao FMI	Capa	24/1	2,7	0	0	0	0	0	0	0	1
Ataques ao FMI, Alca e Banco Mundial na abertura do encontro em Porto Alegre	H1	24/1	2,5	1	60,48	0	0	0	0	0	1
Lula proporá solução negociada para o Iraque	H2	24/1	49	1	254,13	3	0	0	1	0	0
Íntegra da nota do presidente	H2	24/1	21	1	23,92	1	0	0	1	0	0
Presidente quer pacto para reduzir as desigualdades	H2	24/1	49	0	0	1	1	0	1	0	0

Título da matéria / Origem Porto Alegre	Pág.	Data	Medida (cm/col)	Fotos		Fontes			Enquadramento		
				Quant.	Área/cm ²	Pró FSM	Críticas	Neutras	Pos.	Neg.	Neut.
Fórum Social é aberto com 'não' ao FMI e à Alca	H4	24/1	49	3	760,31	3	0	0	1	0	0
Palestina é presa antes de viajar para Porto Alegre	H4	24/1	29	0	0	1	0	0	0	0	1
Rossetto elogia 'luta histórica' da Via Campesina	H4	24/1	31	0	0	1	0	0	1	0	0
Agenda de hoje	H4	24/1	14	0	0	0	0	0	0	0	1
Marcha pela paz reúne 60 mil em Porto Alegre	H5	24/1	53	2	480,68	0	0	0	1	0	0
França está atenta ao que se diz no País	H5	24/1	66	0	0	1	0	0	1	0	0
"Relação entre Mercosul e UE é prioridade"	H5	24/1	66	0	0	1	0	0	0	0	1
A França, Davos e Porto Alegre	H7	24/1	47,5	1	88,32	0	0	0	1	0	0
Cuba, a gigante das mentes rebeldes	H8	24/1	37	1	358,54	0	0	0	0	1	0
Em clima de comício, Lula peda paz	Capa	25/1	7,5	0	0	1	0	0	1	0	0
MST vai manter estímulo a invasões	Capa	25/1	3	0	0	1	0	0	0	1	0
Um outro mercado é possível?	A2	25/1	85	0	0	0	0	0	1	0	0
"O mundo precisa de paz", diz Lula	H1	25/1	24	3	1015,08	1	0	0	1	0	0
"O mundo está precisando de compreensão"	H2	25/1	71	2	590,46	1	0	0	1	0	0
Presidente foge de fãs e leva sua primeira vaia	H2	25/1	46,5	0	0	0	0	1	0	0	1
Presidente e PT reforçam posição contra guerra	H3	25/1	51,6	1	610,65	6	0	0	1	0	0
Choro no café da manhã com meninos de rua	H3	25/1	30	0	0	0	0	2	0	0	1
Governo aproveita palanque e anuncia ações sociais	H3	25/1	55	0	0	3	0	0	1	0	0
Ativistas pedem que Lula rejeite acordos na OMC	H4	25/1	49	0	0	3	0	0	1	0	0
Porto Alegre vive conflito do Oriente Médio	H4	25/1	19,5	1	531,9	3	0	0	1	0	0
Para economista, governo pode não cumprir promessa	H4	25/1	46,5	1	55,5	2	0	0	1	0	0
Fórum Social Mundial - Agenda	H4	25/1	52	0	0	0	0	0	0	0	1
Líder do MST pede luta contra o capital internacional	H5	25/1	51	0	0	1	0	0	1	0	0
Porto Alegre recebe notícia com ceticismo	H5	25/1	13,5	1	683	2	0	0	1	0	0
Um líder com pé nos dois mundos	H6	25/1	54	0	0	2	1	0	0	0	1
Dirceu defende integração da América Latina	H2	26/1	46,5	0	0	3	0	0	1	0	0
Fórum Social Mundial - Agenda	H2	26/1	40	0	0	0	0	0	0	0	1
Dirceu garante que programas sociais não sofrerão cortes	H5	26/1	25	0	0	1	0	1	0	0	1
Rejeitado por Lula, Bové muda de tom	H7	26/1	68	1	492,5	2	0	0	1	0	0
ONGs temem o pior em negociação sobre remédios	H7	26/1	52	0	0	1	0	0	1	0	0

Título da matéria / Origem Porto Alegre	Pág.	Data	Medida (cm/col)	Fotos		Fontes			Enquadramento		
				Quant.	Área/cm ²	Pró FSM	Críticas	Neutras	Pos.	Neg.	Neut.
Organizador prega insurgência pacífica contra ordem global	H7	26/1	46,5	0	0	1	0	0	0	1	0
A herdeira dos sonhos de Che	H8	26/1	94	2	666,06	1	0	0	0	1	0
A velha lenda não sai da moda em Porto Alegre	H8	26/1	46,5	0	0	3	0	0	1	0	0
Ativista acerta torta em Genoio	Capa	27/1	4	2	117,48	1	0	0	0	0	1
O fórum, a festa e o museu	A2	27/1	90	1	9,6	0	0	0	0	1	0
Genoio elogia Lula em Davos e leva torta na cara	H4	27/1	58	1	264,6	2	0	0	0	0	1
Paz entre judeus e palestinos, nem no papel	H6	27/1	29,5	1	275,8	3	0	0	0	0	1
Pesquisa revela boa imagem do governo brasileiro	H6	27/1	49	0	0	1	0	1	0	0	1
Ongs americanas acusam Bush de fomentar conflito	H6	27/1	26,5	1	277,77	2	0	0	1	0	0
Fórum Social Mundial - Agenda	H6	27/1	40	0	0	0	0	0	0	0	1
Para Stédile, governo Lula 'é ambíguo'	H7	27/1	120	1	294	1	0	0	1	0	0
Um sonho se realiza: Chomsky visita os sem-terra	H7	27/1	43	1	262	1	0	0	1	0	0
Woodstock é aqui	H8	27/1	52	0	0	0	0	0	0	1	0
Governo cede a pressões e altera o Fome Zero	Capa	28/1	4,5	0	0	0	0	0	0	0	1
A cruz que Lula carrega	A3	0/1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Governo cede a pressões e modifica o Fome Zero	H3	28/1	49	0	0	1	0	0	0	0	1
Relator da ONU elogia fundo contra a miséria	H3	28/1	52	1	267,92	1	0	0	1	0	0
Longe do debate, Guaribas é invadida por famintos	H3	28/1	40	0	0	0	0	1	0	0	1
Ativistas roubam a cena em Porto Alegre	H6	28/1	44,5	2	697,29	2	0	0	1	0	0
Unidade da PUC é esvaziada após ameaça de bomba	H6	28/1	14,5	0	0	0	0	1	0	0	1
Multidão vai às ruas dizer não à guerra	H6	28/1	34	0	0	0	0	0	1	0	0
Fórum Social Mundial - Agenda	H6	28/1	36	0	0	0	0	0	0	0	1
No final, Porto Alegre repudia viagem de Lula	A11	29/1	49	1	490,68	3	0	0	1	0	0
Ambientalistas lançam Fórum Social da Água	A11	29/1	30	0	0	2	0	0	1	0	0
Ao invés de um relatório, painel de idéias na internet	A11	29/1	46,5	0	0	1	0	0	1	0	0
Fórum Social Mundial	A11	29/1	56	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAIS			3514,3	47	11290,49	98	2	7	39	8	35

Tabela Estadão FEM

Título da matéria / Origem Davos	Pág.	Data	Medida (cm/col)	Fotos		Fontes			Enquadramento		
				Quant	Área/cm2	Pró FEM	Críticas	Neutras	Pos.	Neg.	Neut.
Davos buscará reforçar confiança do capitalismo	A10	22/1	56	1	230,49	0	0	1	0	1	0
Para Furlan, Lula será a estrela do fórum econômico	A10	22/1	40,5	0	0	0	0	1	0	0	1
Brasil terá chance de ampliar negociações	A10	22/1	34,5	0	0	0	0	1	0	0	1
O tamanho do encontro	A10	22/1	15	0	0	0	0	0	0	0	1
Os principais participantes	A10	22/1	48	4	16	0	0	0	0	0	1
Agenda	A10	22/1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Davos fará plebiscito para expulsar fórum	A12	22/1	25	0	0	1	1	0	0	0	1
Na pauta de Davos, recessão, terror e guerra	H2	23/1	66	1	291,56	0	0	0	0	0	1
Líderes, ONGs e empresários pedem reuniões com Lula	H2	23/1	49	0	0	1	0	1	0	0	1
Imprensa européia vai seguir passos do líder brasileiro	H2	23/1	25,5	0	0	0	0	3	0	0	1
Nevasca pode obrigar presidente a viajar de trem	H2	23/1	20	0	0	1	0	0	0	0	1
Fórum Econômico Mundial	H2	23/1	58	0	0	0	0	0	0	0	1
Iminência da guerra vai dificultar missão de Palocci	H3	23/1	57	2	461,36	0	0	1	0	0	1
Paralelos	H3	23/1	19	0	0	0	0	0	0	0	1
ONGs sobem no conceito de todos	H3	23/1	27,5	0	0	0	0	1	0	0	1
Credibilidade dos líderes está em baixa	H3	23/1	27,5	0	0	1	0	0	0	0	1
Pessimismo marca encontro em Davos	Capa	24/1	2,7	0	0	0	0	0	0	0	1
Lula pedirá diálogo para evitar guerra	Capa	24/1	5,4	2	288	0	0	0	0	0	1
Clima de pessimismo com a economiamundial marca início do evento em Davos	H1	24/1	2,5	1	60,48	0	0	0	0	0	1
Chirac e Schroeder vão cobrar apoio contra a guerra	H2	24/1	31,5	0	0	0	0	2	0	0	1
Powell vai defender a estratégia americana	H3	24/1	5	0	0	0	0	0	0	0	1
Conflito pode colocar o mundo todo em recessão	H3	24/1	56	1	563,22	7	0	0	1	0	0
Bush se enfraqueceria em momento delicado	H3	24/1	38	0	0	3	0	0	1	0	0
Clima pessimista marca abertura do Fórum	H6	24/1	33	1	647,46	3	0	0	1	0	0
Ex-economista do FMI descarta calote brasileiro	H6	24/1	86	1	113,28	1	0	0	0	0	1
Furlan tenta engajar múltis na política de exportação	H7	24/1	33	1	647,46	0	0	1	1	0	0

Título da matéria / Origem Davos	Pág.	Data	Medida (cm/col)	Fotos		Fontes			Enquadramento		
				Quant	Área/cm ²	Pró FEM	Críticas	Neutras	Pos.	Neg.	Neut.
Soros defende juros menores para o Brasil	Capa	28/1	4,5	0	0	1	0	0	0	0	1
Grupo quer países ricos no combate à miséria	H2	28/1	75	1	570,24	0	2	0	0	1	0
Fernando Henrique elogia discurso de Lula em Davos	H2	28/1	42	0	0	1	0	0	0	0	1
Brasil ficaria for a de fundo contra fome	H2	28/1	43,5	0	0	0	0	1	0	0	1
Discursos de Lula são destaques em jornais europeus	H3	28/1	46,5	1	151,69	0	0	0	0	0	1
Brasil paga juros excessivos, afirma Soros	H4	28/1	69,5	1	551,6	1	0	1	1	0	0
Meirelles volta ao Brasil na sexta-feira	H4	28/1	40,5	1	62	1	0	0	0	0	1
Venda de produto falsificado supera US\$ 450 bilhões	H4	28/1	46,5	0	0	2	0	0	1	0	0
Moçambique na OMS reforçaria posição do Brasil	H5	28/1	63	0	0	0	3	0	0	0	1
FOTO SEM VÍNCULO A TEXTO NA PÁGINA	H5	28/1	0	1	429	0	0	0	0	0	0
Guerra e negócios se misturam na reunião	H5	28/1	56	0	0	4	0	0	1	0	0
Jornal publica diálogos de Lula em jantar privado	H5	28/1	28,5	0	0	0	0	0	0	0	1
Fórum Econômico Mundial - Agenda	H5	28/1	36	0	0	0	0	0	0	0	1
Sucesso em Davos	A3	29/1	72	0	0	0	0	0	1	0	0
Davos termina, sem saída para desafios globais	A10	29/1	66	1	528,66	3	1	0	1	0	0
O exame de consciência do capitalismo	A10	29/1	52	0	0	0	0	0	1	0	0
Fórum Econômico Mundial	A10	29/1	36	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAIS			3743,1	45	12523,57	62	22	34	25	5	66

De Porto Alegre a Davos

O 3.º Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, e o 33.º Fórum Econômico Mundial, de Davos, começam hoje os seus trabalhos sob uma mesma indagação: o que mudará em cada um desses eventos – se é que mudará – devido ao “fator Lula”? Há um ano, ainda havia motivos para identificar o então tetracandidato presidencial brasileiro com o espírito de contestação radical da globalização e as inclinações predominantemente esquerdistas do heterogêneo movimento que havia escolhido a dedo uma cidade e um Estado governados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no país do “neoliberal” Fernando Henrique Cardoso, para sediar os seus congressos. Há um ano, também, os grandes empresários e financistas frequentadores do evento que deu notoriedade mundial a uma pequena estação de esqui nos Alpes suíços ainda tinham motivos para imaginar que os seus interesses sofreriam um golpe ainda mais devastador do que haviam acabado de receber na Argentina, se Lula viesse a se eleger no vizinho Brasil.

Nem lá nem cá se previu que o agora presidente da República se mostraria capaz de se despojar em tão pouco tempo dos preconceitos ideológicos adquiridos, que o acompanharam a maior parte das duas décadas em que conduziu a transformação de um sectário agrupa-

mento de sindicalistas, acadêmicos e católicos de esquerda em uma das principais agremiações políticas do Brasil – e cujas lideranças, enfim, se abriram ao entendimento com interlocutores antes execrados. Sem renegar a bandeira da justiça social, a razão de ser de sua vida política, o pragmático Lula não só deixou de hostilizar por princípio a economia de mercado e de reverenciar o Estado acima de todas as coisas, como entendeu que um setor público com as contas em ordem e um país com moeda estável é condição necessária para o combate à pobreza. Nessa incomum trajetória, a sua decisão de ir tanto a Davos como a Porto Alegre – com a robusta carga simbólica de ser o primeiro chefe de Estado a fazê-lo – consoma o arquivamento da sua política de “ruptura” com o sistema econômico consagrado no mundo.

Quem quer que reconheça os malefícios da “globalização assimétrica”, que aumentou a desigualdade entre as nações prósperas e as demais, há de considerar naturais as críticas de boa-fé à ordem econômica global e procedentes as iniciativas de levar os poderosos da Terra a abandonar a atitude de confortável complacên-



cia com o *status quo*. Nele, a decantada liberdade de comércio já não consegue esconder a severidade do castigo imposto aos países pobres pelo protecionismo das sociedades abastadas, em especial com a sua iníqua política de subsídios agrícolas, assim como a retórica do alargamento das fronteiras contrasta dramaticamente com as crescentes restrições no Hemisfério Norte aos imigrantes dos países periféricos – sendo a possibilidade de melhorar de vida em outras paragens, já se disse, a única globalização que realmente interessa a incontáveis milhões de pessoas. A isso se soma o arrogante unilateralismo da hiperpotência americana e a perspectiva de uma guerra iminente que só adiará a recuperação da economia mundial.

Mas, se não faltam motivos para Porto Alegre cobrar de Davos mudanças que tornem possível o “outro mundo” que é o *motto* do Fórum Social, tampouco faltam evidências de que uma parcela não desprezível de seus adeptos é portadora, menos ou mais entusiástica, de uma agenda política autoritária, de destruição e desordem. Para os grupos que, bem pensadas as coisas, descendem das organizações terroristas dos

anos 1970, como as Brigadas Vermelhas na Itália e o Baader-Meinhof, na Alemanha, o objetivo não é humanizar a globalização, mas abolir o capitalismo, recorrendo ao que denominam eufemisticamente “violação das leis injustas”. O MST brasileiro é seu parente não de todo remoto. Pouco importa a inviabilidade desse projeto fundado em delirantes fantasias de violência. Importa é que os seus partidários lancem uma

sombra ameaçadora sobre uma causa intrinsecamente legítima.

De todo modo, emerge a esperança de que o “fator Lula” – no caso, a prova viva, primeiro, do que po-

Há uma possibilidade de que o “fator Lula” aproxime os dois fóruns

de a “democracia burguesa” e, depois, de sua capacidade de incutir sensatez e realismo nos carbonários da véspera – alargue os horizontes do movimento de Porto Alegre. E que, em Davos, à frente da mais numerosa delegação oficial brasileira presente a uma reunião do Fórum Econômico, esse até há pouco inesperado *parvenu* da grande cena internacional seja ouvido como porta-voz dos países em desenvolvimento – e que as suas palavras façam diferença.

O Estado de S. Paulo, 23 de janeiro de 2003
Capa do Caderno Especial Fóruns Globais Davos/Porto Alegre

FÓRUMS GLOBAIS

CADERNO DAVOS-PORTO ALEGRE ESPECIAL

Davos fala de guerra; Porto Alegre, de paz

Porto Alegre deve amanhecer hoje ao som de uma manifestação pela paz, na abertura do Fórum Social Mundial, que contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva amanhã. Em Davos, na Suíça, começa, hora antes, o Fórum Econômico Mundial, onde empresários e líderes mundiais se reúnem para discutir temas como as incertezas da economia global, as ameaças do terrorismo e o risco de uma nova guerra no Iraque. Lula, que já sofre o assédio de diversos líderes, empresários e ONGs, chega a Davos no sábado e fala no domingo